

LUIZ ANTONIO ALBERTTI

**APRESENTAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DE PAUL VEYNE:
ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA**

ASSIS

2007

LUIZ ANTONIO ALBERTTI

**APRESENTAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA DE PAUL VEYNE:
ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciência e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: História e Sociedade)

Orientador: Hélio Rebello Cardoso Júnior.

ASSIS

2007

*Dedico esta dissertação aos meus pais,
que me ensinaram o poder
transformador do trabalho.*

Agradecimentos

Expressar nossos agradecimentos às pessoas que nos são importantes não constitui tarefa fácil, pois fica-nos a sensação de que há sempre algo mais a ser dito. Todavia, propusemo-nos o desafio da tentativa.

Em primeiro lugar, agradeço o amparo total de meus pais, Ernesto Mariano Albertti e Inês Galoro Ruiz Albertti, que sempre acreditaram em meus sonhos, apoiando-me de todas as maneiras, desde a saída de casa e da oficina até a saída do mestrado. A minha irmã, Márcia Regina Albertti, a *Tata*, que se tornou minha confidente. Não posso deixar de lembrar também de meu tio, Luiz Valentin Alberto, que sempre me tratou como um filho querido.

Ao irmão dostoiévskiano, Iuri Cavlak, com quem convivi desde minha chegada em Assis, e que partilhou não só de momentos difíceis da vida em república, mas também ocasiões de grandes alegrias, com sua maneira cativante de alegrar aqueles que estão a sua volta.

Ao amigo César Augusto Doriguello Júnior, com quem dividi república nos últimos anos, verdadeiro companheiro em todas as horas, e com quem aprendi muito nessa convivência que me enriqueceu pessoal e intelectualmente.

Aos amigos que de uma maneira ou de outra foram importantes para minha formação: Luis Fernando de Moraes, Cássio Santos Mello, Ronaldo Amaral, Fernando Comiran, Raphael Nunes Nicoleti Sebrian, André Lopes Ferreira, Jorge Romanello, Álvaro Xavier Duque Filho, Luis Alberto Schiamarella, Henrique Coelho Hernandez e Alex Perles Pegoretto.

Aos professores que durante algum tempo passaram por nossa república, com os quais pude trocar idéias de forma descontraída e agradável: Carlos Eduardo Jordão Machado, Wilton Silva, Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Hélio Rebello Cardoso Júnior.

Ao professor Hélio Rebello Cardoso Júnior, com quem tenho trabalhado desde 2001 e que sempre me deu liberdade total e apoio em minhas mudanças de direção na pesquisa, meus agradecimentos especiais. Mais do que orientador, tornou-se um amigo. Sua postura ético-filosófica diante da vida acadêmica e cotidiana tornou-se um exemplo para mim.

Aos professores que participaram de minha banca de qualificação: Milton Carlos Costa, que, com notável erudição, forneceu importantes contribuições para se pensar o “caso Veyne”, e Ricardo Gião Bortolotti, que me alertou para as problemáticas filosóficas do pensamento veyniano.

A professora Célia Reis Camargo, a quem nunca consegui expressar meus agradecimentos pela gentileza com que me tratou nos primeiros anos de graduação e com quem aprendi os primeiros passos da pesquisa.

Ao professor Marco Sant’Anna, que se dispôs a revisar meu texto com grande amabilidade.

Às mulheres mais fascinantes que conheci: Aline Costa Santos, Jiliane Móvio Santana, Daniele Martins (*As Meninas*), Camila Kohori e Ângela Doriguello.

A Daniele Martins, de forma especial, meus sentimentos mais nobres. Com ela tenho aprendido o valor e o poder do afeto. Agradeço por sua compreensão e doce paciência comigo em meus momentos intermitentes de mau-humor durante o mestrado. Sua delicadeza em lidar com a realidade humana tem me mostrado que os mais admiráveis princípios humanísticos podem ser experimentados na vida prática.

Ao CNPq, que financiou meu trabalho de mestrado.

“Pois a história não é apenas uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas aquelas que têm por objeto o espírito humano, esse temporão no campo do conhecimento racional. Ou, para dizer melhor, velha sob a forma embrionária da narrativa, de que há muito apinhada de ficções, há mais tempo ainda colada aos acontecimentos mais imediatamente apreensíveis, ela permanece, como empreendimento racional de análise, jovem. Tem dificuldades para penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos de superfície, para rejeitar, depois das seduções da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo, disfarçados em senso comum. Ela ainda não ultrapassou, quanto a alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos. E eis por que Fustel de Coulanges e, já antes dele, Bayle provavelmente não estavam totalmente errados ao dizê-la ‘a mais difícil de todas as ciências’”.

Marc Bloch, *Apologia da história*

Resumo

As reflexões epistemológicas de Paul Veyne são fundamentais para a escrita da história. Historiador que mantém um diálogo constante com as ciências humanas, principalmente a filosofia e a sociologia, Veyne aborda temas clássicos e atuais caros à história, tais como: acontecimento, causalidade, intriga, método, teoria, conceituação, cientificidade e progressos do conhecimento histórico. Nesta pesquisa, apresentaremos quatro textos da epistemologia veyniana: *Como se escreve a história* (1971), obra de vasta erudição, na qual Veyne está preocupado em pensar as problemáticas da narrativa histórica e as relações que esta estabelece com as ciências humanas; *A história conceitual* (1974), texto que explora a conceituação dos acontecimentos, para evitar que a narrativa histórica se atenha meramente ao factual; *O inventário das diferenças: história e sociologia* (1976), trabalho inicialmente proferido como Aula Inaugural no Collège de France, obra em que se estreitam as relações entre história e sociologia, e se estabelecem certos dispositivos teóricos para a pesquisa histórica; e, finalmente, *Foucault revoluciona a história* (1978), que versa sobre as contribuições de Michel Foucault para a história. Após apresentarmos a epistemologia de Veyne, discutiremos determinados aspectos de seu pensamento, relacionados com a filosofia de Michel Foucault, com o marxismo e com a hermenêutica. Por fim, analisaremos a recepção de sua obra no Brasil, por meio de comentários pontuais e trabalhos dedicados exclusivamente a sua epistemologia.

Palavras-chave: Paul Veyne; Epistemologia; escrita da história; relação filosofia e história.

Abstract

The epistemologic reflections of Paul Veyne are fundamentally rooted in history. An Historian who keeps a constant dialogue with the human sciences, Veyne approaches classical and current themes so important to history, such as cause and effect, intrigue, method, theory, conceptualization, science, and historical knowledge progress. In this research, we will show four texts of Veynian epistemology: *Como se escreve a história* (1971), a vast erudition work, in which Veyne is concerned with the problems of the narrative and the relation that history establishes with the human sciences; *A história conceitual* (1974) explores the conceptualization of events in order to avoid the historical narrative ; *O inventário das diferenças: história e sociologia* (1976) announced at the opening lecture at College de France, which focuses on the relationship between sociology and history, establishing certain theoretical dispositives for historical research; and *Foucault revoluciona a história* (1978), which discusses the contributions of Michel Foucault to history. After introducing the epistemology of Veyne, we will discuss certain aspects of his thought with the philosophy of Michael Foucault, Marxism, and hermeneutica. Finally, we will analyse the reception of his work in Brazil through selected comments and works exclusively dedicated to his epistemology.

Keywords: Paul Veyne; Epistemology; Writing of history; Relationship of philosophy and history

Sumário

Introdução	p. 9
Capítulo 1	
Apresentando a epistemologia de Paul Veyne	p. 16
1.1. Como se escreve a história, 1971.....	p. 17
1.1.1. Definição de acontecimento.....	p. 17
1.1.2. Elaboração de séries e composição da intriga.....	p. 19
1.1.3. Causalidade e retrodicção históricas.....	p. 22
1.1.4. Compreensão e explicação históricas: o uso de teorias, tipos, conceitos e Método históricos.....	p. 27
1.1.5. Os progressos em história: distinção entre história e ciência.....	p. 29
1.1.6. História e ciências humanas: economia e sociologia.....	p. 32
1.2. A história conceitual, 1974.....	p. 37
1.2.1. Relações entre história e ciência.....	p. 38
1.2.2. Os progressos da história no século XX com a conceituação dos acontecimentos.....	p. 41
1.2.3. Três formas de conceituação do “todo confuso”	p. 42
1.2.4. Conceitos como núcleos de cientificidade.....	p. 45
1.3. O inventário das diferenças: história e sociologia, 1976.....	p. 47
1.3.1. História sociológica.....	p. 47
1.3.2. Constantes trans-históricas variáveis e teoria da história.....	p. 49
1.4. Foucault revoluciona a história, 1978.....	p. 56
1.4.1. O método das práticas.....	p. 57
1.4.2. Práticas vizinhas e causalidade histórica.....	p. 63
1.5. Conclusão parcial.....	p. 67
Capítulo 2	
Diálogos e confrontos na epistemologia de Paul Veyne	p. 70
2.1. Uma teoria da história a partir do conceito foucauldiano de práticas.....	p. 71
2.2. A leitura de Paul Veyne sobre alguns conceitos do marxismo.....	p. 93
2.3. Propostas opostas: Paul Veyne e a concepção hermenêutica de conhecimento Histórico.....	p. 98
2.4. Conclusão parcial.....	p. 105
Capítulo 3	
Leituras de Paul Veyne: a recepção da epistemologia veyniana na história e na filosofia	p. 107
3.1. Três leituras de Paul Veyne no Brasil.....	p. 107
3.1.1. Sob o domínio da lua: a questão da causalidade em Paul Veyne.....	p. 107
3.1.2. Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne.....	p. 114
3.1.3. Escolher a montanha: os curiosos percursos de Paul Veyne.....	p. 122
3.1.4. Breves observações sobre as leituras da epistemologia veyniana.....	p. 134
3.2. Críticas pontuais ao pensamento veyniano.....	p. 134
3.3. Conclusão parcial.....	p. 144
Conclusão	p. 145
Fontes	p. 148
Bibliografia	p. 149

Introdução

As obras de Paul Veyne dividem-se em duas partes: uma, que se refere à história antiga, mais especificamente, à Roma Antiga; a outra, que se relaciona com a epistemologia da história. É exatamente esta última que nos interessa nesta pesquisa. Nosso objetivo é apresentar os textos de Veyne sobre epistemologia, os quais compõem quatro volumes: *Como se escreve a história* (1971); *A história conceitual* (1974); *O inventário das diferenças: história e sociologia* (1976); e *Foucault revoluciona a história* (1978).

Em *Como se escreve a história* (1984), Veyne discute uma gama variada de temas caros ao historiador, como as noções de *acontecimento*, *causalidade*, *séries acontecimentais*, *narrativa histórica* ou *intriga*, *conceito*, *método*, *teoria*, *progresso do conhecimento histórico*. No texto de 1971, Veyne não só nega que a história seja dotada de *sentido* e *totalidade*, mas também declara que a história não comporta *leis*, *regras*, *teorias* e *métodos* de condução da pesquisa sobre os acontecimentos humanos.

Segundo o estudioso, é impossível que exista uma ciência dos acontecimentos humanos porque o que se conhece deles são sempre vestígios, fragmentos, que chegam até o historiador por meio dos documentos de que dispõe. Outro argumento que fundamenta sua tese é que os acontecimentos humanos nunca se repetem; mesmo que dois acontecimentos sejam idênticos, cada um deles tem que ser explicado individualmente.

Ao negar toda pretensão de cientificidade em história, Veyne critica longamente a *sociologia* e toda forma de filosofia que utilize conceitos com uma função generalizante, como é o caso dos conceitos *marxistas*.

Como se escreve a história, que tem como subtítulo, na primeira edição francesa, *Essai d'épistémologie*, é um livro extenso, com mais de trezentas páginas, nas quais Veyne aborda temas e autores de variadas matrizes teóricas. Acompanhar suas críticas nem sempre é uma tarefa fácil. Essa dificuldade evidencia-se no estilo de sua escrita. Poderíamos classificar seu estilo como um “bombástico”. Suas críticas, na maioria das vezes, são conduzidas sem

deixar muitos indícios a serem seguidos por meio de notas ou de uma bibliografia referente aos temas abordados. As notas e as obras por ele citadas têm a função de mostrar que as críticas podem ser conduzidas para outras direções, deixando seu leitor perplexo diante dessas sendas por ele abertas. A ironia também é uma constante em seus textos.

Além disso, os problemas em acompanhar o pensamento veyniano também podem ser percebidos na sua forma de lidar com o *marxismo* e com a *sociologia*. Para Veyne, o marxismo e a sociologia pretendem explicar a história por meio de *leis, regras, teorias e métodos* de pesquisa. Os conceitos desenvolvidos pelo marxismo, como o de *luta de classes*, na concepção dessa linha teórica seriam uma chave de explicação para todo e qualquer acontecimento histórico. Por sua vez, Veyne apresenta-nos o marxismo como uma *teoria* monolítica da história, ou seja, não considera as mudanças de perspectivas ocorridas no pensamento marxista. Percebe-se que esse tratamento generalizante dedicado à teoria marxista é estratégico, de forma que suas críticas a ela são apresentadas em contraposição a sua concepção de escrita da história, qual seja, a de que o historiador não pode basear-se em conceitos gerais, teorias e métodos para narrar os acontecimentos históricos. De nossa parte, ater-nos-emos apenas a uma apresentação dessas críticas de Veyne ao pensamento marxista, sem a pretensão de detalharmos a função estratégica da crítica ao marxismo em sua epistemologia, uma vez que tal empreendimento demandaria um trabalho de dimensões muito vastas e relações bastante complexas para o escopo do que ora desenvolvemos.

Diferentemente do que se passa com o *marxismo*, a relação da epistemologia veyniana com a *sociologia* modifica-se em seus textos posteriores a 1971. No artigo *A história conceitual*, publicado em 1974, e na coletânea de textos organizados por Pierre Nora e Jacques Le Goff, *História: novos problemas* (1976), Veyne enfatiza que o historiador deve priorizar a *conceituação* dos acontecimentos históricos, para se afastar de uma história meramente factual. O trabalho com conceitos aproxima história e sociologia. Então, no lugar

das críticas à sociologia em *Como se escreve a história*, apresenta-se uma relação de contribuição mútua entre as disciplinas.

Nessa linha, o historiador deve utilizar-se dos conceitos da sociologia, mas não pode perder de vista a especificidade dos acontecimentos. Desse modo, os conceitos precisam adequar-se às mudanças históricas. Como exemplo podemos citar o conceito de “revolução”. Com ele não se pretende afirmar que todas as revoluções são iguais; ao contrário, essa concepção deve servir para determinar a especificidade, a individualidade de cada acontecimento abarcado por ele, de modo que o historiador possa compreender cada vez melhor o que significa uma revolução e quais as características que distinguem um evento de outro.

Seguindo nessa direção, ao aproximar história e sociologia, obtém-se como outro resultado a modificação da relação da epistemologia veyniana com as *ciências*. No texto de 1971, o autor afirmava que a história nada tinha a ganhar com as ciências, pois estas se baseavam em *leis e generalizações*. Em *A história conceitual*, datado de 1974, Veyne passa a aproximar história e ciência por meio dos conceitos. O historiador pode a partir de então contar com o auxílio das ciências, ainda que tenha que considerar as especificidades do estudo dos acontecimentos históricos. Neste estágio de suas publicações, Veyne declara que a história possui *núcleos de cientificidade*.

Esses núcleos dizem respeito ao processo de conceituação dos acontecimentos. São os núcleos, ou seja, os conceitos, que levam o historiador a formular novas questões sobre as fontes, sendo que a ampliação do questionário e da cultura do historiador são os *progressos* possíveis em história.

Continuando nessa orientação teórica, a relação da história com a sociologia se aproxima ainda mais em 1976, no texto *O inventário das diferenças: história e sociologia* (1976). Este texto foi proferido originalmente como aula inaugural no Collège de France, quando passou a ocupar a cadeira de História Romana. Se em *A história conceitual*, afirmava

a existência de *núcleos de cientificidade* em história, em 1976, Veyne apresenta novos dispositivos *teóricos* de operacionalidade conceitual, que é a formação de *constantes trans-históricas variáveis*, constituindo assim um *inventário das diferenças*.

Não se trata, então, de apenas analisar conceitualmente os acontecimentos, mas de inserir os conceitos dentro de uma constante, que, por sua vez, consiste em colocá-los dentro de uma série. Sendo assim, ao criar uma constante conceitual, o historiador terá melhores condições para explicar as especificidades e diferenças dos acontecimentos trabalhados conceitualmente. Por isso, é necessário que a constante seja *trans-histórica* e *variável*. Ela é trans-histórica porque não se limita a pensar um conceito apenas em determinada conjuntura histórica; a função é justamente a de analisar o conceito em suas transformações históricas, com o objetivo de atingir um conhecimento cada vez mais amplo dos acontecimentos abarcados por ele. É *variável* porque não pode ser transposta de um momento a outro da história sem atender às variações de acontecimentos inerentes a cada conjuntura histórica. Caso se faça um uso invariável das constantes, o historiador passa a trabalhar com conceitos-chaves de explicação para todo e qualquer acontecimento histórico; uma vez mais, será no marxismo que Veyne encontrará um uso invariável de constantes conceituais.

Ao discorrer sobre a necessidade de construir constantes *trans-históricas variáveis*, Veyne reporta-se ao *imperialismo romano*. Desenvolvendo a noção de imperialismo a partir de uma constante trans-histórica variável, o historiador estará apto a perceber o que há de específico no imperialismo romano, comparando-o com outras formas desse regime, de maneira a detectar as diferenças e particularidades de cada um deles. Daí a afirmação de Veyne de que “só a constante individualiza”.

Se no texto *A história conceitual* Veyne declarava que a história possuía *núcleos de cientificidade*, que seriam os conceitos, em *O inventário das diferenças*, com a elaboração de constantes, Veyne afirma que a história é *congenitamente científica*. A peculiaridade da ciência histórica é que ela fundamenta-se na *diferença*. Segundo ele, ao contrário das

“ciências físicas”, que explicam os fenômenos por sua *repetição* e, a partir daí, elaboram uma lei que os explique, a ciência histórica progride ao explicitar as diferenciações entre os conceitos e acontecimentos humanos. Portanto, nesse curso de pensamento, uma *teoria* da história tem como tarefa primordial constituir um *inventário das diferenças*.

Constata-se, então que, no texto de 1971, Veyne negava qualquer forma de cientificidade, teoria e método em história; nas obras de 1974 e 1976, o estudioso passa a aproximar sociologia e história, afirmando que a história possui núcleos de cientificidade e que é congenitamente científica. Em seguida, no volume *Foucault revoluciona a história*, de 1978, publicado em anexo à reedição de *Como se escreve a história* (1998), é possível perceber que Veyne, apropriando-se do conceito de *práticas*, de Michel Foucault, enfatiza a “utilidade prática do método de Foucault”.

Em *Foucault revoluciona a história*, a constituição de uma *teoria da história* não se estabelece através da conceituação que visa a generalização trans-histórica, mesmo que voltada para as diferenças, mas sim da análise das *práticas* que constituem os *objetos históricos*.

Todo acontecimento é resultado de *práticas* que o objetivam e lhe dão forma. Dessa forma, um único acontecimento é composto por inúmeras práticas. Com elas, a explicação não parte dos objetos, como, por exemplo, da relação entre *dominados* e *dominantes*, mas das relações que possibilitam que em determinado momento histórico existam dominados e dominantes.

Segundo essa visão teórica, o estudo das práticas é estabelecido por meio de uma *relação*. É a relação entre as práticas que formam os objetos; são as *práticas vizinhas*. Em dado momento histórico, elas se configuram de determinada maneira, constituindo certos acontecimentos, e na relação com as práticas vizinhas, engendrarão novos acontecimentos. Desse modo, nas práticas o que interessa é a *raridade* dos acontecimentos. Eles são *raros*,

pois não se repetem e possuem características muito específicas, sendo que a prática deve trazer à luz o que há de raro em cada acontecimento histórico.

Se nos textos de 1974 e 1976 os conceitos desempenhavam a função de elaborar novas questões sobre os acontecimentos, no de 1978, com o estabelecimento da noção das práticas, o historiador deve concentrar-se no que constitui o processo do *fazer* de cada acontecimento histórico e não no que está *feito*, que são os objetos e conceitos encontrados prontos por ele. Nesse via, as práticas apresentam-se como um método de operacionalidade, o qual efetiva a elaboração de um inventário completo das diferenças na ciência histórica.

Vale notar que depois de *Como se escreve a história*, Veyne não escreveu nenhuma outra obra epistemológica da mesma envergadura. O que se encontram são artigos ou textos de pequena extensão, os quais, entretanto, trazem à tona questões que obrigam o pesquisador a se voltar para *Como se escreve a história*, a fim de perceber suas mudanças de perspectivas a respeito da escrita da história; o reconhecimento de *cientificidade, teoria e método* em história, implica uma nova leitura das noções de *acontecimento, causalidade, intriga*.

No primeiro capítulo de nosso trabalho, *Apresentando a epistemologia de Paul Veyne*, fizemos uma apresentação mais delongada dos textos de Veyne que o fundamentam. Tentamos tanto demonstrar as transformações ocorridas na epistemologia veyniana ao longo de sua produção bibliográfica sobre o tema, quanto perceber as implicações dessas transformações na sua maneira de pensar a escrita da história.

Sem a pretensão de abarcar todas as problemáticas apresentadas no primeiro capítulo, no segundo, intitulado *Diálogos e confrontos na epistemologia de Paul Veyne* privilegiamos o recorte de determinados aspectos da epistemologia veyniana. Nesse capítulo, analisamos a relação da epistemologia veyniana com o pensamento de Michel Foucault, atendo-nos a dois livros de sua *fase genealógica*, que são *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* e *História da sexualidade: a vontade de saber*. Adotamos esse procedimento com a finalidade de demonstrar o significado das *práticas* em Foucault. Além disso, discutimos a leitura que

Veyne faz do marxismo, concentrando-nos no conceito de *luta de classes*. Na terceira parte do capítulo, apontamos alguns pontos de debate entre a epistemologia veyniana e a hermenêutica.

No terceiro e último capítulo, *Leituras de Paul Veyne: a recepção da epistemologia veyniana na história e na filosofia*, apresentamos três trabalhos produzidos sobre o pensamento veyniano no Brasil. Tal apresentação permitirá a percepção de que as leituras sobre Veyne são feitas por filósofos que abordam sob diferentes prismas sua epistemologia. Ainda neste capítulo, apresentamos alguns comentários pontuais feitos sobre a epistemologia do autor estudado.

Nosso recorte que consiste uma apresentação da epistemologia veyniana, justifica-se pela escassez de trabalhos referentes ao seu pensamento. Entretanto, não tivemos, em momento algum, a pretensão de abarcar a totalidade de seu pensamento, pois tal tarefa se mostra inviável, diante do elevado número de questões por ele levantadas. Deve-se observar ainda como sendo nossa opção metodológica não trabalhamos com seus textos de história antiga uma vez que tal empreendimento nos conduziria a outros rumos.

Quando tratamos da relação de Veyne com a filosofia, com a sociologia, com o pensamento de Foucault, com o marxismo e com a hermenêutica, temos como objetivo mostrar que sua obra abre caminhos para esses debates, sempre conscientes das dificuldades e riscos em lidar com temas de grande complexidade.

Capítulo 1

Apresentando a epistemologia de Paul Veyne

Neste capítulo apresentaremos os textos epistemológicos de Paul Veyne com os quais trabalharemos em nossa dissertação. Realizaremos essa apresentação conforme a ordem cronológica de escrita das obras, o que nos permitirá destacar o desenvolvimento das perspectivas epistemológicas ocorridas entre uma e outra. Dividiremos a exposição dos textos em tópicos, o que viabilizará uma melhor visualização das alterações e recorrências que permeiam esses textos.

No conjunto de suas obras selecionadas para este trabalho, Veyne discute questões relativas ao uso das noções de *conceitos*, *métodos* e *teorias* no campo da História. Debate, ainda, princípios relacionados à *causalidade*, *compreensão*, *explicação* e *progressos* do conhecimento histórico, tendo como ponto de convergência entre tais problemáticas o *acontecimento* e a *narrativa* histórica, a *intriga*, já que, para ele, todas essas problemáticas são relativas à maneira de explicar os acontecimentos por meio do gênero narrativo.

Ao apresentarmos os textos de Veyne não pretendemos estabelecer uma linha de *continuidade* ou *evolução* de seu pensamento. Nosso objetivo é, por meio de um recorte inédito, dar a conhecer ao leitor as reflexões de um historiador que transita por vários campos das *ciências humanas*, tais como a sociologia, a filosofia, a fim de refletir sobre problemas relativos à história.

Por se tratar de uma apresentação dos textos de Veyne, não discutiremos, neste capítulo, suas reflexões com outros historiadores que se dedicam à epistemologia da história, mas nos restringiremos apenas aos seus textos, uma vez que nossa finalidade é a de esboçar, ainda que de forma resumida, os percursos veynianos ao longo dos textos de 1971, 1974, 1976 e 1978.

Passemos a eles, pois.

1.1. *Como se escreve a história, 1971.*

Em *Como se escreve a história* Veyne procura romper com os pensamentos histórico e filosófico que pretendem dotar a história de *sentido, cientificidade e totalidade*; para tanto, as noções de *acontecimento histórico, de compreensão histórica e progresso do conhecimento histórico*, são largamente desenvolvidas. Examinemos cada uma dessas problemáticas.

1.1.1. Definição de acontecimento.

Dessa perspectiva, os acontecimentos humanos são o objeto da história, sendo que todo acontecimento é individual e diferente, tanto pela temporalidade quanto pelas características próprias que os fazem se destacar de um plano de uniformidade. Sendo assim, mesmo que dois acontecimentos se repitam e sejam perfeitamente idênticos, o historiador terá que narrá-los individualmente.

A totalidade de um acontecimento nunca pode ser claramente definida pelo historiador. Dispomos apenas de vestígios e indícios acontecimentais que nos chegam por intermédio dos *documentos*. A história não possui um *geometral*.

Um *geometral* nos possibilitaria ver um objeto em todas as suas dimensões. Por se tratar de conhecimento lacunar, só podemos pensar os acontecimentos a partir do nosso ponto de vista, que é sempre parcial, incompleto e unilateral. Afirmar a existência de um geometral que explique a Guerra de 1914 nada mais é que reunir vários testemunhos, documentos, relativos a essa guerra. Confirmando sua posição em relação a isso, veja-se a seguinte citação:

No fim de contas, parece que em história existe um só e autêntico geometral: é a História, a História total, a totalidade de tudo o que se passa. Mas esse geometral não é para nós: só Deus, se existe, que vê uma pirâmide sob todos os ângulos ao mesmo tempo, deve poder contemplar a História “como uma mesma cidade olhada de diferentes lados” (Veyne, 1984, p. 57).

Não pode haver geometral em história porque os fatos humanos se localizam no *sublunar*. Este é um conceito aristotélico usado por Veyne para definir o lugar onde os

acontecimentos emergem, no qual a história se desenrola. Sublunar é o mundo terrestre, em que impera o acaso, a liberdade, as incertezas; por isso, os acontecimentos humanos não podem ser determinados de antemão, *a priori*. O conceito de sublunar nas reflexões veynianas serve também para contrastar os acontecimentos históricos com os acontecimentos estudados pelas “ciências físicas” que, por sua vez, se definem no plano *celeste*. O plano celeste é “[...] a região do determinismo, da lei, da ciência: os astros não nascem, não mudam e não morrem e o seu movimento tem a periodicidade e a perfeição de um mecanismo de relojoaria”; enquanto no sublunar,

situado abaixo da lua, reina o devir e tudo aí é acontecimento [...] O homem é livre, o acaso existe, os acontecimentos têm causas cujo efeito permanece duvidoso, o futuro é incerto e o devir é contingente [...] (Ibid. p. 43).

Ao destacarmos as diferenças entre o *plano sublunar* e o *plano celeste*, faz-se necessário discorrermos a respeito da relação entre *história* e *ciência*. Ao estudar um acontecimento, as ciências têm como objetivo encontrar uma lei por detrás dos fenômenos que possa explicá-los. Os físicos analisam a queda de um raio procurando uma abstração que possa fornecer uma teoria sobre a queda dos raios. Para a história, tal tarefa é impossível, pois os acontecimentos históricos não se repetem e nenhuma lei pode abarcar a indeterminação humana.

Sublinhando o caráter sublunar dos acontecimentos humanos, Veyne critica as filosofias que pretendem dotar a história de *sentido* e *totalidade*. Fazer uma história total é uma idéia *absurda*. Nas palavras do autor,

A idéia de História é um limite inacessível ou antes uma idéia transcendental; não se pode escrever esta história, as historiografias que se crêem totais enganam sem saberem o leitor sobre a mercadoria e as filosofias da história são um *absurdo* que depende da ilusão dogmática, ou seriam antes um *absurdo* se não fossem filosofia de uma “história de...” entre outras, a história nacional. (Ibid., p. 39).

A tentativa de fazer uma história dotada de sentido pode ser encontrada no historicismo do século XIX, segundo Veyne. O historicismo procurou distinguir acontecimentos históricos e acontecimentos sem história, dentro de um quadro de referências, fora do qual nenhum raciocínio seria possível. Ao se darem conta que tal distinção não era simples e que não poderiam responder a tal problema, a não ser por meio de abstrações, os historicistas¹ chegaram à conclusão de que a história é subjetiva, e que só é possível definir os acontecimentos históricos conforme os valores a eles atribuídos. O grande mérito do historicismo foi o de “[...] trazer à luz as dificuldades da idéia de História e os limites da objetividade histórica [...]” (Ibid., p. 45).

1.1.2. Elaboração de séries e composição da intriga.

O *sentido* dos acontecimentos históricos é atribuído pela narrativa do historiador, por um corte efetuado na realidade, que é sempre arbitrário. Para esclarecermos melhor esta idéia, pontuaremos a respeito de duas noções caras a Veyne: *série* e *intriga*.

São as *séries* que compõem a *narrativa histórica*, que é pensada por Veyne por meio da noção de *intriga*. A seriação dos acontecimentos permite ao historiador construir sua intriga. O número de séries que o historiador pode criar é indeterminado, dependendo da história que pretende narrar. Como não existe *história total* e o historiador é livre para fazer os recortes que lhe interessam, um mesmo acontecimento pode entrar em outras séries, sendo, portanto, infinito o número de séries que se pode criar.

O historiador decide quais fatos são importantes para sua intriga. Dessa forma, não pode haver uma lei ou teoria sobre a criação das séries, pois cada historiador privilegiará os acontecimentos que acredita serem os mais importantes para sua análise: não existe uma hierarquia de importância entre os acontecimentos humanos. Eles só têm sentido dentro da

¹ Não temos referências a quais historicistas Veyne se reporta. A única referência fornecida por Veyne é um livro sobre as origens do historicismo, de Friedrich. Meinecke, *Die entstehung des historismus* (s.d.) (Ibid., p. 44, nota 12).

intriga, “[...] porque não existe facto histórico elementar, átomo acontecimental. Se se deixa de ver os acontecimentos nas suas intrigas, somos aspirados pelo turbilhão do infinitesimal” (Ibid., p. 49)².

Na medida em que nos propomos a escrever uma história da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, podemos optar por compor nossa intriga a partir da seriação de acontecimentos diplomáticos; não obstante, outro historiador poderá escrever essa mesma história, construindo séries que privilegiem acontecimentos políticos, sociais, econômicos, ideológicos, e assim por diante. Em outros termos, o número de séries a serem construídas é indeterminado, e um acontecimento que é de grande relevância em uma série pode ocupar uma posição apenas secundária nas séries de outra intriga.

Podemos, então, perceber a importância da noção de *intriga* para Veyne, sobretudo quando afirma que “O primeiro dever do historiador é estabelecer a verdade e o segundo é fazer compreender a intriga: a história tem uma crítica, mas não tem método, pois não há método para compreender” (Ibid., p.255). A noção de intriga não tem apenas o papel de nos ajudar a pensar como se constrói a narrativa histórica, mas pensar a própria história. Veyne pretende, ao levantar o problema da intriga, romper com as idéias de *profundidade* da história, *história geral e renovação* do objeto histórico. Assim escreve o autor:

[...] De facto, o mundo sublunar não tem profundidades em lado nenhum, é somente muito complicado; nós atingimos certamente verdades, mas estas são parciais (é uma das diferenças que separam a história da ciência: esta última atinge também verdades, mas são provisórias, como veremos mais adiante). Dado que nenhum geometral lhe confere unidade, a distinção entre as “histórias de...” e a história dita geral é puramente convencional: a história geral não existe como actividade que atingiria resultados específicos; ela limita-se a reunir histórias especiais sob uma mesma encadernação e a dosear o número de páginas que atribuiremos a cada um segundo teorias pessoais ou o gosto do público; é trabalho de enciclopedista quando é bem feito. (Ibid., p. 58).

² Os conceitos de *geometral* e *infinitesimal* pertencem à filosofia da matemática, embora Veyne não explicita nada a respeito dessa apropriação.

Quanto à *renovação* do objeto histórico, há sempre uma remissão às *origens*. Tal renovação consistiria na descoberta de acontecimentos mais importantes que outros, de maneira a possibilitar ao historiador apreender as origens do objeto em análise ao trabalhar com esses acontecimentos significativos. Veyne exemplifica o estudo das origens com a morte de Jesus. Segundo ele, a morte de Jesus é simplesmente anedótica: a paixão de Cristo só tem sentido com o cristianismo, que transforma esse acontecimento anedótico em um acontecimento fundamental, essencial.

[...] Um historiador que tivesse morrido em fins do reinado de Tibério não teria, sem dúvida, falado muito da paixão de Cristo: a única intriga onde ele a podia fazer entrar era a agitação política e religiosa do povo judeu, onde Cristo desempenhou o seu papel, e desempenha ainda para nós, um papel de simples figurante: é na história do cristianismo que Cristo tem papel de relevo. O significado da sua paixão não mudou com o tempo, somos nós que mudamos de intriga quando passamos da história judaica à do cristianismo; tudo é história, mas só existem histórias parciais. (Ibid., p. 59).

Outra idéia importante na reflexão veyniana ligada à intriga é a noção do *não-acontecimental*. Na medida em que se multiplicam as intrigas e as séries, o historiador pode ampliar seu questionário em relação aos documentos. E é por meio da elaboração de novas questões e da busca de respostas que se pode chegar ao não-acontecimental. O não-acontecimental é aquela parte do acontecimento que ainda não havia sido pensada e estudada, como, por exemplo, as mentalidades, a loucura, os solos. Quando fazemos história não-acontecimental não sabemos quais são os limites, até onde podemos chegar na exploração desses novos problemas levantados, cabendo ao historiador recortá-los e inseri-los na intriga.

Descobrir o não-acontecimental significa tomar consciência de coisas que rodeavam os acontecimentos e que eram apenas vagamente sentidas, usando a expressão de Veyne. Com o não-acontecimental abole-se também a idéia de *profundidade*, de *renovação* do objeto histórico, pois, descobrir o não-acontecimental, significa passarmos a conhecer outras características e causas que compõem um acontecimento e também outros acontecimentos.

1.1.3. Causalidade e retrodicção históricas.

As *causas* são os diversos episódios da intriga; uma causa é um acontecimento entre outros. Ao explicitarmos as causas da Revolução Francesa, enfatizamos os acontecimentos que antecederam a 1789, afirma Veyne. As causas, assim como os acontecimentos, não são plenamente determináveis, e não se pode dizer quais seriam as mais importantes de se levar em conta na composição da intriga.

Nesse sentido, Veyne estabelece críticas à idéia de causalidade em Charles Seignobos³, e o faz por duas razões. A primeira diz respeito aos recortes que podem ser efetuados na intriga para se explicar as causas. Nessa linha, todas as causas são válidas e é impossível avaliar as principais; dessa maneira, elas podem ser recortadas em blocos dentro de uma intriga, e cada uma delas encontraria uma infinidade de outras que remeteriam às origens dos tempos. Acrescente-se a isso o fato de que, assim que fizer uma opção por trilhar esse caminho, o historiador tenderá a cair no não-acontecimental. Uma segunda razão, seria a procura da explicação das causas. Para Seignobos, assim como para Taine⁴, o historiador começa selecionando os fatos e em seguida procura as causas que devem ser encontradas; isto seria contraditório ao trabalho do estudioso, pois “[...] o historiador se assemelha mais ao jornalista do que ao detetive. Mas o detetive é o ‘bom’ historiador? Certamente, mas ao impossível ninguém se agarra [...]” (Ibid., p. 120) Se os documentos não são suficientes para explicar as causas, o historiador não será menos historiador por isso. Tudo o que ele puder descobrir é satisfatório, pois não percebemos as lacunas causais espontaneamente, ou melhor, se a percebemos é uma questão a mais a ser estabelecida.

³ Charles Seignobos (1854-1942).

⁴ Charles Seignobos e Hippolyte Taine (1828-1893), foram filósofos exponenciais do pensamento *positivista* francês. A importância das reflexões desses filósofos são de grande importância não somente no campo da *filosofia*; suas reflexões sobre *história* são fundamentais para se pensar como se desenvolveu uma crítica histórica em termos positivistas. Veyne não comenta esses filósofos a partir de suas obras, mas por meio das críticas de Raymond Aron sobre as perspectivas teóricas de ambos os pensadores (Cf. Veyne, 1984, p. 121, nota 3).

O historiador não deve se preocupar em encontrar as causas que seriam fundamentais ao compor uma intriga, seja ela de história política, econômica, social, cultural; todas as causas são válidas, pois no mundo sublunar predomina o acaso e a liberdade, e depende de cada historiador escolher quais os acasos que merecem figurar numa intriga. Nesse processo, o historiador do não-acontecimental poderá se defrontar com outros acasos e liberdades e não se deter neles, pois trataria aí da descoberta de outros acontecimentos (Ibid., p. 120-122).

De acordo com Veyne, ao analisarmos as causas, é necessário que tenhamos clareza que os acontecimentos sublunares abrangem três condições: a) o *acaso*: o incidente, a ocasião, que podemos nomear de *causas superficiais*; b) as *causas*: condições ou dados materiais, que chamamos de *causas materiais*; e c) a *liberdade*: a deliberação, que denominamos *causas finais*.

[...] Cada homem ao nascer encontra dados objetivos que são o mundo como ele existe e que fazem dele um proletário ou um capitalista; para os seus fins, esse homem utiliza esses dados como causas materiais, ele sindicaliza-se ou fura as greves, investe seu capital ou come-o, do mesmo modo que o escultor utiliza um bloco de mármore para fazer um deus, uma mesa ou um alguidar; finalmente, há o acaso, o nariz de Cleópatra, ou o grande homem. Se se insiste sobre o acaso, teremos as concepções clássicas da história como duma peça de teatro onde a Fortuna se diverte a transformar os nossos planos; se se insiste sobre a causa final, cai-se na concepção idealista da história: em Droysen, por exemplo, a idéia, formulada em termos pseudo-hegelianos, é que em última análise o passado se explica “pelas forças ou ideias morais” (Ibid., p. 125).

O historiador não deve recortar apenas um aspecto de determinada causa, como ocorre com o *materialismo marxista*, para o qual as *causas materiais* são primordiais. Para Veyne, “[...] o marxismo nasceu dum sentimento muito vivo da resistência que o real oferece à nossa vontade, da lentidão da história, que ele procura explicar pela palavra matéria [...]” (Ibid., p. 127). O determinismo marxista, na medida em que afirma a preponderância da infraestrutura em relação à superestrutura num movimento dialético, gera uma perplexidade, porque, mesmo que as condições materiais tenham um grande peso para a realidade, existem ainda os homens, os quais têm uma mentalidade de sua própria condição. Dessa forma, o materialismo, por si só, não é suficiente para fornecer uma explicação que abranja toda a causalidade

sublunar. Uma vez que a lentidão da história e a resistência do real não vêm somente das condições materiais; “[...] cada homem, por rotação dos papéis, toma para com os outros a atitude que corresponde a uma impossibilidade da qual os outros homens são, por sua vez, os autores; cada um é impotente enquanto os outros não se agitam com ele [...]” (Ibid., p. 128).

De acordo com Veyne, se o historiador escolhe as *causas finais* como importantes, sendo que ele estudará as *mentalidade* e a *tradição* (Ibid., p. 128-130). No entanto, essas duas formas de explicar não podem chegar a resultados satisfatórios e completos. Sigamos um exemplo de Veyne, quando este se pergunta porque existiu o evergetismo⁵ na Atenas helenística e não na Florença do século XV? Podemos dizer que isto se deve à mentalidade ou à tradição, o que, entretanto, não é suficiente para explicar as causas do evergetismo. Deve-se, então, procurar a existência de “*micro-climas*” mentais, já que existem diferenças significativas dentro de um espaço que pode ser dividido em várias partes. Poderíamos, então, tentar fazer um inventário completo das causas. Mas Veyne alerta para o fato de que tal método é impraticável, devido à impossibilidade de se explicitar todas as causas, que, muitas vezes, estão perdidas nos micro-climas mentais de Florença e Atenas, além do fato de os documentos não permitirem que as encontremos. Somente os contemporâneos poderiam nos possibilitar pensar esses micro-climas, pois, mesmo que não soubessem explicá-los melhor do que nós, eles teriam a vantagem de poderem ser mais categóricos em afirmar as possibilidades ou impossibilidades de como agir. Se afirmássemos “as pessoas são assim”, identificaríamos um fato de mentalidade; se declarássemos, “a proposta seria contrária a todos os costumes, não se teria nunca visto algo de semelhante”, autenticaríamos um fato de tradição (Ibid., p. 130); entretanto, teríamos apenas classificado um acontecimento, faltaria ainda conhecer as causas constitutivas desse acontecimento.

⁵ O evergetismo era uma forma de, na Antiguidade, os cidadãos ricos distribuírem bens entre os pobres e construírem obras públicas em seu nome. Veyne define duas formas de evergetismo: o *helênico* e o *romano*. Nas “[...] cidades helenísticas, eles [os ricos notáveis] consagravam à cidade o seu tempo e o seu dinheiro, ofereciam-lhe edifícios, punham a sua influência a serviço dela; em Roma, davam à plebe espetáculos e festins, como convinha a chefes paternais [...]” (Veyne, 1984, p. 245).

Restam ainda as *causas profundas* e as *causas superficiais*. As profundas, para Veyne, podem ser tomadas em dois sentidos. No primeiro deles, são consideradas profundas aquelas de difícil conhecimento, e que só aparecem no final de uma explicação; em seguida, podem ser também aquelas que resumem toda uma intriga: é o mesmo que afirmar, por exemplo, que as causas da Primeira Guerra Mundial foram puramente diplomáticas ou essencialmente psicológicas.

Por fim, vejamos as *causas superficiais*. São aquelas em que há uma certa distância, uma dificuldade de percepção, entre seus efeitos e seus custos; para percebê-los é necessária uma análise de

[...] toda uma estrutura de ação determinada e cuja significação é estratégica: é preciso conhecer e julgar como estratégia uma situação singular para poder dizer: “este incidente bastou para atizar fogo à pólvora”, “este acaso bastou para bloquear tudo” ou ainda “uma medida de polícia tão simples pôs eficazmente fim à desordem” (Ibid., p. 131).

Ainda na questão da causalidade em história, Veyne introduz a idéia de *retrodição*. O termo é tomado de empréstimo da teoria das probabilidades, sendo que a questão que se estabelece diz respeito à possibilidade de determinarmos as chances de que um acontecimento se efetive e assim obtermos uma explicação de suas causas. Nenhuma resposta será suficiente quando se trata de causas sublunares. Por sua vez, a retrodição poderá apenas nos ajudar a fazer mais perguntas sobre as causas e revelar algo de não-acontecimental. Cabe ressaltar aqui que, com a retrodição, abre-se espaço para a questão da *explicação* em história, problema que trataremos logo em seguida.

Tomemos a seguinte proposição que Veyne utiliza como exemplo de causalidade e retrodição: “Luis XIV tornou-se impopular porque os impostos eram demasiado pesados” (Ibid., p. 180). Existem dois significados nesta afirmação: o primeiro, o aumento dos impostos foi a causa da impopularidade do rei; o segundo, apenas o conhecimento de que os impostos eram pesados e que o rei se tornou impopular. No primeiro caso, conta-se uma intriga que foi

lida nos documentos; no segundo, faz-se uma retrodicção: remete a impopularidade do rei a uma causa presumida, a uma *hipótese explicativa*.

No caso supracitado não podemos formular uma lei que defina que todo imposto torna o rei impopular; podemos apenas planejar as causas possíveis de um acontecimento, pois, “[...] os acontecimentos têm causas, as causas nem sempre têm conseqüências, por fim as oportunidades de acontecer que têm os diversos acontecimentos são desiguais. Pode-se mesmo aperfeiçoar e distinguir risco, incerteza e desconhecido [...]” (Ibid., p. 183).

O alcance da retrodicção é sempre limitado, porque o que concebemos como causa de um acontecimento é um recorte possível dentro de um processo muito mais amplo e do qual não temos uma dimensão total, dado que percebemos as coisas de forma confusa, global e unilateral.

A melhor maneira de trabalharmos com a retrodicção é a partir da construção de séries causais (Ibid., p. 180-181). Essa seriação não consiste em encontrar uma constância na qual os efeitos seguem as causas, mas em pensar numa seriação de acontecimentos que possibilite ao historiador refletir sobre as causas a partir dos costumes, das convenções, do cotidiano, que são partes da realidade histórica. Dessa forma, mesmo que de maneira provisória, o historiador passa a dispor de um certo número de questões e séries a serem elaboradas, somadas às possíveis relações entre as causas. Do ponto de vista de Veyne, o ser humano não age por puro capricho - o que tornaria a retrodicção impossível devido à infinidade do número de causas - mas age conforme os costumes e hábitos de sua época, o que torna o número das causas mais limitado, permitindo-nos, assim, elaborar uma seriação das causas possíveis. Mas algumas dimensões da essência humana se prestam de forma bastante precária à seriação, como, por exemplo, a loucura, a excentricidade, a boêmia, a arte, a inventividade. Mas estas coisas nem sempre se repetem. A questão é saber onde localizar a repetição nos acontecimentos estudados; dessa maneira, “[...] Uma das tarefas de uma futura crítica histórica seria elaborar uma casuística da retrodicção [...]” (Ibid., p. 189).

1.1.4. Compreensão e explicação históricas: o uso de teorias, tipos, conceitos e método históricos.

Vimos até aqui quais são os caminhos trilhados pelo historiador para construir sua intriga, suas séries, os acontecimentos que serão privilegiados e maneiras de pensar a causalidade; faz-se necessário, a partir de agora, discutirmos o uso de *teorias, tipos, método e conceito* históricos.

Para Veyne, a história não é escrita por abstrações e formular teorias é fazer abstração. As ciências podem formular teorias, pois estão interessadas em encontrar por detrás da repetição dos fenômenos uma abstração que pode ser transformada em lei de explicação. Em história, que é estudo dos acontecimentos sublunares, não é possível formular teorias, leis, tipos ou conceitos gerais que expliquem a totalidade da ação humana (Ibid., p. 150).

Quanto ao *método*, este permitiria articularmos as teorias, os tipos e os conceitos dentro de um quadro de referências explicativo. Destarte, por ser estudo de causas sublunares, o método é o resultado da experiência do historiador em lidar com a história: “[...] A experiência histórica é, portanto, composta por tudo o que um historiador pode aprender à esquerda e à direita na sua vida, leituras e convivências [...]” (p.193). Mais ainda:

A história não tem método, dado que não pode formular a sua experiência sob forma de definições, de leis e regras. A discussão das diferentes experiências pessoais é, portanto, sempre indirecta; com o tempo, as aprendizagens comunicam-se e o acordo acaba por se fazer, à maneira duma opinião que acaba por se fazer impor, mas não duma regra que se estabelece” (Ibid., p.195).

No que concerne à *tipologia*, o historiador, diferentemente do naturalista, do médico ou do físico, pouco proveito pode extrair das tipologias. Se nos propomos a estudar o *despotismo esclarecido*, por exemplo, precisamos definir que forma de despotismo é essa, além de detalhar suas particularidades. O tipo não se encontra dado, é construído, e essa construção é realizada segundo cada historiador, usando critérios diferentes. Como escreve Veyne:

[...] Mas enfim nem tudo é típico, os acontecimentos não se reproduzem por espécies, como as plantas, uma tipologia só seria completa se a sua compreensão fosse muito fraca e se ela se reduzisse a um inventário do léxico histórico [...] (Ibid., p. 153).

Veremos a seguir que os conceitos são importantes não apenas para a compreensão histórica, mas também para a discussão a respeito do *progresso em história*. Mas antes de tratarmos do progresso em história, exporemos alguns aspectos da *explicação* em história.

Para Veyne, em história, existe apenas *compreensão* e não *explicação*; esta última só é possível no campo das ciências, que trabalha com *leis, regras, abstrações*. O campo de estudo em questão constitui uma narrativa de acontecimentos, sendo que, nesta área, explicar significa explicitar mais, compreender melhor. Aventar para uma nova causa de um acontecimento não é explicá-lo, mas sim conduzir mais adiante a compreensão que temos desse acontecimento, já que sempre se pode narrar um acontecimento de um ângulo diferente. Se os acontecimentos históricos se encaixassem numa lei, numa tipologia, que pudesse defini-lo por completo, então poderíamos explicá-los, como a física explica os acontecimentos da natureza (Ibid., p. 155-156).

São os *conceitos* que permitem ao historiador ampliar seu questionário e sua cultura. De modo que “[...] o único verdadeiro problema é o dos conceitos em história [...]” (Ibid., p. 160). Com eles podemos discernir e compreender melhor as mudanças históricas. Tomemos como exemplo o conceito de *guerra*. Ao analisarmos a palavra *guerra* veremos que nenhum evento é igual ao outro, o que indica as especificidades dos acontecimentos abarcados pelo conceito. O perigo em história é o uso de *conceitos classificadores*, que teriam um uso geral e anacrônico (Ibid., 169-171). Para evitarmos tal perigo, “[...] A verdadeira solução seria uma historicização completa de todos os conceitos [...]” (Ibid., p. 174).

1.1.5. Os progressos em história: distinção entre história e ciência.

Quais seriam as vantagens que a história poderia obter se passasse a considerar a narrativa histórica um *esboço de explicação científica*? Na perspectiva da leitura de Stegmüller⁶, realizada por Veyne, não teríamos muito a ganhar. Se, mais frequentemente, a tendência dos esboços de explicação científica é a de que estes sejam substituídos e não completados, então tudo o que os homens pensaram desde sempre pode ser considerado esboço de explicação científica (Ibid., p. 200-202); entretanto, o abismo existente entre a explicação histórica⁷ e a científica consiste no fato de que para se passar de uma à outra é preciso haver uma adequação da história aos critérios científicos de análise. Tal adequação mostra-se inviável para a história, uma vez que não podemos formular leis científicas dos acontecimentos sublunares.

[...] Eis-nos agora preparados para mostrar que a explicação histórica não é um ‘esboço de explicação’ científica ainda imperfeita e de dizer porque a história não se transformará nunca numa ciência: ela está presa à explicação causal de onde parte; mesmo que as ciências humanas descobrissem amanhã inúmeras leis, a história não seria, no entanto, transformada, ela permaneceria o que é (Ibid., p. 204-205).

Após apresentarmos alguns elementos a respeito da compreensão histórica e das dificuldades da história se tornar uma ciência, trataremos a partir deste ponto do *progresso do conhecimento histórico*.

Da mesma maneira que a história não possui teoria, tipos, ela também não possui método. Entretanto, não suponhamos que, à falta de método, qualquer pessoa possa forjar-se historiador sem preparo prévio: ela possui uma *cultura* (Ibid., p. 255-256).

Essa cultura histórica se alarga com o passar do tempo, com o prolongamento do número de questões que colocamos aos documentos e com a conceituação. Atualmente podemos formular questões sobre a Guerra do Peloponeso que não eram possíveis a

⁶ STEGMÜLLER, Wolfgang. (*apud* Veyne, 1984, p. 181, nota 2).

⁷ Note que Veyne usa a expressão explicação história quanto passa a tratar da história como *esboço de explicação científica*.

Tucídides; todavia, isso não significa que saberemos melhor do que Tucídides o que fora essa guerra. Como declara Veyne:

A formação do pensamento histórico consiste no seguinte: a inteligência da história enriqueceu-se desde os gregos até nós; não porque conheçamos os princípios ou os fins dos acontecimentos humanos, mas adquirimos desses acontecimentos uma casuística bastante mais rica desses acontecimentos. Este é o único progresso de que a historiografia é susceptível. (Ibid., p. 255)

O enriquecimento da visão acerca do passado só é possível com a criação de novos conceitos. Dispomos de alguns que S. Tomás ou Tucídides não tinham acesso em suas épocas, tais como:

[...] classes sociais, modos de vida, mentalidades, atitudes econômicas, racionalismo, paternalismo, *conspicuous consumption*, ligação da riqueza com o prestígio e o poder, conflitos, mobilidade social por curto-circuito, nobreza da cidade e do campo, riqueza mobilizável, riqueza imobilizada, procura da segurança, dinastias burguesas [...] (Ibid., p. 256).

Ao prolongamento do questionário do historiador, Veyne dá o nome de *tópica* ou *topoi*. A *tópica*, se não permite descobrir uma nova perspectiva sobre os acontecimentos, ao menos possibilita percebermos a acumulação de um conhecimento maior do passado, pois, o “[...] enriquecimento de lugares é o único progresso que o conhecimento histórico pode fazer [...]” (Ibid., p. 270). Dessa maneira, quando trabalhamos com determinados acontecimentos já temos estabelecida uma lista de questões levantadas e, a partir daí, sabemos quais delas são pertinentes e, assim, forjar novos conceitos, novas intrigas, perceber o não-acontecimental. Na pena do autor:

O enriquecimento secular do pensamento histórico faz-se através de uma luta contra a nossa tendência natural para banalizar o passado. Traduz-se por um aumento do número de conceitos de que dispõe o historiador, e, por conseguinte, por um prolongamento da lista de questões que saberá colocar aos seus documentos [...] (Ibid., p. 260).

Seguindo o exemplo de Veyne, vejamos como se opera com uma *tópica* das sociedades pré-industriais. Para estudar as sociedades pré-industriais, o historiador dispõe de uma *tópica*, na qual poderá enumerar, *a priori*, um certo número de questões e interrogar-se a respeito da presença ou ausência de certas particularidades: de um lado, a perspectiva de

progresso, a forma de governo, os produtos artesanais, os ofícios, a agricultura; por outro lado, outras tópicas são mais difíceis de serem formuladas: definir a existência e importância das cidades, a mobilidade social, a vida política entre pequenos grupos; essa dificuldade resulta da falta de documentos, de conceitos que nos permitam ter uma dimensão mais apropriada dessas sociedades.

A tópica não deve ser concebida como uma tipologia, que reuniria as intrigas e os conceitos, “[...] os *topoi* não são para reunir, mas para separar [...]” (Ibid., p. 264). Se nos propomos estudar a Revolução de 1917, dispomos de uma tópica sobre o conceito de Revolução, o que nos ajudará a entender melhor como esse conceito se modifica e se amplia ao longo da história; todavia, ela não nos explicará o que fora a Revolução de 1917. Os conceitos não podem ser transportados de um período a outro sem que sejam levadas em conta as transformações históricas, pois, caso se faça uso dos conceitos sem atentar para suas mudanças e acontecimentos envolvidos por eles em cada momento histórico, estabelecer-se-á, então, o anacronismo histórico, justamente um dos elementos que se procura evitar quando se formula uma tópica. A tópica, “[...] Longe de desembocar numa ciência ou numa tipologia, não deixa de confirmar que o homem é matéria variável sobre a qual não se pode fazer um juízo definitivo [...]” (Ibid., p. 270).

A história pode elaborar conceitos e tópicas que permitem um acúmulo de cultura historiográfica e uma percepção mais refinada da originalidade dos acontecimentos (que seria a única forma de progresso possível em história), mas continua a ser descrição sem método e prestando-se mal a uma formalização científica. Essa formalização não é apenas a das ciências da natureza, como a física ou a química, mas também a das ciências dos homens, isto é, as *ciências humanas*.

1.1.6. História e ciências humanas: economia e sociologia.

Trataremos doravante das relações que podem ser estabelecidas entre as ciências humanas e a história.

[...] vamos, portanto, mostrar em que é que a história não é uma ciência; mas, como uma ciência do homem existe ao fim e ao cabo, veremos também quais as relações que a história pode manter com aquela; para isso, bastar-nos-á em primeiro lugar tomar partido sobre o estado actual das ciências humanas (Ibid., p. 282).

As ciências humanas resultam de tópicos extraídas da análise do vivido, do sublunar. A ciência e a história, o vivido e o formal, são domínios co-extensivos do conhecer, e dois conhecimentos justapostos do ser, da natureza e do homem. As ciências humanas se encontram atualmente no mesmo estágio em que se encontrava a física de Galileu. Muitas objeções devem ter sido postas à física de Galileu, que não era uma evidência, uma vez que havia a possibilidade de ela revelar-se falsa, assim como acontece nas ciências humanas na atualidade (Ibid., p. 284-287).

A evolução das ciências demonstra que as objeções de princípio, em nome da exigência de que um objeto fosse explicado de acordo com a verdadeira natureza das coisas, conforme sua essência, eram sintomas de uma metodologia ainda arcaica. “[...] O erro eterno é acreditar que a ciência é o duplo do vivido e nos cabe a nós reproduzir, sob uma versão melhorada [...]” (Ibid., p. 289). Esse erro terá pesado nos primórdios da física e ainda pesa nas ciências humanas.

A ciência, tanto as físicas como as humanas, prima por formalizações, cujo objetivo é permitir uma melhor compreensão dos fenômenos da realidade. As ciências escolhem seus objetos, elas não explicam todos os existentes, enquanto que, na história, não se podem separar os objetos: aqueles acontecimentos pertinentes e essenciais para serem recortados e formalizados. Veyne toma como exemplos a *ciência econômica* e, mais demoradamente, a *sociologia*. Vejamos cada uma delas.

A economia trabalha com teorias científicas, pois recorta os seus objetos por meio de abstrações que lhe permitem fazer deduções da análise do valor, da repartição das riquezas, dos preços e dos lucros. Dessa forma, a teoria econômica “[...] é um instrumento de análise e de intervenção: quer o homem seja racional quer não, ela explica o que acontecerá e porquê [...]” (Ibid., p. 295). O historiador tem pouco a esperar dessas teorias que se interessam apenas pelos aspectos econômicos do vivido; elas têm o valor de uma tópica:

Se só transpomos seguramente o que podemos deduzir, a quantidade de ciência econômica da qual os historiadores podem se servir de modo seguro reduzir-se-ia como pele encarquilhada; este empobrecimento considerável é o preço de anacronismos que evitamos [...] (Ibid., p. 305).

Nota-se, então, que o alcance das teorias econômicas para história é limitado. Apresentaremos em seguida a leitura realizada por Veyne acerca das relações a serem estabelecidas entre *história e sociologia*.

Segundo o autor, a sociologia pretende ser científica, procura encontrar uma ordem dos fatos na qual alguns comandariam outros; essa sociologia seria explicativa e não descritiva. Nessa linha, a história passaria a ser somente a aplicação das teorias sociológicas. O problema, argumenta Veyne, é que “[...] o que fazemos nos nossos dias sob a designação de sociologia não é uma ciência; é, quer uma descrição, uma história sem esse nome, quer uma tópica da história ou fraseologia [...]” (Ibid., p. 319).

Mesmo que a sociologia não tenha um objeto e um método que abranja e explique as causas dos acontecimentos, ainda que Veyne considere que o que se faz sob o nome de sociologia não passe de uma filosofia política, uma história das civilizações contemporâneas ou um gênero literário sedutor (Ibid., p. 322), ela pode auxiliar o historiador em seu trabalho. Na definição do erudito,

[...] A sociologia é uma ciência que queria ser, mas da qual a primeira linha não foi ainda escrita e cujo balanço científico é completamente nulo; ela não revelou nada que não se soubesse já: nenhuma anatomia da sociedade,

nenhuma relação causal que o bom senso não conhecesse [...] (Ibid., p. 326-327).

Apresentam-se então as seguintes questões: Como a sociologia pode auxiliar o historiador em seu trabalho? Quais seriam as contribuições que esse profissional pode esperar da sociologia?

Se o estudioso percebe que um bom livro de sociologia não passa de um bom livro de história, e, ainda, se considera também que suas “leis” e “teorias” são tópicas, daí a sua utilidade para o historiador pensar o não-acontecimental, ampliar o seu questionário e traçar outras intrigas; isso possibilita também que a história seja *história comparada* e *história completa*. Mas, para tanto, a história deve livrar-se de duas convenções presentes desde Heródoto.

[...] A primeira convenção queria que não existisse história senão do passado, do que se perde se não conservarmos a recordação; o conhecimento do presente pareceria pelo contrário evidente. A segunda queria que a história contasse a vida passada de uma nação, se centrasse sobre a individualidade singular daquela e se instalasse num *continuum* espaço-temporal: história grega, história de França, história do século XVI; não se pensou que era igualmente legítimo recortar a matéria histórica em *itens*: a cidade através dos séculos, o milenarismo através dos tempos, paz e guerra entre as nações (Ibid., p. 334)

Livrar-se da primeira convenção significa abolir a oposição que se faz entre o passado e o presente. Dessa forma, o historiador está mais livre para trabalhar com os conceitos criados pela sociologia, a fim de estudar o presente, ciente, é óbvio, que os conceitos não são invariáveis, ou seja, não podem ser transportados para história sem os riscos do anacronismo: eles funcionam como tópica.

Quanto à segunda convenção, trata-se de fazer uma história que não seja a do *continuum*. Por *continuum* entende-se uma história linear, sem rupturas, em que os acontecimentos só seriam compreendidos se partíssemos da análise de suas *origens* históricas, que datam de períodos sempre muito remotos. Abandonando o *continuum* histórico e situando

sua pesquisa na temporalidade do acontecimento, o historiador poderá escrever uma história comparada e completa. Essas formas de pensar e escrever a história

[...] Não são disciplinas novas que devem substituir as histórias tradicionais; elas vêm juntar-se a estas, para formar uma história finalmente completa, uma história que acabou por se afastar do *continuum*, que dá a si mesma uma inteira liberdade na escolha da intriga e para a qual as unidades de tempo e de lugar, história de um século ou de um povo, não são mais do que uma delimitação possível entre outras. Vimo-lo mais atrás, o tempo não é essencial à história, somente a especificidade o é; o respeito das unidades, a ligação à singularidade espaço-temporal, é a última sobrevivência das origens da história como conservatório das recordações nacionais ou dinásticas [...] (Ibid., p. 335-336).

A história comparada não tem como prioridade descrever os fatos que se apresentam delimitados dentro de um espaço de tempo e de lugar, mas sim aqueles que se assemelham entre si. Isso significa colocar os acontecimentos estudados numa série com o intuito de compreender o que há de específico em cada um deles. “[...] Somente a história comparada permite escapar à óptica das fontes e explicitar o não-acontecimental” (Ibid., p. 338). Se a atenção do historiador não está mais voltada para as unidades, sua prioridade passa a ser a composição da intriga. “[...] Com efeito, se as unidades de tempo e lugar são abolidas, a unidade da intriga torna-se o essencial; ora, é raro que as delimitações tradicionais forneçam intrigas coerentes e interessantes [...]” (Ibid., p. 339).

Se a preocupação do historiador não está mais vinculada à ordem cronológica dos acontecimentos, mas sim para as séries e intrigas, sua liberdade de criar novos itinerários permite o estabelecimento de novas técnicas de análise dos acontecimentos, por meio de intrigas que podem ser traçadas das mais diversas maneiras. “[...] Essa história em liberdade, desembaraçada dos seus limites convencionais, é uma história completa” (Ibid., p. 339).

Na medida em que o historiador passa a fazer história *comparada*, que pode se tornar *completa*, ele terá absorvido aquela que é a maior contribuição da sociologia à história: a produção de conceitos. A ampliação e liberação do trabalho do historiador “[...] torna inútil a

sociologia [...]” (ibid.). Diferentemente do sociólogo, o historiador não tem como prioridade criar conceitos que seriam uma chave de explicação, mas sim utilizar os conceitos para fazer uma história comparada, para compor novas séries; os conceitos só passam a ter sentido quando confrontados com a realidade histórica.

Veyne afirma que é na obra de Max Weber que se pode encontrar uma história completa, onde se efetivam as contribuições da sociologia para a história.

A obra de Weber – que, sendo sociologia “em compreensão”, procura estabelecer leis – é, na verdade, história; ela deve o seu aspecto falsamente sistemático ao facto de ser uma história comparada subordinada a uma tónica; ela aproxima e classifica os casos particulares de um mesmo tipo de acontecimento através dos séculos [...] (Ibid., p. 341).

Segundo Veyne, em seu estudo comparativo, Weber reúne e classifica tipos de acontecimentos particulares, em que se percebem algumas características que se repetem ao longo do tempo, estabelecendo, portanto, um conjunto de variáveis em sua descrição histórica. Esse estudo comparativo que atenta para as variações que diferenciam ou aproximam os acontecimentos históricos, permitiu a Weber levantar questões ainda não ventiladas pelos historiadores. No que tange à relação entre história e sociologia no pensamento weberiano, Veyne assevera:

[...] a sociologia de Weber é de facto uma história sob uma forma mais geral e mais sumária. Para ele, a sociologia não podia ser mais do que uma história desse género, visto que a seus olhos as coisas humanas não podiam ter leis universais e só davam origem a proposições históricas, às quais ele só recusava o epíteto de históricas por serem comparativas e não-acontecimentais. Eram para ele sociologia, ciência, porque podia haver aí outra ciência do homem [...] (Ibid., p. 342).

Como afirmamos acima, é na obra de Max Weber que Veyne encontra uma história comparada, completa, conceitual, não-acontecimental, que não se limita às idéias fornecidas pelas fontes, na qual ficam claras as colaborações possíveis entre história e sociologia. Em suma, essa história sob “uma forma mais geral e mais sumária”, que não se limita a uma descrição dos documentos e rompe com as convenções do gênero, é uma forma de pensar e

escrever a história que possibilita ao historiador reavaliar os principais problemas da escrita da história. Paul Veyne finaliza sua obra *Como se escreve a história*, nos seguintes termos:

Chega um momento, na evolução das idéias, em que velhos problemas são no fundo liquidados, mesmo se se continua a falar deles por hábito. Continuamos realmente a falar da decomposição do objecto histórico, a conjurar o fantasma de uma concepção cientista da história, a recear o espectro do relativismo historicista e mesmo a perguntar se verdadeiramente a história tem um sentido, mas visivelmente a convicção já não existe, quer porque essas idéias tenham sido adquiridas (como a decomposição do “facto” histórico e não científico da história), quer porque elas estejam ultrapassadas ou transformadas num assunto de crença ideológica ou religiosa. Dois novos problemas, em contrapartida, se tornaram centrais, que se colocam a um nível bastante mais humilde: a história é o que fazem os documentos, a história é o que fazem dela, sem nós sabermos, as convenções do gênero (Ibid., p. 343).

1.2. A história conceitual, 1974.

Em *A história conceitual*, observamos que Veyne altera algumas de suas perspectivas epistemológicas acerca da história. Nesse trabalho, Veyne encontrará na sociologia mais do que uma simples fraseologia ou história sem esse nome, e, segundo ele, será na produção de conceitos que se concentram as principais contribuições mútuas entre sociologia e história. Será, pois, com a produção de conceitos que se observarão mudanças referentes ao estatuto de cientificidade em história, uma vez que o autor afirma que a história possui *núcleos de cientificidade*.

Nesse texto, a atenção de Veyne está voltada para uma história conceitual que se afaste do meramente factual através da conceituação dos acontecimentos históricos. Temos como consequência desse procedimento o estabelecimento de *núcleos de cientificidade* na história. Isso ocorre porque a história não pode ser uma ciência no sentido estrito do termo: “[...] não é possível a existência de uma ciência *da* história, pois o devir histórico não comporta um primeiro motor [...]” (Veyne, 1976, p. 64).

O devir histórico não pode ser conhecido sem o esforço de conceituação, pois não temos um conhecimento direto e completo dos acontecimentos históricos. O esforço de

conceituação proposto por Veyne, vem substituir uma gama variada de abordagens históricas que encontramos em *Como se escreve a história*.

[...] Os termos história não factual, história em profundidade, história comparada, generalizante, tipológica, e mesmo tópica histórica, são maneiras semelhantes para designar esse trabalho de conceituação do “todo confuso” que, antes de mais nada, é o espetáculo do devir [...] (Ibid.).

Vemos que o texto de 1974 marca uma continuidade de *Como se escreve a história*, livro que Veyne finaliza destacando a importância das colaborações de Max Weber à história. Esse destaque é encontrado também no primeiro parágrafo do texto que ora apresentamos. Sublinharemos, portanto, em nossa análise, quais as aproximações e afastamentos entre a história e a ciência e, ainda, a tentativa por parte dos historiadores em conceituar o “todo confuso”⁸ da história.

1.2.1. Relações entre história e ciência.

Vejamos, primeiramente, quais os principais aspectos que separam história e ciência.

Muitas vezes, as pretensões dos historiadores de que a história seja científica é maior do que as dos físicos (Ibid., p. 65). As ciências da natureza não se interessam por todos os fenômenos, já que selecionam e recortam alguns deles como objeto, isto é, somente aqueles que são necessários para sua explicação, suas leis e teorias. O historiador, porém, não pode separar o que há de *necessário* e de *contingente* em determinado acontecimento; para compreender um acontecimento sublunar não lhe é permitido fazer recortes adequados a um modelo de explicação científica. “[...] A fronteira que separa a história e a ciência não é a do contingente e do necessário, mas a do todo e do necessário” (Ibid.).

⁸ Apesar de Veyne não definir o que seria o “todo confuso”, entendemos que tal expressão refere-se à impossibilidade de se abarcar todos os aspectos dos acontecimentos humanos, do devir histórico.

Os acontecimentos *necessários* são aqueles que aparecem sempre e que podem ser formalizados em leis como, por exemplo: a queda dos corpos estudada pelas leis da física; a economia de mercado, que pertence ao domínio da economia teórica. A história também lida com esses acontecimentos focalizados pelas ciências; entretanto, a principal dificuldade da história é que, para além dos acontecimentos determináveis pela repetição de algumas de suas características, ela depara com o *accidental*, a *contingência*.

Acidentais são aqueles acontecimentos que não podem ser determinados, uma vez que seu aparecimento depende dos acasos da história, dos imprevistos, das razões que desconhecemos. Por se deparar com o *accidental*, cuja exigência é a de um tratamento individualizado, a história não pode criar leis que sejam capazes de abarcar os acidentes e acasos presentes na emergência dos acontecimentos. “[...] Somente as relações necessárias e aquelas que se produzem mais freqüentemente permitem silogismos, permitem uma ciência [...]” (Ibid., p. 66). Os *silogismos*, proposições semelhantes entre os acontecimentos, que encontramos em história não são esboços de explicação científica, mas resultados da retrodicção, que “[...] ‘tapa os buracos’ de toda documentação [...]” (Ibid.).

Essas características que impossibilitam à história ser plenamente científica, não são, no entanto, um impedimento para um diálogo entre a história e as ciências. A história pode se beneficiar dos progressos das ciências, acolhendo questões ainda não exploradas pelos historiadores. O aproveitamento que a história pode fazer das ciências é sempre limitado, dessa forma, as transformações das ciências não podem afetar a maneira como se escreve a história, sendo que o historiador retira delas apenas o que lhe é útil.

Existe ainda outro impedimento que assinala a delimitação da história no campo das ciências: não existe um *primeiro motor*⁹ na primeira. Um primeiro motor seria um

⁹ O termo “primeiro motor” é encontrado freqüentemente nos textos de Veyne. Embora não explicitamente o significado de tal expressão, entendemos “primeiro motor” como um ponto de partida onde estaria

acontecimento determinante de todos os que se seguem. Veyne utiliza como exemplo a *adoção do moinho d'água*: este é a causa da servidão ou a servidão se deve ao fato da utilização do moinho? Se dissermos que a implantação do moinho é um acontecimento explicável pela economia, destacaremos então apenas os aspectos econômicos da implantação do moinho, desconsiderando assim as condutas jurídicas, morais, rotineiras, mentais e políticas da adoção do moinho d'água (Ibid., p. 66). Se afirmarmos que a utilização do moinho é um primeiro motor da servidão, então isso se torna um acontecimento entre outros a serem analisados; ele deixa de ser causa primeira ou eficiente e se torna matéria para outras causas. Podemos ainda admitir o moinho como “causa material”, mas não seria considerado causa material sem a utilização que se faz dele, o que leva a observar que o primeiro motor também não se encontra nas causas materiais. “[...] Nessa rede de interações que é a história, o motor estará em todas as partes onde queiramos localizá-lo” (Ibid., p. 67).

Dessa forma, em história não se pode determinar as *causas primeiras*, uma vez que elas estarão onde se quiser encontrá-las, no lugar onde for necessário inseri-las para se empreender uma explicação; elas variam conforme a estratégia que se estabelece para compor a intriga. Como afirma Veyne, a história é mais um *exercício de prudência* do que de ciência.

[...] Não existe motor da história, mas somente variáveis estratégicas que não são as mesmas de uma conjuntura a outra; a história, a que fazemos e a que escrevemos, não é então negócio de ciência, mas de prudência (Ibid., p. 68)¹⁰.

Que a história seja mais um “exercício de prudência” do que “negócio de ciência”, não significa que a compreensão dos acontecimentos históricos seja fácil e direta; se isso fosse verdadeiro qualquer pessoa poderia, de improviso, tornar-se um historiador, onde bastaria olharmos para a história sob o mesmo prisma que observamos os fatos do cotidiano; todavia,

localizado o princípio explicativo e fundamental de um fenômeno, como acontece nas ciências, que a partir de determinado objeto viabiliza a formulação de leis e silogismos.

¹⁰ Note que Veyne usa as expressões *estratégia* e *exercício de prudência* para a escrita da história; no entanto, não cita as fontes das quais se apropria de tais expressões.

a história requer elaboração. A compreensão imediata que temos das coisas é sempre confusa e

[...] é rodeada por uma auréola de “não factual” que se esforça por compreender uma “história pioneira”, uma “história em profundidade”. Sabemos quais foram os progressos dessa história há três quartos de século: nosso século será o século refundador da história (Ibid., p. 68)

Tais progressos não dizem respeito às transformações ocorridas nas ciências, de modo a possibilitar ao historiador operar com sistemas que explicariam os acontecimentos históricos a partir de um modelo científico; esses progressos referem-se aos *núcleos de cientificidade* em história: a *conceituação*.

1.2.2. Os progressos da história no século XX com a conceituação dos acontecimentos.

Um historiador do século XX dispõe de um número muito maior de questões e conceitos do que um cronista do ano 1.000. Com a ampliação do questionário, o historiador pode analisar acontecimentos dos quais, até então, só tinha uma compreensão dispersa, obscura, factual do “todo confuso”. Essa percepção mais acurada da realidade não se limita à descoberta de um conceito que possa ser transportado de um período a outro, isto é, para a composição de outras séries de intrigas. Devido à dificuldade em lidar com os conceitos, a explicação histórica dificilmente é suficiente, exigindo frequentemente novos conceitos, assim como historicização e modificações de conceitos já formulados. Estes últimos devem permitir ao historiador levantar novas questões e a não responder a todas as perguntas, isto é, “[...] Ter a idéia de ‘novas questões’ a serem colocadas aos documentos, ‘que são inesgotáveis’, é ter formado noções inéditas [...]” (Ibid., p. 71).

Do ponto de vista de Veyne, formular novas questões e novos conceitos é uma atividade que está presente em dois momentos do trabalho do historiador: na *crítica*, que consistiria na análise das fontes e dos documentos de modo a perceber o que pode haver de

não-acontecimental. “[...] A história não factual é, verdadeiramente, uma história que impulsiona a conceituação para mais longe, como não o fazem suas fontes e como não o faziam os historiadores de outrora [...]” (Ibid., p. 70). O outro momento é o da *explicação*¹¹, pois o historiador não faz reviver o passado, ele o explica, e os conceitos só aparecem através de sua explicação, na sua intriga. Como mostra Veyne:

As conceituações históricas também não são fruto de uma pesquisa experimental, de uma descoberta, mas de um exame atento e penetrante, de uma percepção intelectual que pode se comparar ao esforço de visão. O sentimento do esforço encontra-se presente em dois momentos do trabalho histórico: a crítica e a explicação. Da mesma forma que o talento de um físico consiste em descobrir a equação de um fenômeno (pelo menos é o que imagino), o talento do historiador é em parte o de inventar conceitos [...] (Ibid., p. 69).

1.2.3. Três formas de conceituação do “todo confuso”.

Os conceitos produzidos pelos historiadores, com o auxílio das ciências humanas, neste caso a sociologia, enfocam não apenas na explicação de casos particulares, de acontecimentos específicos, mas procuram, a partir daí, lançar luzes sobre o entendimento da totalidade histórica, do “todo confuso”. Dessa forma, Veyne aborda três formas de *tematização* da totalidade histórica: a *praxeologia*, o *inconsciente* e os *coletivos*, neste caso, as *mentalidades*.

A *praxeologia* pode servir ao historiador como uma finalidade heurística, mas não como uma teoria explicativa da causalidade histórica. Os acontecimentos sublunares não são conhecidos de imediato e aquilo que conhecemos deles não é definitivo: uma nova abordagem pode revelar aspectos ainda não pensados pelos historiadores, o que modifica nosso saber e,

¹¹ Em *A história conceitual*, assim como nos textos seguintes que apresentaremos, observamos que Veyne usa freqüentemente o termo *explicação*. Ao estabelecer núcleos de cientificidade em história, esta se torna passível de explicação e não mais de apenas *compreensão*, como destacamos em *Como se escreve a história*.

conseqüentemente, exige novas formas de explicação. Tudo isso porque a ação humana não é conduzida em direções precisas em meio ao “todo confuso”, como numa combinatória que alia causa e efeito determináveis.

Os circuitos causais da ação não se revelam por inteiro à visão imediata; daí a necessidade de uma conceituação que, prestando-se a matéria ou não, se apresentará como uma série de conceitos coordenados por uma tópica ou organizados num sistema hipotético-dedutivo (Ibid., p.72).

Quando trata da *praxeologia*, Veyne afirma que, mesmo que a *matéria* seja fundamental para a história, a explicação histórica não pode ficar restrita à sua *realidade material* ou *objetiva*. A realidade material é objetiva porque a ação humana é objetiva; todavia, essa ação compreende a pluralidade dos seres humanos. Se fizermos uma praxeologia dos acontecimentos humanos, podemos dizer que as condições materiais dadas exigiam que agissem de tal ou qual maneira; entretanto, nenhuma praxeologia pode oferecer uma explicação completa das razões que determinaram que se agisse de uma maneira e não de outra, pois as ações observadas em uma determinada realidade material, objetiva, podem ser respostas a outras causas materiais não percebidas e nem esperadas. Desse modo,

[...]articulando-se entre si, as ações individuais levam a construir configurações coletivas (o mercado, a cidade, a guerra de 1914), que não eram desejadas por ninguém, e que exigem um esforço para serem conhecidas; por isso é necessário conceitualizar a problemática da construção de uma cidade, de uma escalada ou de uma negociação, para não ter que dizer: “não tínhamos desejado isto, os acontecimentos nos ultrapassaram” (Ibid., p. 74).

Após analisar a questão das *praxeologias*, Veyne focaliza uma outra forma de conceituação: a *teoria do inconsciente*. Assim como não podemos nos satisfazer em formular uma teoria das *praxeologias* para explicar a totalidade histórica, também não podemos nos satisfazer com uma *teoria do inconsciente*. A realidade material não explica a multiplicidade das ações humanas, que podem variar conforme as vontades dos indivíduos de um mesmo grupo. Deveríamos, então, explicar a totalidade pelas vontades individuais, pelo inconsciente? Se descartarmos toda realidade material, poderíamos explicar os acontecimentos humanos por

uma teoria do inconsciente. Mas tal empresa é impossível, uma vez que a matéria é preponderante para a história e o inconsciente não é uma instância à qual recorreríamos para explicar as causas de um acontecimento, dado que este só é conhecido pelas suas conseqüências, que devem ser analisadas como acontecimentos entre outros.

Os instintos, as faculdades, as tendências, os hábitos, os mecanismos do espírito e os fins de cada um são um mundo de realidades psíquicas que não chegam à consciência senão por seus efeitos, as formas do silogismo ou as lembranças latentes. É a reflexão que descobre as formas do silogismo [...] (Ibid., p. 74).

Por fim, passemos à terceira forma de tematização da totalidade histórica: *os coletivos*. A história não pode ser escrita a partir das vontades individuais, pois nunca encontramos os indivíduos separados de uma coletividade, como uma instância independente das relações nas quais estão inseridos; não podemos apelar para uma consciência individual reveladora das causalidades históricas.

Finalmente e, sobretudo, não podemos determinar o que seria o indivíduo tomado à parte, fora das coalizões, das instituições, do corpo político, pois quando ele aí entra já está modelado pela sociedade, ou seja, pela história anterior; nunca o encontramos em estado natural [...] (Ibid., p. 75).

Segundo Veyne, o estudo das *mentalidades* é o que melhor permite analisar as dimensões coletivas do indivíduo. Uma mentalidade não significa somente que vários indivíduos pensam a mesma coisa, mas que este pensamento se torna possível porque outros indivíduos o pensam também, embora de formas diferentes (Ibid., p. 75-76).

As diferentes formas de saber se sustentam porque são partilhadas pelos indivíduos, e porque, se pensadas em conjunto, podem nos ajudar a perceber as *articulações internas* de uma mentalidade; entretanto, se, num percurso inverso, tratamos uma mentalidade como uma totalidade, desconsiderando suas articulações, não faremos mais do que generalizações pouco elucidativas. Como afirma Veyne:

Se as digerimos segundo suas articulações internas, as mentalidades tornam-se compreensíveis; se não, ainda podemos explicar com sensibilidade o conteúdo

desse pensamento, mas não podemos compreendê-lo e repensá-lo; as mentalidades parecem, então, feitas para provar a impossibilidade de penetrar no pensamento de outro tempo ou de outro lugar: a religião romana, a astrologia, a mentalidade primitiva [...] (Ibid., p. 79).

1.2.4. Conceitos como núcleos de cientificidade.

Com a exposição dessas formas de conceituação do *todo confuso*, que são: as *praxeologias*, as *teorias do inconsciente* e os *coletivos*, mais especificamente, as *mentalidades*, Veyne deixa evidente que no processo de conceituação histórica o historiador depara-se com obstáculos a serem superados para que possa estabelecer *núcleos de cientificidade* em história.

Em *Como se escreve a história*, Veyne trabalhou com a questão das contribuições entre sociologia e história. Já, no texto *A história conceitual*, aproximando mais a relação entre essas disciplinas, por meio da conceituação, afirma que “[...] pode-se dizer indiferentemente que um livro de história é uma monografia sociológica ou que um livro de sociologia geral é uma tópica histórica [...]” (Ibid., p. 81).

Ao conceituar os acontecimentos, as fronteiras que separam história e sociologia passam para um segundo plano, o das *convenções* e do *corporativismo*. Desta feita, o problema principal concentra-se em outro lugar: *o estado da documentação* (Ibid). Conceituar um acontecimento é não se conformar com os conceitos fornecidos pelas fontes do período estudado, pois isso seria uma história puramente acontecimental e próxima da ótica das fornecida pelas fontes. A conceituação faz justamente o contrário, ou seja, formula uma *tópica* dos conceitos e coloca questões que ainda não foram pensadas: tanto não podemos nos satisfazer com as noções fornecidas por Suetônio quando estudamos o século I d.C., quanto não podemos acreditar que o século XIX é inteiramente explicável por meio dos conceitos de Marx e Tocqueville (Ibid.). Isso ocorre simplesmente porque hoje dispomos de conceitos que ainda não existiam naquele período; colocamos novas questões, formulamos outras tópicas.

Escrever uma história conceitual é o maior progresso que podemos esperar da epistemologia histórica. Nas palavras do autor:

[...] É somente quando a análise em todas as partes é levada igualmente à frente que as grandes linhas da história aparecem, que os historiadores parciais se tornam unidos mesmo nas suas profundezas (em vez de opor duas administrações ou duas religiões a partir de detalhes, dispõe-se de uma tipologia das religiões onde elas se opõem pelas suas características mais profundas) e que, de certa maneira, toda história se torna uma história comparada. Não nos encontramos ainda nesse ponto, mas é somente nele que a história terá toda sua qualidade. Não pretendemos que a história deva ou deveria ser conceitual: constatamos que ela é, que o termo conceituação é aquele que melhor descreve seus progressos desde Tucídides; que é um termo mais justo que o de história não factual, generalizante, explicativa etc.; enfim, que se a história, não contente de ser conceitual, sabe que ele o é, esse saber pode incitá-la a vir a sê-lo mais ainda: não se pode pedir mais à epistemologia (Ibid., p. 81).

Veyne considera que o processo de conceituação dos acontecimentos históricos resulta das transformações ocorridas tanto nas ciências físicas quanto nas humanas, principalmente a sociologia. Contudo, reconhece que isso também pode ocorrer na literatura, nas artes visuais e nos costumes, dentre outros. Todas essas transformações ampliam a cultura do historiador, possibilitando-o formular novas questões e trabalhar com conceitos. Esses progressos da história não se situam numa relação de proximidade da história com outros campos de saber, o que implicaria mudanças de conjunto. Em vez disso, dizem respeito ao fato de o historiador se apropriar daquilo que lhe interessa em meio ao enriquecimento da visão sobre o homem; por meio da conceituação e estabelecimento de *núcleos de cientificidade* compreende-se cada vez melhor o “todo confuso”, e, conseqüentemente, o mundo do qual fazemos parte, da coletividade à qual pertencemos. Na conclusão de Veyne, tais progressos em história, consistem em “[...] Tematizar o que é, ‘tomar consciência’ do impensado, é também conceber que esse sendo poderia não ser e dar-se o meio de desejar eventualmente que não seja mais [...]” (Ibid.).

1.3. O inventário das diferenças: história e sociologia, 1976.

O texto que apresentaremos a seguir foi originalmente proferido como aula inaugural de Veyne no Collège de France. Eleito para a cadeira de História Romana, Paul Veyne dá continuidade às problemáticas apresentadas no texto de 1974. Nesse estágio de sua carreira, o autor busca objetivar o *devoir histórico* por meio da elaboração de dispositivos teóricos por ele desenvolvidos: as *constantes trans-históricas*; cujo objetivo é fornecer condições para o historiador realizar um *inventário das diferenças*. Há também um deslocamento em relação à cientificidade da história; se em *A história conceitual* Veyne afirmava a existência de *núcleos de cientificidade*, ou seja, a produção e operacionalização de conceitos, a partir de então, os laços entre história e ciências humanas, fundamentalmente a sociologia, se estreitam ainda mais, a ponto de o autor afirmar que a história é *congenitamente científica*, ou ainda, é uma *ciência das diferenças*.

Nossa atenção recairá, portanto, sobre alguns aspectos que consideramos centrais no texto de 1976: as relações entre *história e sociologia*, a *formação de conceitos e constantes trans-históricas*.

1.3.1. História sociológica.

Logo nas primeiras páginas do texto, Veyne afirma que existe apenas a *história sociológica* (Veyne, 1983, p. 5), que conceitua os acontecimentos recorrendo às ciências humanas, ou *ciências morais e políticas*, que seria a sociologia. A concepção de história exposta baseia-se na *filosofia aroniana da história*, dividida em dois momentos: o primeiro refere-se à crítica dos acontecimentos históricos, centrada na noção de que “os fatos não existem” em estado isolado, exceto por abstração; concretamente, os fatos só existem como conceitos. A história tem como matéria os fatos, mas, formalmente, é escrita e explicada com a elaboração de problemas e conceitos. Para escrever uma história que não se limite à

narração dos acontecimentos, mas que, em lugar disso, ofereça uma explicação deles¹², o historiador deve recorrer às ciências humanas formulando *constantes*; é este o segundo momento da filosofia aroniana da história, no qual Veyne se apoiará. Desse ponto, a questão que emerge é a seguinte:

Mas, então, se a história existe, e também os romanos, existirá uma história romana? A História consistirá em contar histórias segundo a ordem do tempo? A resposta, para falar rapidamente, será formalmente não, e materialmente sim. Sim, porque existem acontecimentos históricos; não, porque não existe explicação histórica. Como muitas outras ciências, a História informa seus materiais recorrendo a uma outra ciência, a Sociologia [...] (Ibid., p. 5-6).

O historiador, mesmo que não o saiba, possui uma sociologia, afirma Veyne. Ele escreve e pensa a história por meio de conceitos tais como *feudalismo*, *imperialismo*, *romanos*, *redistribuição*, *paz*, *nação*, *guerra* dentre outros. Dessa forma, a sociologia não é apenas uma disciplina auxiliar da história, ela a constitui, dá forma aos seus objetos. Assim, negar sua importância significa trabalhar com os conceitos sem apreendê-los, limitando-se a descrevê-los. A sociologia passa então a ocupar um lugar de destaque na formação do historiador.

[...] Assim, a erudição, a seriedade do ofício histórico, é apenas metade da tarefa; e, atualmente, a formação de um historiador é dupla: erudita e, além disso, sociológica. O que acarreta o dobro de trabalho, porque a Ciência progride e o mundo perde a inocência, avidamente, todos os dias (Ibid., p. 9).

A forma como Veyne trabalha com a História Romana em sua Aula Inaugural visa a destacar a formação sociológica do historiador. A escassez de documentação disponível sobre a história da Roma antiga, obriga o historiador a criar novas problemáticas, a estabelecer novas técnicas de tratamento dos documentos, a fazer uma história não-acontecimental e a elaborar novos conceitos e a rever os antigos. Os historiadores, declara Veyne, quando pensavam o imperialismo romano, tratavam-no segundo os princípios políticos europeus e

¹² Note que Veyne usa o termo *explicação histórica* quando trata da formação de constantes.

usavam, de forma obscura, uma teoria; entretanto, essa teoria era falsa, pois “[...] as máximas de Roma são arcaicas; Roma encarna uma forma arcaica não de imperialismo, mas de isolacionismo [...]” (Ibid., p. 13).

A fim de que não caia nessa ilusão, dois procedimentos tornam-se imperativos ao historiador: a *conceituação* (dos conceitos de imperialismo e isolacionismo) e a formação de uma *constante* (no que o imperialismo romano difere de outras formas de imperialismo, razão porque, a partir desse ponto, devemos falar em isolacionismo romano e não em imperialismo romano). Sendo assim,

[...] a conceituação de uma constante permite explicar os acontecimentos; jogando-se com as variáveis pode-se recriar, a partir da constante, a diversidade das modificações históricas; explicita-se, desse modo, o não-pensado e lança-se luz no que era apenas vagamente concebido ou mal era pressentido. Finalmente, e, sobretudo, por mais paradoxal que pareça a afirmação, só a constante individualiza, mesmo levando-se em conta seu caráter abstrato e geral (Ibid., p. 15).

1.3.2. Constantes trans-históricas variáveis e teoria da história.

Vejamos, então, o que caracteriza as *constantes trans-históricas* e quais são suas conseqüências para a constituição de uma *teoria da história*. De partida, Veyne destaca os equívocos que podem advir da noção de *constante* em um primeiro momento: de que ela transmitiria uma idéia de imutabilidade histórica, de negação das mudanças, das vontades dos indivíduos, de desprezo pelos acasos. Sendo assim, bastaria apenas que se escrevesse a história comparando-se e justapondo-se conceitos. Entretanto, ao contrário desses temores, o objetivo das constantes trans-históricas é levar a cabo uma história sociológica, científica, que forneça ao historiador uma teoria para criar e explicar os conceitos. Na definição de Veyne:

[...] “Constante” não quer dizer que a História é feita de objetos invariáveis, que jamais mudarão, mas somente se pode captar nela um ponto de vista invariável como verdade, um ponto de vista científico, escapando às ignorâncias e às ilusões de cada época e sendo trans-históricas. Para resumir: determinar as constantes é determinar as verdadeiras realidades e os verdadeiros mecanismos da evolução histórica; é explicar essa evolução

cientificamente, ao invés de restringir-se a narrá-la superficial e ilusoriamente. ‘Constante quer dizer, portanto, “História escrita à luz das ciências do homem” (Ibid., p.19).

A produção de constantes não significa elaborar algo inédito na história, pois os historiadores já produzem constantes, como é o caso daquelas formadas pela *teoria marxista*, e que Veyne toma como exemplo para dissipar os mal-entendidos que circundam a noção de constantes.

O marxismo pretende fazer da história uma ciência, assevera Veyne, e fornece dispositivos teóricos e constantes para a explicação dos acontecimentos históricos, tais como, *luta de classes, forças e relação de produção, infra-estrutura e superestrutura, Estado, classe dominante*. Esses instrumentos serviriam, para o marxismo, como chave de explicação para qualquer acontecimento histórico, e são chaves justamente porque são invariáveis (Ibid., p. 20-21). Vejamos o que Veyne pensa a respeito de uma constante bastante cara ao marxismo: a de *luta de classes*:

[...] Acima das modificações históricas, acima também das ignorâncias teóricas e das ilusões ideológicas, o motor da História é invariavelmente a luta de classes. Pelo menos “até hoje”. Não se trata de dizer que sempre haverá classes, sempre, sempre, mas que, acima das aparências e das ilusões, a verdade dos milênios de pré-história terá sido a luta de classes [...] (Ibid., p. 21).

Entretanto, não são apenas os marxistas que produzem constantes, já que, todo historiador, quando estuda épocas passadas pensa por meio delas. À guisa de exemplo, um historiador, ao estudar os romanos, discorre a respeito de seus *costumes, crenças, guerras, dominação, poder, imperialismo*, entre outros, mas não utiliza as mesmas noções encontradas nos documentos, o que implica que o historiador interpreta suas fontes a partir da linguagem científica que tem à disposição, de modo a perceber elementos apenas vagamente notados pelos romanos, que não tinham palavras ou conceitos disponíveis para explicá-los. Dessa forma, esse historiador pode utilizar-se do conceito de *ideologia* ou de *imperialismo romano*,

sem definir precisamente suas especificidades, destacando somente que existiram imperialismo e ideologia em Roma. De acordo com Veyne, o esforço de conceituação, tem, pois, como objetivo, atingir diretamente o cerne desse problema, ou, em outros termos: explicar o que há de particular nesses conceitos comparando-os com outros dentro de uma constante (Ibid., p. 22).

Nesse ponto, uma questão se apresenta como pertinente: como trabalhar com constantes trans-históricas, destacando suas variações e diferenças, de maneira a transformá-las em uma *teoria da história*? O historiador deve romper com as barreiras que separam história e ciência, elaborando assim uma explicação científica dos acontecimentos históricos.

Vejam algumas maneiras de se elaborar uma explicação científica em história, segundo Veyne. A primeira seria acabar com a ilusão de que as ciências, com sua exigência de formalização e generalizações poderiam levar a cabo aquele tópico que é o foco central da história: o estudo das individualidades. Se essa ciência é a sociologia, o problema pode ser eliminado sem grandes dificuldades, pois, como já salientamos acima, a sociologia não se apresenta mais como uma disciplina auxiliar da história, já que ambas trabalham em harmonia, sendo a história a aplicação da sociologia. Depois, faz-se necessário distanciar-se da perspectiva teórico-marxista, para a qual a teoria da história é a teoria econômica, e o poder dessa teoria reside no fato de que ela

[...] persuadiu a maioria dos historiadores, inclusive os de Economia, que a economia política era o marxismo (o qual não é uma teoria econômica, mas somente um fragmento de História econômica) e que, quando penetrassem em seu interior, estariam armados para fazer História econômica; sob o risco de ser desacreditado, pode-se afirmar que alguns deles mal sabem da existência de uma teoria econômica verdadeira; em todo caso, não fazem questão de sabê-lo [...] (Ibid., p. 23)

Existe ainda um outro aspecto que não concebe a história como aplicação das ciências humanas: “[...] trata-se da convenção, do ‘discurso’, no sentido de Foucault, com tudo o que uma convenção suporta de arbitrário e incoerente [...]” (Ibid. p. 24). Ao mesmo tempo em que

as convenções da história não aceitam que esta seja a aplicação de outras ciências, com receio de perderem sua autonomia em proveito da teoria, é notável que as fronteiras da história se alargam com o uso de conceitos oriundos da demografia, da economia, da geografia, ou seja, das ciências do homem; em meio a essas mudanças, não só a história progride, mas também as ciências humanas são enriquecidas quando dialogam com a história: elas passam a historicizar seus problemas (Ibid., p. 25).

É somente através da historicização de seus objetos que a história os individualiza. Mas como realizar tal procedimento? Por meio de constantes trans-históricas variáveis, que permitam ao historiador perceber como um mesmo conceito se apresenta de maneiras diversas ao longo da história. Veyne exemplifica esta problemática a partir de uma história da loucura.

[...] Uma história da loucura; como escrevê-la? Todos aprendemos que não existe loucura em “estado selvagem”, acima de modificações históricas descontínuas, e que era, portanto, impossível falar em “a” loucura através dos séculos, exceto se estabelecêssemos uma continuidade enganosa entre doenças sem relação entre si. Que diriam do ingênuo que escrevesse uma história de “a” caridade através das diversas civilizações, desde os Sumérios e dos faraós? (Ibid., p. 27).

Construir uma constante trans-histórica da loucura consiste em apreender a sua especificidade em diferentes momentos da história. Quando pensamos em conceituar a loucura conforme as épocas, a análise não está focada nas estruturas gerais - universo em que se perderia de vista o sujeito - mas no fato de que “[...]os agentes históricos sofrem limitações, e, nesse sentido, é a sua época que se exprime através deles; segue-se, como consequência, que a expressão jamais se ajusta perfeitamente ao expressado: há distorção” (Ibid., p. 27). A individualização recairá, portanto, nessas distorções, a fim de tornar claras as confusões e representações que cada época apresenta de sua realidade social, pois “[...] o curso da História é feito de subsistemas, cujas articulações são contingentes [...]” (Ibid., p. 29).

É a conceituação que permite percebermos a originalidade dos acontecimentos históricos, como vemos na leitura realizada por Veyne da obra Jean Pariente acerca dos conceitos e da explicação nas ciências humanas e nas ciências físicas.

[...] Como diz meu amigo Jean Pariente em seu belo livro *Le Langage et L'Individuel*, estamos errados quando opomos a apreensão das individualidades, em toda sua riqueza, à conceituação, que seria uma tagarelice bastante geral; ao contrário, cada conceito que conquistamos refina e enriquece nossa percepção do mundo; sem conceitos, nada se vê; sem conceitos, faz-se História narrativa, que não é absolutamente a mesma coisa que História factual: porque se pode muito bem conceituar os acontecimentos. Um físico explica e individualiza ao mesmo tempo um fenômeno concreto, aplicando-lhe a fórmula certa, substituindo as letras da álgebra pelas cifras, que são circunstanciais; da mesma forma, a explicação histórica e sociológica (trata-se da mesma) consiste em relacionar um acontecimento a um modelo trans-histórico, que se individualiza jogando-se com as variáveis” (Ibid., p. 30)

Para que a explicação histórica e a sociológica sejam confluentes, é mister que o historiador conceitue os acontecimentos; porém, alerta Veyne, o historiador não pode perder de vista aquela que é uma das tarefas fundamentais da história e mais prezada pelos historiadores: a de continuar a narrar o passado. Diante dessa premissa, o historiador pode optar por duas atitudes diante dos acontecimentos: a primeira é limitar-se a descrevê-los conforme a ótica das fontes; a segunda, consiste em explicá-los individualizando-os, fazendo um *inventário completo*, pois a [...] a reivindicação do inventário completo é particular a nós [historiadores] [...]” (Ibid., p. 32).

A exigência de um inventário completo dos acontecimentos históricos se estabelece porque um acontecimento nunca se reproduz. O historiador deve buscar a individualidade dos acontecimentos históricos em sua própria temporalidade, sem remeter ao *período* histórico quando os acontecimentos ocorreram, como sendo o lugar privilegiado de emergência das individualidades. Dessa forma, Veyne afirma ser necessário que os historiadores se livrem do *mito do período*. Nas palavras do autor,

[...] Nosso mito favorito, o do período, o do período com sua originalidade inefável, traduz, a seu modo, nossa dupla reivindicação: a de um inventário de

todos os acontecimentos e a de uma individualização de cada acontecimento; nenhum acontecimento se repete e nem é redutível a uma abstração [...] (Ibid., p. 32).

Dois acontecimentos históricos, mesmo apresentando características idênticas, exigem um tratamento distinto para cada um, já que, somente “[...] aos olhos de um sociólogo eles recairiam numa só e mesma categoria [...]” (Ibid., p. 33). Os fatos históricos são individualizados pelo tempo; entretanto, não podemos nos contentar em individualizar os acontecimentos afirmando que sua especificidade se deve ao fato de que seu desenvolvimento se localiza em determinado período. Para Veyne, o *mito do período* tem um efeito mais *tranqüilizador* do que explicativo, fato que torna suficiente apenas datar o acontecimento e relacioná-lo com outros que ocorreram simultaneamente.

[...] Descobrimos aqui o que há de verdadeiro no mito tranqüilizador do período não comparável: trata-se da individualidade dos acontecimentos, que o mito pensa preservar; é esta sua origem autêntica. Só que ele se dá mal aí: não chega nem mesmo a dizer em que consiste tal originalidade, a encontrar as palavras necessárias para tanto: limita-se a designá-la, e a confiar no instinto do leitor, que deverá perceber de que gênero de individualidade se trata (Ibid., p. 34-5).

Um historiador que contar a história de Roma atendo-se somente ao período, discorrerá a respeito do imperialismo, das conquistas, do direito, das instituições. Além disso, fornecerá datas precisas e, dessa forma, permitirá perceber que tanto o imperialismo quanto o direito romano não são a mesma coisa que o Código Napoleônico ou o imperialismo ateniense, pois os acontecimentos e datas são diferentes. No entanto, as originalidades desses acontecimentos não serão esclarecidas, mas apenas, descritas. Para apreendermos a originalidade do imperialismo, do direito, das instituições romanas, devemos criar uma constante para cada um desses conceitos, em que “[...] o direito romano conquista seu lugar numa tipologia dos diferentes direitos e se distingue deles por variáveis originais, que, desta vez, sabemos exprimir com todas as letras [...]” (Ibid., p. 39-40). Isso significa dispor de uma

teoria das constantes trans-históricas variáveis que abandona o *mito do período*. Sendo assim,

[...] Os fatos históricos podem ser individualizados sem serem remetidos ao lugar que lhes corresponde num complexo espacio-temporal; o direito romano não se encaixa num compartimento chamado Roma, mas adquire lugar entre os outros direitos [...] (Ibid., p. 42)

Escrever uma *história conceitual*, portanto, significa abandonar a narrativa dos acontecimentos históricos individualizados pelo tempo, ou seja, a individualização passa a ser realizada por meio da conceituação, do jogo de constantes trans-históricas variáveis, uma vez que, “[...] Os fatos históricos não se organizam por períodos e povos, mas por noções; não têm de ser recolocados em seu tempo, mas sob seu conceito [...]” (ibid., p. 43).

A individualização dos acontecimentos históricos deve ser assegurada pelos conceitos. Assim, a explicação histórica se torna científica assim como a noção de individualidade também se modifica. As individualidades de que a história se ocupa não são os indivíduos, estudados um a um; trata-se de individualidades relativas a uma problemática mais geral, conceitual.

[...]Na maioria das vezes, a História fala em instituições, costumes, sociedade, economias, sistemas de direito e fatos de mentalidade, que se constituem em individualidades somente num sentido relativo da palavra; são agregados ou entidades. A História não estuda o homem no tempo; estuda os materiais humanos subsumidos nos conceitos. Certamente, estes materiais comportam a temporalidade, já que são humanos: a História não estuda verdades eternas [...] (Ibid., p. 44).

Com essa noção de individualidade relacionada a um conceito, as diferenças entre história e ciências humanas se estreitam, pois a individualidade não pertence à temporalidade do período, mas aos conceitos, e a conceituação, por sua vez, se faz em conjunto com as ciências humanas. Isso permitirá Veyne afirmar que “[...] A história é congenitamente científica [...]” (Ibid., p. 47). No que tange às diferenças entre o *geral* e o *individual*, entre *história* e *sociologia*, depende da maneira como cada ciência conceitua o individual.

[...] Todos esses dilemas deixam de ser penosos quando admitimos que o individual e o geral não existem objetivamente, que não há, absolutamente, indivíduos, mas apenas individualizados em relação a um certo nível adotado (Ibid., p. 53).

Formular uma *teoria das constantes trans-históricas variáveis* para conceituar os acontecimentos não significa apenas fornecer elementos para justificar que a história é científica, uma *ciência das diferenças*, capaz de responder às questões feitas aos documentos. Além disso, significa fazer emergirem outras questões, ter outras idéias e não se contentar com respostas aceitas como verdadeiras desde sempre. Veyne conclui o texto com as seguintes palavras:

[...] qualquer que seja a resposta, o essencial não é pensar em formular a questão? Em outras palavras, é mais importante ter idéias do que conhecer verdades; é por isso que as grandes obras filosóficas, mesmo quando não confirmadas, permanecem significativas e clássicas. Ora, ter idéias significa também dispor de uma tópica, tomar consciência do que existe, explicitá-lo, conceituá-lo, arrancá-lo à mesmice, à *Fraglosigkett*, *Selbständigkeit*. É deixar de ser inocente, e perceber que o que é poderia não ser. O real está envolto numa zona indefinida de possíveis não-realizados; a verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento (Ibid., p. 55).

1.4. Foucault revoluciona a história, 1978.

O texto a ser ora apresentado foi publicado em anexo à reedição de *Como se escreve a história*, de 1978, e é de grande importância no que diz respeito à *teoria da história* em Paul Veyne. Nesse escrito, a formulação de uma teoria da história não se dá por meio da relação entre história e sociologia, mas sim na relação entre história e filosofia, mais especificamente, a filosofia de Michel Foucault.

Em *O inventário das diferenças* o empreendimento veyniano era o de refletir acerca da viabilidade de uma teoria da história por meio das constantes trans-históricas variáveis; em 1978, essa teoria não é mais assegurada pelas referidas constantes, mas sim pelo conceito de *práticas*, com o qual Veyne quer “[...] mostrar a utilidade prática do método de Foucault [...]”

(Veyne, 1998, p. 240). A contribuição de Foucault para a história não é apenas filosófica, mas fundamentalmente histórica, a ponto de Veyne afirmar que

[...] Foucault é o historiador acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores. Positivistas, nominalistas, pluralistas e inimigos das palavras em *ismo*, nós o somos todos: ele é o primeiro a sê-lo completamente [...] (Ibid.).

1.4.1. O método das *práticas*.

Os acontecimentos humanos estão envoltos por uma série de outros acontecimentos dos quais não podemos ter uma noção precisa, além do fato de, muitas vezes, nem percebermos que eles existem; é em meio a essas confusões que está o interesse de Foucault: na *raridade* dos acontecimentos, cuja busca consiste em conhecê-los e explicá-los nas relações que estabelecem com outros acontecimentos. Veyne utiliza um exemplo histórico que percorre todo o texto, com a finalidade de demonstrar o método das práticas na análise histórica: a suspensão da gladiatura em Roma, no século IV da era cristã.

Em que ponto devemos procurar as causas da suspensão dos combates de gladiadores?¹³ Veyne rejeita algumas das explicações sobre isso, como, por exemplo, a de George Ville que afirma que o fato ocorreu graças à expansão do *Cristianismo*. Os cristãos reprovavam a gladiatura na mesma proporção em que condenavam todas as formas de espetáculos, por desviarem os pensamentos da salvação, que era o mais importante; tanto é assim que o teatro era mais condenável do que a gladiatura, já que poderia inspirar os espectadores a viverem de forma lasciva.

A explicação também não é satisfatória quando buscada num *humanitarismo* ou *sabedoria pagã*. O *humanitarismo* era restrito a uma minoria de pessoas, e o que se

¹³ Ville, George. O fim dos combates de gladiadores em Roma, *Annales*, nº 4, 1979 (apud, Bourdê; Martin, s.d.)

condenava não era a sorte dos gladiadores, mas o medo de que esses espetáculos incitassem a violência nos espectadores.

A situação dos gladiadores diante da sociedade era ambivalente. Ao mesmo tempo em que divertiam a população nas arenas, fora delas eram tratados com uma certa aversão, pois sua condição era a de “[...] assassinos, vítimas, candidatos ao suicídio e futuros cadáveres ambulantes [...]” (Ibid., p. 241). O sacrifício desses atores do lúdico era a garantia da diversão. Em muitas civilizações, a mistura de diversão e repulsa levou ao fim os sacrifícios humanos, mas essa ambivalência não pode ser uma explicação do fim dos combates de gladiadores romanos.

[...]Ao contrário, em Roma, a atração levou a melhor e foi assim que se instalou essa instituição dos gladiadores que é a única na história universal; a mistura de horror e atração acabou por levar à solução de injuriar esses mesmos gladiadores que eram aclamados como vedetes e de considerá-los impuros como o sangue, o esperma e os cadáveres. Essa solução permitia que assistisse aos combates e suplícios da arena na mais completa paz de consciência: as cenas mais horrorosas da arena eram um dos motivos favoritos dos “objetos de arte” que decoravam o interior das casas particulares (Ibid.).

Se a gladiatura não pode ser explicada pelo cristianismo, nem pelo humanitarismo dos imperadores, onde encontraremos uma explicação para o seu fim? A explicação está nas *práticas políticas*, afirma Veyne (Ibid., p. 242). Ao explicar o fim da gladiatura por meio da política, Veyne expõe a *utilidade prática do método de Foucault*.

A explicação deve centrar-se na *raridade* desse fenômeno político, naquilo que Veyne denomina de *parte oculta do iceberg* (Ibid., p. 243), em que se encontram as práticas que subjazem aos *objetos naturais e reificados*. Tais objetos correspondem àquelas noções prontas e das quais partimos para analisar os acontecimentos; com as práticas o movimento é inverso: a análise tem como foco as práticas que constituem os objetos. Dessa forma,

Em vez de acreditar que existe uma coisa chamada “os governados” relativamente à qual os governados se comportam, consideremos que os

“governantes” podem ser tratados seguindo práticas tão diferentes, de acordo com as épocas, que os ditos governados não têm senão o nome em comum [...] (Ibid., p. 243).

Com as práticas, as atenções se voltam para as diferentes *atitudes*, tomadas entre os objetos naturais *governados* e *governantes* (Ibid., p. 244). Essas atitudes correspondem às práticas políticas que objetivam a existência da gladiatura em determinado momento e que, posteriormente, na medida em que essas práticas dão lugar a outras, há a suspensão dos combates de gladiadores. Veyne distingue duas práticas históricas diversas para explicar a gladiatura: a primeira, a prática de *guia de rebanho*, procura mostrar as relações que tinham como objetivo a legalidade da gladiatura; a outra, remete à suspensão da gladiatura, como prática de *mimar crianças* (Ibid., p. 245).

Na prática de *guia de rebanho*, temos os senadores (os guias, pastores) e o rebanho (o povo romano). A tarefa dos pastores é cuidar dos animais para que estes não enfraqueçam ou morram pelo caminho; esse caminho é a “[...] grande estrada da História [...]” (Ibid., p. 245). Os pastores têm apenas a função de manter o rebanho na estrada, para poder ordenhá-los e tosquiá-los; para tanto, dará ao povo-rebanho aquilo que for necessário para manter a sua energia: fornecerão alimentos para os animais mais fracos; caso a violência seja necessária, esta lhes será aplicada. Para manter os espetáculos e a vitalidade do rebanho,

[...] Damos-lhes, também, o circo e os gladiadores, de que tanto gostam, pois os animais não são nem morais, nem imorais: são o que são, não nos preocupamos em recusar o sangue dos gladiadores ao povo romano [...] Certamente, alguns não suportam esse espetáculo e consideram-no cruel; mas, instintivamente, nossa simpatia de pastores vai para os animais duros, fortes, insensíveis: é graças a eles que o rebanho resiste. Portanto, entre os dois pólos de sentimento ambivalente que suscita a gladiatura, não hesitamos em dar a vitória à atração sádica de preferência à repulsa amedrontada e fazemos da gladiatura um espetáculo aprovado e organizado pelo Estado. (Ibid., p. 245-6).

A suspensão da gladiatura deve ser procurada na substituição da prática de *guia de rebanho* pela prática de *mimar crianças*. Em outras palavras, em vez de um *povo-rebanho*,

temos agora um *povo-criança*, e no lugar de *pastores de rebanho* encontramos os *reis-pais* ou *reis-sacerdotes*.

O *rei-pai* não cuida do povo como se fosse um rebanho já que sua empreitada é a de indicar o melhor caminho a ser seguido: o caminho da salvação e da virtude. Não se deve, portanto, oferecer os espetáculos de gladiadores, o assassinio lúdico, às “crianças”. Para os cristãos, não somente a gladiatura deveria ser abolida, mas também o teatro; no entanto, para os reis-sacerdotes, a morte gratuita é mais ofensiva que a luxúria do teatro (Ibid., p. 246).

Se o fim da gladiatura se explica pela mudança de práticas e não pelas explicações comumente aceitas, caberá então ao historiador saber como uma prática é substituída por outra. Na explicação de Veyne, a mudança de práticas acontece

[...] Pelas razões as mais positivas, as mais históricas e quase as mais materialistas do mundo: exatamente pelo mesmo tipo de razões que explica qualquer acontecimento. Uma dessas razões, no caso, foi que no século IV, em que se tornaram cristãos, os imperadores deixaram, também, de governar por meio da classe senatorial; digamos, em poucas palavras, que o Senado romano não se parecia com nossos senados, câmaras ou assembleias; era um tipo de coisa que não concebemos: uma academia, mas de política, um conservatório das artes políticas [...] Livre do Senado, administrado por meio de um corpo de simples funcionários, o imperador deixa de exercer o papel de chefe dos guias de rebanho: assume um dos papéis que se oferecem aos verdadeiros monarcas, pais, sacerdotes, etc. E é também por isso que se faz cristão [...] (Ibid., p. 247).

Vemos assim que nessa mudança de práticas se entrecruzam inúmeras séries de acontecimentos religiosos, políticos. O que há de revolucionário nas práticas é que os acontecimentos políticos e religiosos não são analisados por meio dos objetos reificados ou das causas materiais: os governados, os governantes, o Estado, o Cristianismo; mas, em vez disso, pelas práticas que constituem tais objetos. Sua eficácia “[...] consiste em descrever, muito positivamente, o que um imperador paternal faz, o que faz um chefe-guia, e em não supor nada mais [...]” (Ibid., p. 248, destaque do autor).

Não supor nada mais significa dizer que a explicação dos acontecimentos históricos só é possível por meio das práticas. A complexidade de tal tarefa reside no fato de que devemos deslocar nosso olhar dos objetos naturais e das causas materiais para as práticas que os constituem. Na definição de Veyne:

[...] A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a prática está, em certo sentido, “escondida”, e se podemos, provisoriamente, chamá-la “parte oculta do *iceberg*”, é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, freqüentemente, consciência deles, mas não temos o conceito para eles [...] (Ibid.)

Descrever as práticas implica, fundamentalmente, em atentar para as *relações* que elas estabelecem umas com as outras, pois “[...] A relação determina o objeto, e só existe o que é determinado [...]” (Ibid., p. 49). As relações das práticas que constituem os objetos são históricas, e a tarefa do historiador é a de perceber a *raridade* dessas práticas em cada momento histórico. Como a relação entre elas não é evidente, Veyne declara que estão de certa forma *escondidas*. Perceber como as práticas se relacionam e objetivam os objetos, como no caso da gladiatura em Roma, segundo Veyne,

[...] não é senão um outro modo de dizer que, em uma época, as práticas observáveis eram as de guiar, em uma outra, as de amimar (assim como ser guiado não é senão uma maneira de dizer que, no momento, alguém guia você: não se é um guiado, a não ser que alguém tenha um guia) [...] (Ibid., p. 250).

O método foucauldiano das práticas não procura um *primeiro motor*, uma causa determinante, mas apenas mostrar que os objetos são formados por acontecimentos históricos, que não são apreendidos quando escrevemos história a partir de objetos prontos. As práticas, portanto, servem como uma *ferramenta* privilegiada pela busca do não-acontecimental.

Procurar pelas práticas não significa descobrir uma instância misteriosa dos acontecimentos, que só se tornou possível com o método de pesquisa histórico encontrado em

Foucault; trata-se de atentar para a formação dos objetos históricos. Veyne dirá que as práticas são a *parte oculta do iceberg*:

[...] É por isso que não há inconveniente grave em denominar provisoriamente essa prática de “parte oculta do *iceberg*”, para dizer que ela só se apresenta à nossa visão espontânea sob amplos drapeados e que é grandemente preconceitual; pois a parte escondida do *iceberg* não é uma instância diferente da parte emersa: é de gelo, como esta, também não é o motor que faz movimentar-se o *iceberg*; está abaixo da linha de visibilidade, e isso é tudo. Ela se explica do mesmo modo que o resto do *iceberg* [...] (Ibid., p. 251-252).

A essa busca pela *parte oculta do iceberg*, Veyne dá o nome de *densificação* (ibid., p. 255). A densificação tem como função *fragmentar* os objetos. Como acontece no caso da gladiatura em Roma, os objetos com os quais os historiadores estão acostumados a explicar o fim da gladiatura são analisados a partir de práticas diversas: *guia de rebanho*, *mimar criança*. Nesse processo, o historiador concentra-se no que foi o *fazer*, na constituição histórica dos objetos. Essa fragmentação exige não só reflexão, mas, fundamentalmente, *abstração*¹⁴.

Ao historiar as práticas, o historiador verá que em torno dos objetos existem inúmeras outras desconhecidas que os *objetivam*. “[...] E, então, no lugar ocupado pelo grande aquilo-que-é-óbvio, aparece um pequeno objeto de ‘época’, estranho, raro, exótico, jamais visto [...]” (Ibid.).

As *objetivações* são derivadas das práticas históricas. Cada uma delas gera múltiplas objetivações, e estas, por sua vez, reengendram novas práticas, que ocupam o lugar deixado pelas anteriores. Sendo assim, a *densificação* historia o que há de específico, individual, em cada uma das práticas e suas objetivações, que consistem em explicar o *fazer* dos objetos históricos. Essa questão do *fazer* do objeto, na visão de Veyne será uma das teses principais de Foucault, pois

¹⁴ É interessante destacar que Veyne afirma que o processo de *densificação* exige *abstração*. Se voltarmos à obra *Como se escreve a história*, veremos que Veyne critica os historiadores que procuram “[...] agarrar a realidade numa rede de abstrações [...]” (*Op. cit.*, p. 142).

Tudo gira em volta desse paradoxo, que é a tese central de Foucault, e a mais original: *o que é feito*, o objeto, se explica pelo que foi o *fazer* em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o *fazer*, a prática, se explica a partir do que é feito [...] (Ibid., p. 257).

Se estudarmos as práticas a partir dos objetos, estas aparecerão como resposta a um objeto *feito*, pronto. Explica-se assim a relação entre os objetos, ficando em suspenso, porém, a explicação do que constitui esses objetos, de como foi o seu *fazer*. Portanto, um estudo sobre o *Estado* ou a *Loucura* deve ser feito levando-se em consideração que à cada época corresponde um conjunto de práticas diversas, que devem ser postas à luz quando historiamos esses objetos.

1.4.2. Práticas vizinhas e causalidade histórica.

Com o estudo das práticas, a noção de *causalidade* se modifica. Não se procuram as causas de um acontecimento a partir dos objetos reificados: não é na *doutrina cristã*, no *humanitarismo* ou *sabedoria pagã*, que encontraremos as causas do fim da gladiatura, mas nas práticas e as relações estabelecidas com as *práticas vizinhas*.

Substituamos, pois, essa filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação e encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso. Essa prática lança as objetivações que lhe correspondem e se fundamenta nas realidades do momento, quer dizer, nas objetivações das práticas vizinhas. Ou, melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, *atualiza* as virtualidades que estão prefiguradas no molde; se as práticas vizinhas se transformam, se os limites do vazio se deslocam, se o Senado desaparece, e se acontece que a ética do corpo passa a apresentar uma nova saliência, a prática atualizará essas novas virtualidades e não será mais a mesma. Não é, então, em virtude de uma convicção sua ou por algum capricho que o imperador, de guia de rebanho que era, se faz pai de um povo criança; em uma palavra, não é por ideologia. (Ibid., p. 259-260).

A partir do método fornecido por Foucault, a noção de causalidade é pensada de outra forma, sendo que o que se entende por causas são as práticas (*guia de rebanho*, *mimar crianças*) e as relações estabelecidas com as *práticas vizinhas* (*doutrina cristã*, *dissolução do Senado* etc.). O que há é uma *atualização* das práticas vizinhas, que em determinado

momento se entrecruzam com outras, reconfigurando ou produzindo novas práticas. A gladiatura romana é um acontecimento no qual práticas diversas se entrecruzam em momentos históricos específicos.

Partindo da problemática da *atualização de práticas vizinhas*, poderíamos afirmar que no *Cristianismo* há também uma atualização de práticas e, daí, concluir que a explicação do fim da gladiatura está na atualização das práticas que objetivam o Cristianismo como acontecimento histórico seria concentrar a pesquisa em apenas um objeto. As práticas não podem ser pensadas fora das *relações* que estabelecem com outras práticas.

Caso procuremos as causas partindo do *objeto*, elas terão como efeito a resposta a *causas materiais* anteriores, resultantes de outros objetos. Para Veyne, a noção de *ideologia* explica a relação de causalidade, as contradições entre os *objetos naturais* e *causas materiais*; no entanto, a noção de ideologia não é suficiente para harmonizar a diversidade das práticas que determinam os objetos. Entretanto, a tarefa não é apenas de constatar que ideologia é uma noção vaga e generalizante, mas de analisar as práticas que objetivam a existência daquilo que concebemos como ideologia.

Em uma palavra ou em cem, ideologia é coisa que não existe, a despeito dos textos sagrados, e seria necessário que nos decidíssemos a nunca mais empregar esse termo. Ela designa, algumas vezes, uma abstração, isto é, a significação de uma prática (é nesse sentido que acabamos de empregar), outras vezes, realidades mais ou menos livrescas, doutrinas políticas, filosofias, até religiões, quer dizer, práticas discursivas [...] (Ibid., p. 262).

A crítica ao *marxismo* caminha na mesma direção da crítica à ideologia. O problema do marxismo, assevera Veyne, é acreditar que a *matéria é causa primeira* e, sendo assim, partindo dela, explicaríamos os acontecimentos; “[...] ora, a noção de causa determinante, única, é pré-científica” (Ibid., p. 284, nota 6).

A matéria não é uma causa primeira, ela é matéria de alguma prática que a informa, tornando-a matéria de algo: pode existir uma matéria de *loucura*, mas é preciso que exista

uma prática que faça com que essa matéria seja designada como *loucura*; é justamente por ser constituída por práticas que essa matéria (a loucura) e a relação com seu objeto (o louco) varia conforme as objetivações das práticas históricas.

[...] Em resumo, em uma certa época, o conjunto das práticas engendra, sobre tal ponto material, um rosto histórico singular em que acreditamos reconhecer o que chamamos, com uma palavra vaga, ciência histórica ou, ainda, religião; mas, em uma outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto, e, inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente. Tal é o sentido da negação dos objetos naturais: não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre no mesmo lugar [...] (Ibid., p. 268-9).

Toda prática é histórica e específica, é a “parte oculta do *iceberg*”, o que implica um esforço de eliminação dos objetos naturais e das causas materiais. A questão que Veyne se coloca neste momento é se o método foucauldiano pode explicar as práticas sem recorrer às *ciências humanas*.

Notamos aqui uma mudança de perspectiva teórica em relação ao *O inventário das diferenças*, texto no qual Veyne sustenta que a história deveria ser explicada por meio de *constantes trans-históricas variáveis*, constitutivas de uma teoria da *ciência das diferenças*, a história. A partir do conceito de práticas, as questões que se colocam são outras: “[...] ainda que a história fosse suscetível de explicação científica, essa ciência se situaria ao nível de nossos racionalismos? As constantes da explicação histórica serão a mesma coisa que os objetos ‘naturais’?” (Ibid., p. 270).

O importante é que as constantes, e as ciências humanas, não devem criar objetos naturais, nem estabelecer racionalizações generalizantes, acarretando a perda da especificidade, da raridade, das práticas históricas. A formação de constantes é legítima, assim como a de causalidade: “[...] como explicar sem contar com causas, com constantes? De outro modo, a explicação seria substituída pela intuição (não explicamos a cor azul, nós a constatamos) ou pela ilusão de compreensão [...]” (Ibid., p. 271-272).

A formação de constantes é um dispositivo teórico que visa a explicar as variações dos conceitos históricos, fazendo um inventário completo dos mesmos; o estudo das práticas, assim como a formação de constantes, tem um objetivo comum: historiar os acontecimentos com a finalidade de acabar com os objetos eternos, naturalizados, reificados. O método de Foucault aparece como um acabamento de uma *teoria da história* pensada por Veyne: a produção de constantes deve produzir um *inventário completo* das práticas. Seguindo o *método de Foucault*, Veyne coloca em primeiro lugar as práticas porque

Para Foucault, o interesse da história não está na elaboração de constantes, quer sejam filosóficas, quer se organizem em ciência humanas; está em utilizar as constantes, quaisquer que sejam, para fazer desaparecerem as racionalizações, que renascem, incessantemente [...] (Ibid., p. 273).

A *eficácia do método revolucionário de Foucault*, na perspectiva de Veyne, consiste em analisar os objetos por meio da relação das práticas. Seguindo essa *metodologia* de pesquisa, o historiador é incitado a fazer novas questões sobre os *objetos, conceitos, causas* históricas, que compõem a intriga, contribuindo assim para a efetivação dessa *ciência das diferenças*. É por meio do procedimento de pensar as práticas nas relações estabelecidas com práticas vizinhas - muitas delas ainda desconhecidas pelos historiadores - que continuam a trabalhar com os objetos naturais e causas materiais.

A filosofia de Foucault não é uma filosofia do “discurso”, mas uma filosofia da relação, pois “relação” é o nome que se designou por “estrutura”. Em vez de um mundo feito de sujeitos ou então de objetos e de sua dialética, de um mundo em que a consciência conhece seus objetos de antemão, visa-os ou é, ela própria, o que os objetos fazem dela, temos um mundo em que a relação é o primitivo: são as estruturas que dão seus rostos objetivos à matéria. Nesse mundo, não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o louco: as figuras são o que as configurações sucessivas no tabuleiro fazem delas [...] (Ibid., p. 275).

Veyne conclui seu texto destacando a originalidade da explicação foucauldiana das práticas, e demonstrando que seu *método* não se assemelha ao nem *marxismo* nem à *fenomenologia* (Ibid., p. 278-279). Se Foucault deve ser considerado historiador ou não, trata-se de um outro problema; o importante é que sua contribuição para a história, segundo Veyne,

[...] afasta as banalidades tranquilizadoras, os objetos naturais em seu horizonte de prometedora racionalidade, a fim de devolver à realidade, a única, a nossa, sua originalidade irracional, “rara”, inquietante, histórica [...] (Ibid., p. 281).

1.5. Conclusão parcial.

Após apresentarmos os quatro textos de Veyne com os quais trabalharemos, observamos que suas críticas e posições epistemológicas abarcam um número significativamente extenso de problemáticas, oriundas de leituras de filósofos, sociólogos, historiadores.

Procuramos destacar as mudanças de perspectivas sobre a escrita da história entre um texto e outro. Essas mudanças de concepção nem sempre deixam sinais claros de sua emergência. Devido a seu “estilo bombástico”, suas notas nem sempre são referentes a uma bibliografia de autores sobre os quais Veyne tece suas críticas; na maioria das vezes, as notas têm a função de apontar outras direções críticas, mantendo sempre um confronto de leituras entre os problemas por ele desenvolvidos. Não temos como objetivo mapear as leituras de Veyne, deliberando sobre elas e sobre as mudanças de perspectivas ao longo de seus textos; nosso trabalho circunscreve-se a uma apresentação de suas posições epistemológicas a respeito da escrita da história.

Destacamos que os textos de Veyne apresentam mudanças de posicionamento a respeito de algumas temáticas, como é o caso de sua relação com a sociologia. Caso tomássemos como problema essa relação, teríamos, em primeiro lugar, que definir a qual *escola* sociológica Veyne se reporta em suas críticas, dado que, na maioria das vezes, sua crítica incide sobre a *sociologia*, sem precisar quais os autores sobre quem recaem suas críticas. Em seguida, após estabelecermos um arcabouço de discussões entre sociologia e história, precisaríamos confrontar sua concepção de sociologia e sua perspectiva epistemológica sobre a história, para que pudéssemos avaliar o papel que o debate com a

sociologia ocupa seu pensamento. Tal tarefa teria que ser contraposta a todos os seus textos, dado que a relação com a sociologia se altera entre um texto e outro.

Se a relação de Veyne com a sociologia se altera ao longo de seus textos, o mesmo não se passa com o *marxismo*. Veyne mantém uma relação crítica em relação ao marxismo em todos seus textos. De modo semelhante ao que ocorre com a sociologia, suas críticas ao marxismo não indicam quais autores seriam alvos das críticas.

Acreditamos que tanto as suas críticas relativas à sociologia e ao marxismo têm uma função precisa na elaboração da epistemologia veyniana. Tal posicionamento, sem referência a autores e escolas, permite que Veyne se aproprie das problemáticas desses pensamentos para refletir sobre a história a sua maneira. Seria interessante, em um trabalho de proposta mais abrangente que a nossa, que se atentasse para a originalidade das apropriações que Veyne realiza sobre a sociologia e sobre o marxismo.

Vejam agora algumas mudanças significativas no pensamento epistemológico de Veyne. Como é o caso da relação entre *história* e *ciência*, no que tange à questão de *método* e *teoria* da história.

Em *Como se escreve a história*, a história se desenvolve no sublunar e não pode contar com o auxílio das ciências, pois “[...] a história não é um ‘esboço de explicação’ científica ainda imperfeita e de dizer porque a história não se transformará nunca numa ciência [...]” (Id., 1984, p. 204). Com *A história conceitual*, os progressos da história estão na explicação dos acontecimentos, conceituando-os, “[...] ela não é recriação, mas explicação [...]” (Id., 1976, p. 71), e só tem a ganhar com o progresso das ciências humanas. No texto seguinte, *O inventário das diferenças*, as constantes trans-históricas fornecem à história “[...] seus conceitos e seus instrumentos de explicação [...]” (Id., 1984, p. 18). Em 1978, a história é explicação das práticas: “[...] a explicação não passa de um objeto a outro, mas de tudo a tudo[...]

Outro aspecto que merece destaque é a negação total, em 1971, de *método e teoria* para a história, sendo estes apenas resultados de intrigas já prontas. É interessante notarmos que logo na primeira página de *Como se escreve a história*, Veyne escreve: “[...] Não, a história não tem método: senão peçam que vos mostrem esse método [...]” (Id., 1984, p. 9); no texto *Foucault revoluciona a história*, também no primeiro parágrafo, Veyne afirma a “[...] a utilidade prática do método de Foucault [...]” (Id., 1995, p. 239).

Outro fato que merece destaque é que entre a edição de *Como se escreve a história*, de 1971, e a reedição de 1978, que tem como anexo o texto *Foucault revoluciona a história*, há uma redução de mais de cem páginas em *Como se escreve a história*. Essa redução pode ter sido efetuada por razões editoriais ou, ainda, porque as críticas dirigidas à cientificidade, à explicação histórica, bem como as implicações dessas críticas na definição de acontecimento, causalidade, intriga são reformuladas em seus textos de 1974, 1976, 1978. Porém, por não termos acesso às exigências editoriais e, como já salientamos acima, não pretendermos cobrir a totalidade do pensamento veyniano em suas mudanças de perspectivas sobre a escrita da história, nossa observação restringe-se apenas a constatar suas características.

Dada a impossibilidade de analisarmos todas essas nuances, no capítulo seguinte nosso foco incidirá sobre a apresentação de alguns temas da epistemologia de Veyne, como é o caso de sua relação com o marxismo. Nesse momento confrontaremos a leitura feita por Veyne de alguns conceitos marxistas, como o de *luta-de-classe*. Faremos isso de forma abreviada, pois se trata de dois pensamentos bastante complexos. Em seguida, observaremos a relação Veyne-Foucault, uma vez que é neste filósofo que o autor em estudo afirma a existência de um *método* para a *ciência* histórica; por fim, refletiremos sobre a relação de Veyne com a *hermenêutica*. A discussão com essa disciplina mostra-se como um ponto privilegiado de confronto com o pensamento de Veyne, onde se evidenciam algumas diferenças de perspectivas com sua epistemologia.

Capítulo 2

Diálogos e confrontos na epistemologia de Paul Veyne

Neste capítulo, centralizaremos nossa análise na apresentação de algumas problemáticas da epistemologia veyniana. Dada a impossibilidade de desenvolver uma discussão que reflita os inúmeros temas abordados por Paul Veyne, nos ateremos à discussão de alguns conceitos que acreditamos serem de destacada relevância para a apresentação desse historiador e epistemólogo. As discussões do autor com a genealogia de Michel Foucault, com o pensamento marxista e com a concepção hermenêutica de pensamento histórico, serão trabalhadas na forma de tópicos.

No primeiro deles, destacaremos a apropriação feita por Veyne da noção de *práticas*, encontrada na genealogia foucauldiana, que está no texto *Foucault revoluciona a história*, de 1978. Essa obra, segundo a visão de Veyne, marca não só a definição de uma teoria da história, como também a retomada de problemáticas já existentes em seus anteriores, neste momento, entretanto, com uma roupagem nova, como acontece com as noções de conceito, causalidade, acontecimento e narrativa histórica.

Desenvolveremos, como segundo tópico, a relação de Veyne com o marxismo. Nessa parte, destacaremos algumas críticas de Veyne ao pensamento marxista, debatendo-as com outros historiadores e filósofos que se dedicaram ao estudo do marxismo. Veyne apresenta uma leitura do marxismo que lhe é própria, expondo uma perspectiva em que essa corrente é vista e criticada como uma teoria monolítica, sem deixar claras as mudanças de abordagens ocorridas ao longo do tempo neste pensamento. Conceitos-chave do marxismo são criticados, como, por exemplo, o de luta de classes, sem, no entanto, mostrar como ele passou por apropriações diversas conforme os problemas e autores que o estudaram.

No terceiro tópico do capítulo, destacaremos alguns elementos que se referem à abordagem hermenêutica da narrativa histórica. Nosso intuito, neste caso, é o de refletir sobre as contribuições e os confrontos entre a hermenêutica histórica e a forma como Veyne aborda a

escrita da história. Tal discussão apresenta-se como um foco privilegiado para pensarmos questões atinentes à composição da narrativa histórica. Nossa intenção não é a de arbitrar sobre a validade e os limites de cada uma dessas posições acerca de narrativa histórica, mas sim a de visualizar como tais perspectivas podem nos ajudar a escrever a história.

Nosso objetivo neste capítulo é o de apresentar alguns temas encontrados no pensamento veyniano, sem a pretensão de estabelecer uma unidade de pensamentos entre os autores que serão aqui abordados. Nossa finalidade é mostrar que a epistemologia veyniana abre caminhos para diversas formas do pensamento histórico, que nem sempre se harmonizam entre si, como é o caso da genealogia foucauldiana, da hermenêutica¹⁵ e do marxismo. Todas essas correntes teóricas serão analisadas por meio do que Veyne escreveu sobre elas, dada a impossibilidade de abarcar a extensão de suas problemáticas. Cabe ressaltar que o tópico sobre a convergência do pensamento de Veyne para a filosofia de Foucault ocupará um espaço mais extenso, uma vez que é neste autor que Veyne afirma encontrar uma teoria acabada e eficaz para a história.

2.1. Uma teoria da história a partir do conceito foucauldiano de *práticas*.

Como vimos no texto *Foucault revoluciona a história*, o conceito de *prática* apresenta-se na obra veyniana como uma grande contribuição para se pensar a história como *ciência da diferença*. Para tanto, Veyne se apropria do conceito de práticas encontrado em Michel Foucault. Nessa apropriação há não somente uma convergência, um profícuo diálogo entre a história e a filosofia, mas também uma retomada de problemáticas encontradas nos textos de 1971, 1974 e 1976, tendo as práticas como conceito principal. Nessa convergência das reflexões de Veyne para a obra de Foucault, demonstraremos não apenas qual a importância do conceito de práticas dentro do pensamento veyniano (Vide supra, p. 53 et seq.), como também e, principalmente, a maneira como Veyne se apropria do referido conceito à sua

¹⁵ Sobre a relação da filosofia de Michel Foucault com a hermenêutica, ver (Dreyfus; Rabinow, 1995).

maneira de pensar a história, ou seja, como o conceito de práticas será importante para Veyne repensar questões apresentadas em textos anteriores e qual o resultado das contribuições de Foucault para o seu pensamento.

Faremos, portanto, uma breve apresentação do conceito de práticas em Foucault, para, em seguida, relacioná-lo com as reflexões veynianas sobre a história.

O conceito de práticas apresentado por Foucault não possui as mesmas especificidades da maneira como Veyne o utiliza. Para Foucault, as práticas são tratadas de formas diferentes ao longo de suas obras. Em *Arqueologia do saber*, o autor está preocupado com as formações discursivas, em que as práticas discursivas estabelecem relações com outras, dentro de um campo discursivo, que as unifica e lhes dá coerência. Na genealogia, Foucault trabalha com as práticas para elaborar uma *analítica do poder*, dado que o poder não é um bem, uma propriedade; entretanto, é algo que se exerce nas relações. Com Veyne, as práticas são trabalhadas com a intenção de tornar a história científica, em que as práticas têm a função de historiar os objetos históricos, por meio das relações estabelecidas com práticas vizinhas.

Em *Arqueologia do saber* há um predomínio da teoria sobre a prática, isto é, Foucault procura formular uma teoria do discurso que abarque e explique o funcionamento dos enunciados, das regularidades, conceitos, objetos e práticas. Sobre o empreendimento teórico de Foucault na arqueologia, Hubert Dreyfus e Paul Rabinow afirmam: “[...] A arqueologia é simplesmente uma disciplina a-histórica, com uma linguagem técnica a-histórica, que pode avaliar e ordenar a história precisamente porque não está na história [...]” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 109)¹⁶.

Nos anos 1970 Foucault terá como preocupação central não o discurso, mas o “poder”: é a fase genealógica. Dreyfus e Rabinow definem a genealogia da seguinte maneira:

[...] A genealogia busca descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados. Ela busca recorrências e jogo ali onde o progresso e a

¹⁶ Sobre a tentativa de Foucault de isolar os enunciados e determinar o campo discursivo em *História da loucura e Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*, ver (Dreyfus; Rabinow, *op. cit.*, p. 75).

seriedade foram encontrados. Ela recorda o passado da humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso. A genealogia evita a busca da profundidade. Ela busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis [...] (Ibid., p. 118).

Em sua aula inaugural no Collège de France, Foucault, ao tratar dos princípios de exclusão, apropriação, limitação, controle dos discursos, define como tarefa da genealogia analisar as formações discursivas a partir das práticas que legitimam, delimitam ou anulam os discursos, dentro e fora deles; como afirma Foucault em *A ordem do discurso*:

[...] Quanto ao aspecto genealógico, este concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação (Foucault, 1996, p. 65).

Com a genealogia o conceito de práticas ocupa um lugar preponderante com relação à teoria. Não será somente pelo discurso que as práticas serão analisadas, mas a partir de seu próprio interior, das relações estabelecidas com outras práticas: sociais, culturais, políticas, institucionais, históricas. Todavia, não podemos considerar a genealogia como uma fase posterior à arqueologia, quando a última é abandonada. Enquanto a genealogia converge para as rupturas, descontinuidades, especificidades, a arqueologia a complementa, isolando as formações discursivas apontadas pela genealogia. Uma formação discursiva constitui-se

[...] quando, em um grupo de enunciados, é possível observar e descrever *um* referencial, *um* tipo de defasagem enunciativa, *uma* rede teórica, *um* campo de possibilidades estratégicas, pode-se então estar seguro de que eles pertencem ao que se poderia chamar de uma *formação discursiva*. Essa formação agrupa toda uma população de acontecimentos enunciativos [...]. (Id., 2005, p. 106).

Em *Vigiar e punir o nascimento das prisões* e *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault faz uma genealogia das práticas onde poder e saber se entrecruzam, no caso dessas obras, as tecnologias disciplinares e a sexualidade. Antes de partirmos para sua análise, faz-se necessário esclarecer que as noções de poder e saber possuem traços específicos que devem ser trazidos à luz. Estudar o poder não significa analisá-lo por si mesmo, já que dele só conhecemos os efeitos, por meio das relações nas instituições, na sociedade; por isso, Foucault propõe um estudo da *microfísica do poder*, isto é, pesquisar o poder nas relações e suas formas

em espaços determinados; isso significa dizer que o estudo do poder só pode ser realizado pelo estudo das práticas. A proposta de se trabalhar com o poder apresenta-se da seguinte forma:

Ora, o estudo dessa microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio [...] (Foucault, 1987, p. 26).

O poder engendra conjuntos de práticas e é por meio das práticas que percebemos as estratégias e atualizações do poder. Por exemplo, são conjuntos particulares de práticas que caracterizam o sistema punitivo no século XVII, e no lugar dessas práticas outras virão ocupar seu lugar, mudando as figuras da punição no século XVIII, até a instituição da prisão no século XIX. As práticas são históricas e descontínuas. Se Foucault buscava na arqueologia domínios discursivos para compreender as práticas, na genealogia as práticas são o ponto de partida: a prisão é constituída por práticas diversas, que se recortam, quebram-se, dão origem a outras práticas que podem mudar ou atualizar o sistema prisional. Com as práticas não se estudam apenas as relações de poder, mas também as relações de poder-saber. Toda relação de poder constitui saber, e o estudo das práticas deve corresponder a ambos. Como escreve Foucault:

[...] Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber; nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder [...] (Ibid., p. 27).

Tratemos, então, dessas duas obras, a fim de que possamos discutir com maior propriedade o significado das práticas na reflexão veyniana. A ênfase dada por Veyne às práticas tem justamente a função de desmistificar, desnaturalizar os objetos, mostrando que são elas que os constituem e os modificam.

Devemos destacar ainda que somente em *Foucault revoluciona a história* Veyne expõe sua teoria da história por meio de uma problemática histórica: a suspensão dos combates de gladiadores em Roma. Nos textos anteriores, o estudioso trabalha com problemas de cunho epistemológico, sem aplicá-los a uma situação histórica específica. Isso se deve ao fato de que somente no texto de 1978 Veyne propõe um “método eficaz” para a história. Vejamos então como Foucault trabalha a genealogia no livro *Vigiar e Punir*.

Nessa obra, Foucault focaliza a questão das figuras da punição. O livro contempla uma ampla diversidade de práticas punitivas, que se desdobram historicamente. No século XVII, com o poder de punir concentrado nas mãos dos soberanos, visualizamos nessa prática um leque de outras práticas de poder-saber que lhe dá um contorno histórico particular, fazendo emergir outras práticas que mudarão ao longo do tempo na sociedade disciplinar.

O livro começa com a descrição do suplício de Damiens, um francês condenado e executado publicamente, já que havia atentado contra a vida de Luis XIV. A execução pública tinha como objetivo principal demonstrar a força do poder soberano e o papel exemplar das punições. A função desses espetáculos da violência era incutir na alma do povo as marcas do poder real de punir. Mas, ainda no século de XVIII, houve uma mudança de práticas na punição, quando a “[...] execução pública é vista então como um fornalha em que se acende a violência” (Ibid., p. 13). Por que esta mudança na forma da punição?

Percebe-se que os suplícios, ao invés de diminuírem o impulso violento do povo com os horrores das execuções, introduziram um efeito em que os excessos da violência real despertaram a ira daqueles que assistiam as condenações e até mesmo uma certa piedade em relação àqueles que eram supliciados. Tendo em vista essas transformações, Foucault fará uma genealogia da punição e as diversas mudanças que ocorreram desde o século XVII até finais do século XX no sistema punitivo, especialmente o francês. Foucault define como

[...] objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-jurídico

onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade (Idid., p. 23).

As *reformas humanistas* ocorridas no século XVIII, com os juristas e filósofos reformadores, tinham como objetivo deslocar o poder das mãos do soberano e privilegiados, para uma punição mais generalizada, melhor distribuída, que pudesse abranger toda a sociedade com maior eficácia. Não mais a punição como vingança do soberano, mas como defesa da sociedade. “A conjuntura que viu nascer a reforma não é portanto a de uma nova sensibilidade; mas a de outra política em relação às ilegalidades [...]” (Ibid., p. 70). É o momento da emergência de novas práticas de punição.

Com as reformas, as ilegalidades não estavam relacionadas apenas ao direito, mas à propriedade, aos bens. Com a ascensão da burguesia, houve uma nova distribuição e acumulação das riquezas, das formas de trabalho, de organização do Estado. Fez-se necessário um aparelhamento mais preciso do poder de punir ilegalidades até então toleradas na sociedade. Procura-se então

[...] Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue mas também mais largamente difuso no corpo social. Encontrar novas técnicas às quais ajustar as punições e cujos efeitos adaptar. Colocar novos princípios para regularizar, afinar, universalizar a arte de castigar. Homogeneizar seu exercício. Diminuir seu custo econômico e político aumentando sua eficácia e multiplicando seus circuitos. Em resumo, constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir: tais são sem dúvida as razões de ser essenciais da reforma penal no século XVIII. (Ibid., p. 76).

Na reforma penal, entrou em vigor uma nova classe de práticas, uma nova política do corpo, uma inversão nos castigos. Se com o soberano a punição tinha que ter a maior visibilidade possível, na reforma ocorre o contrário: o poder que pune se escondia. O lugar ocupado pelo acusado não será mais o cadafalso, mas a casa de correção. A questão que se coloca neste momento é a seguinte: “[...] Como pôde a detenção, tão visivelmente ligada a esse ilegalismo que é denunciado até no poder do príncipe, em tão pouco tempo tornar-se uma das formas mais gerais dos castigos legais?” (ibid., p. 99). A resposta, segundo Foucault, pode ser

encontrada nas formas de encarceramento existentes na Época Clássica, tais como as casas de correção para mendigos, jovens malfeitores, vagabundos, libertinos, que tinham como finalidade torná-los aptos ao trabalho.

Para os reformadores, eram as *representações* que agiam sobre os condenados, como as idéias de crime-punição, crime-desvantagem; entrou em funcionamento todo um jogo de signos, em que a pena devia estar associada à infração e sua punição. “[...] A correção individual deve realizar o processo de requalificação do indivíduo como sujeito de direito, pelo reforço dos sistemas de sinais e das representações que fazem circular” (Ibid., p. 105-106).

Nas instituições de penalidade corretiva, como as prisões, não eram tanto as representações e os signos a prática principal do castigo, mas o trabalho sobre o corpo. Com essa nova prática, a penalidade devia agir diretamente no corpo do culpado. Controlar o tempo, os gestos, o trabalho, por meio da repetição de exercícios, da divisão de atividades, dos horários, agia, concomitantemente, sobre a salvação da alma. Procura-se tornar os corpos dóceis, obedientes, disciplinados. A prisão torna-se então um campo de produção de saber.

São essas três práticas do poder de punir que encontramos a partir do século XVII: a execução pública como demonstração de poder do soberano; com os reformadores, a procura de requalificação do sujeito de direito, utilizando-se de representações e conjuntos de signos; e a instituição carcerária, que visa a disciplina, o controle dos corpos (Ibid., p. 108).

A partir dessas práticas de organização do poder de punir surgirá o modelo da prisão que irá se impor. Compreenderemos a institucionalização do modelo disciplinar se atentarmos para o processo de disciplinarização que abarcava toda a sociedade no século XVIII: no exército, na escola, nas oficinas, no hospital. O poder devia disciplinar os corpos a fim de torná-los úteis, aumentando sua produtividade e obediência. Desse modo, as disciplinas do século XVIII se diferenciavam de outras já existentes, tais como a escravidão, a domesticidade, a vassalagem, o ascetismo e as disciplinas monásticas (Ibid., p. 119). O fato de o poder

disciplinar ter sua especificidade marcada em relação a outras formas de disciplinas não significa que sua emergência seja uma “descoberta súbita” que se impõe. Segundo Foucault,

A ‘invenção’ dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral [...]” (ibid.).

A disciplina como anatomia política põe em fila, ordena, faz circular o poder, produz saber, trabalha sobre o detalhe, prepara os corpos. Entre suas operações fundamentais está a formação de *quadros vivos* no século XVIII: nas ciências naturais, com a taxonomia dos seres vivos; nos movimentos da economia; nas táticas de controle espacial dos homens. Constituir quadros vivos significa ordenar, classificar, repartir os espaços, fazendo com que os indivíduos circulem numa rede de relações demarcadas pelas táticas do poder disciplinar. Esquadrinha-se tanto o indivíduo, quanto a multiplicidade a que ele pertence, tirando de ambos o maior proveito possível. Essa tática “[...] é a base para uma microfísica do poder que poderíamos chamar ‘celular’” (Ibid., p. 127).

As táticas do poder disciplinar funcionam dentro e através das instituições, quando “[...] produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento [...]” (Ibid., p. 45).

Essa maquinaria do controle pode ser percebida nas prisões. Existem aí divisões muito bem definidas, espaços bem delimitados, como as dimensões das celas, horários rígidos para os prisioneiros – hora de dormir e acordar, orar, trabalhar -, duração da pena, vigilância constante, dentre outros.

A vigilância é um dos elementos fundamentais do poder disciplinar. Na sociedade disciplinar o poder deve ser exercido de forma constante, ininterrupta e circular. O poder disciplinar hierarquiza a vigilância, quando se observa sem ser observado. É por meio da

vigilância que o poder das disciplinas se atualiza nas relações, uma vez que o poder não é uma coisa, uma propriedade que estaria nas mãos de alguns privilegiados; é relação. A vigilância não é apenas um mecanismo de poder: ela institui também campos de saber, como, por exemplo, no caso da justiça criminal, que na busca de um controle maior do homem forma a base para as ciências humanas.

O funcionamento jurídico-antropológico que toda a história da penalidade moderna revela não se origina na superposição à justiça criminal das ciências humanas, e nas exigências próprias a essa nova racionalidade ou ao humanismo que ela traria consigo; ele tem seu ponto de formação nessa técnica disciplinar que fez funcionar esses novos mecanismos de sanção normalizadora (Ibid., p. 153).

Na sociedade disciplinar, para que o controle possa ser efetivo e abarcar todo o corpo social é necessário que se individualize, que forme categorias capazes de homogeneizar as diferenças. “[...] Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder do fim da era clássica [...]” (Ibid.).

Esta regulamentação é o que Foucault nomeia de “penalidade da norma”, existente no fim da Época Clássica. Aquele que não estiver dentro da norma é o “outro”, que deve ser reajustado, penalizado. Com a normalização começa a funcionar uma espécie de mecanismo de punição para aquilo que não é normal na sociedade disciplinar. Dessa feita,

[...] Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (Ibid., p. 154).

A normalização na sociedade disciplinar constitui-se numa relação de poder-saber. Todo um saber é construído e aperfeiçoado para que o normal se imponha; juntamente com o aparelho judiciário e penal as ciências humanas se desenvolvem, para que se possa conhecer e controlar cada vez com mais eficácia o indivíduo e a coletividade à qual pertence, formulando teorias, sistemas, regimes discursivos. Para normalizar é necessário examinar.

Cada instituição disciplinar possui seus mecanismos próprios de poder-saber, que correspondem a formas específicas de exame. É por meio do exame que se separa e qualifica

os comportamentos, as atitudes, a consciência e o corpo, criando-se arquivos, fichas, documentos. Assim como a vigilância, o exame é realizado de forma ininterrupta, transformando o indivíduo em objeto de conhecimento, possibilitando não somente uma maior eficiência na função disciplinar e nas tecnologias do poder, mas, ao mesmo tempo, a emergência dos saberes nas ciências humanas. “[...] O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder [...]” (Ibid., p. 156).

Em fins do século XVIII um modelo disciplinar de grande eficácia se difunde, é o *Panóptico*. Com o panóptico procura-se o maior grau de eficácia do poder com o menor custo possível de força humana. Esse “diagrama” da sociedade disciplinar permite que as práticas de poder se expandam e se homogeneizem, ampliando o campo de visibilidades, descobrindo objetos e objetivando práticas de controle, “[...] cujo objeto e fim não são a relação de soberania mas as relações de disciplina [...]” (Ibid., p.172).

Com o panóptico vê-se instaurada uma nova anatomia política que modifica as disciplinas nos séculos XVIII e XIX, tornando-as mais flexíveis e produtivas, e o poder mais efetivo e constante. As disciplinas se tornam autônomas e se dividem em áreas conhecimento, “[...] funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis. Daí se libertarem elas de sua posição marginal nos confins da sociedade, e se destacarem das formas de exclusão ou de expiação, de encarceramento ou retiro [...]” (Ibid., p. 174).

Percebemos então que entre os séculos XVII e final do XIX várias práticas de poder-saber vem se sobrepor umas às outras, por meio da disciplina. Com os soberanos, o corpo do condenado era mantido na masmorra, na escuridão, fazendo-se visível somente no momento do suplício diante de uma multidão indistinta, que percebia a justiça nos excessos da violência exercida pelo poder real; no panóptico, o corpo deve ficar exposto constantemente, a massa não é algo distinto, mas composta em categorias individualizantes, com o poder funcionando automaticamente no cotidiano de forma invisível e permanente. Todas essas mudanças no poder-saber se efetuam nas relações disciplinares, no entanto,

A ‘disciplina’ não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia [...] (Ibid., p. 177).

Isso pode ser percebido em várias instituições disciplinares, como a prisão, por exemplo. Com o nascimento da prisão vários mecanismos de poder-saber a complementam: o carcerário, o penitenciário, a delinquência. Com tais sistemas, a justiça penal pode indicar o crime e o criminoso, o castigo e a correção adequados, distinguir a delinquência de outros tipos de infrações, e a técnica penitenciária que lhe será adequada. Tais características do sistema penal são esclarecedoras para a compreensão das formas de castigo e a relação com seu objeto, o corpo.

[...] Onde desapareceu o corpo marcado, recortado, queimado, aniquilado do supliciado, apareceu o corpo do prisioneiro, acompanhado pela individualidade do “delinqüente”, pela pequena alma do criminoso, que o próprio aparelho do castigo fabricou como ponto de aplicação do poder de punir e como objeto do que ainda hoje se chama a ciência penitenciária. Dizem que a prisão fabrica delinqüentes; é verdade que ela leva de novo, quase fatalmente, diante dos tribunais aqueles que lhe foram confiados. Mas ela os fabrica no outro sentido de que ela introduziu no jogo da lei e da infração, do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorpórea da delinquência que os liga uns aos outros e, há um século e meio, os pega todos juntos na mesma armadilha (Ibid., p. 213).

A instituição do carcerário, do penitenciário e da delinquência não se deram de forma contínua, mas por meio de várias discontinuidades e redistribuições das práticas prisionais. A prisão fabrica a delinquência e tira dela suas vantagens. Fazendo uma cartografia da delinquência, ela a diferencia de outras formas de ilegalidades, permitindo que elas existam, mas dentro de limites estipulados pela justiça;

[...] um pouco como se o efeito de exemplo que antigamente se exigia da ostentação dos suplícios fosse procurado agora menos no rigor das punições que na existência visível, marcada, da própria delinquência: ao se diferenciar das outras ilegalidades populares, a delinquência pesa sobre elas (Ibid., p. 231).

Os efeitos disciplinares da delinquência e do encarceramento não se restringem somente à prisão, mas a toda a sociedade. As disciplinas, com o panoptismo, visualizam todas as individualidades, qualificam o delinqüente do restante do corpo social, individualizando os

corpos, os comportamentos. Além disso, avaliam a utilidade a ser extraída de cada um definindo seu lugar, seja na fábrica, na escola, no hospital; “[...] essa grande organização carcerária reúne todos os dispositivos disciplinares, que funcionam disseminados na sociedade” (Ibid., p. 247).

Vemos, então, que em *Vigiar e Punir* Foucault faz uma genealogia do poder, analisando conjuntos diversos de práticas punitivas e disciplinares, em que todas apresentam um objeto comum: o corpo. É no corpo do supliciado que o soberano mostra seu poder. Por meio de códigos, signos e representações investidos no corpo, os reformadores do século XVIII querem “reformatar” o indivíduo, sendo na sociedade disciplinar, com a prisão, que o corpo será investido de técnicas de controle disciplinar para diversas finalidades. A genealogia do nascimento da prisão é realizada por meio da seriação de inúmeras práticas vizinhas que se cruzam, tais como, a vigilância, o exame, as ciências humanas, o panóptico. Cada uma dessas práticas pode ser recortada para a composição de novas intrigas, de novas problemáticas históricas; isso veremos a seguir em *História da sexualidade: a vontade saber*, onde a confissão, o exame, as disciplinas, as instituições, dos séculos XVII ao XIX, visam não mais à prisão, mas ao dispositivo de sexualidade.

Em *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault tem como problema central a formação do *dispositivo de sexualidade*¹⁷, com sua história traçada pelo entrecruzamento e investimento de poder e saber sobre os prazeres sexuais.

Fazer a genealogia do dispositivo de sexualidade implica na análise das técnicas, dos procedimentos, das práticas de colocação do sexo em discurso científico, que se iniciam na era vitoriana; no entanto, a genealogia não estabelece o século XVII como o momento histórico da formação de agenciamentos que constituirão as tecnologias de poder-saber dos séculos XVIII e XIX, sendo o dispositivo de sexualidade uma das principais. Esse dispositivo modifica,

¹⁷ Sobre o conceito de *dispositivo*, ver (Merquior, 1985, p. 190); (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 134); (Deleuze, 1990).

reutiliza, justapõe técnicas já existentes desde séculos anteriores, como é o caso da confissão. Há uma incitação a se falar do sexo a partir do século XVII, até mesmo em suas menores partículas. No século XVIII, o poder encarrega-se da sexualidade da criança, da mulher, da família, e de inúmeras outras sexualidades que surgirão a partir daí.

Foi na era vitoriana que se definiu o espaço reservado do quarto dos pais como lugar para o sexo, sendo que a sexualidade das crianças devia ser administrada, e toda sexualidade que não se adequasse à norma seria condenada ao silêncio, ao desaparecimento, estabelecendo que sobre isso não havia nada a ser dito. Tal será a função da *hipótese repressiva*.

Foucault alerta para os cuidados a serem tomados quando se fala em repressão. A versão moderna desse procedimento não se explica por meio do desenvolvimento capitalista do século XVII, pois assim corre-se o risco de estabelecer como horizonte de explicação as transformações ocorridas nos modos de produção, esboçando apenas uma interpretação política da sexualidade.

A *hipótese repressiva* deve ser analisada não apenas como interdição, proibição ao sexo, mas como parte das técnicas de poder e saber investidas nos prazeres sexuais. Todos os detalhes sobre o sexo devem ser trazidos à luz, sendo necessário que se fale dele com uma frequência cada vez maior. Portanto, a *hipótese repressiva* deve ser inserida em uma economia geral do discurso sobre o sexo, com seus aparelhos de produção discursiva, de poder e de saber.

[...] Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana [...] Daí, enfim, o fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a 'vontade de saber' que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento [...] (Foucault, 1988, p. 16).

Essa *vontade de saber* emerge no século XVII por meio de técnicas discursivas que se apóiam e se desenvolvem em grande medida nos manuais de confissão da Idade Média, que, com a pastoral cristã e o sacramento da confissão, cobrem as questões sexuais, embora a

discrição seja recomendada freqüentemente quando se trata de tais assuntos. Mesmo que se tenha neste caso um policiamento da fala, a *confissão da carne* se expande cada vez mais pelo corpo social. Com as técnicas de exame, a confissão deve então, abarcar a alma e a carne, revelando a presença da última na superfície dos pecados. O que há de importante nas técnicas de colocação do sexo em discurso no século XVII não é somente que ele tenha se apropriado de técnicas cristãs de confissão, formadas numa tradição ascética e monástica, mas o fato de se começar a articular em discurso tanto as técnicas da confissão quanto à generalização dessas técnicas em regra para todos, “[...] e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo [...]” (Ibid., p. 26).

Nos séculos XVII e XVIII, o sexo não está ligado somente ao exame da consciência, mas torna-se uma questão de *interesse público*. O sexo é colocado como questão política, econômica, e o que se procura neste caso não é tanto a formulação de uma teoria geral sobre o sexo, mas a possibilidade de inseri-lo num campo de análises, de contabilidade, classificação, especificação, de pesquisas quantitativas (Ibid.)

O sexo, investido pelo poder, localiza-se nesse momento entre o indivíduo e as instituições responsáveis pelo seu funcionamento e regulação. A polícia deve usar seu poder de controle não para proibir o sexo, mas para monitorar seus efeitos, suas forças, administrando-o como um bem público. Uma vez que uma das grandes novidades das técnicas de poder e saber no século XVIII será o surgimento da *população*.

O Estado não lida diretamente com o indivíduo, mas com a população: população-riqueza, população-mão-de-obra, seu crescimento e equilíbrio, controle de natalidade, mortalidade, fecundidade, saúde, doença, alimentação (Ibid., p. 28). “[...] Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa política; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (Ibid., p. 29).

Há no século XVIII, segundo a expressão de Foucault, “[...] uma espécie de erotismo discursivo generalizado [...]” (Ibid., p. 34). Para que o poder possa organizar a multiplicidade sexual tudo deve passar pelo crivo da palavra, da estatística, da administração. As instituições desenvolveram dispositivos capazes de abarcar toda a sexualidade. Outro dado importante é que várias instâncias entram em funcionamento para abranger o discurso da sexualidade, nos séculos XVIII e XIX, como a medicina, a psiquiatria, a etiologia das doenças, a justiça penal (Ibid., p. 32). Porém, para Foucault, “[...] esta primeira abordagem mostra tratar-se menos de *um* discurso sobre o sexo do que de uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições [...]” (Ibid., 35, destaque do autor).

Segundo Foucault, até fins do século XVIII, três códigos regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil (Ibid., p. 38). Esses códigos centravam-se no matrimônio, tocando em assuntos tais como a periodicidade das relações sexuais, a esterilidade e a fecundidade do casal.

Com as relações centradas no matrimônio e a explosão discursiva nos séculos XVIII e XIX, ocorrem duas mudanças significativas. A primeira delas é que a monogamia heterossexual passa a funcionar como norma; a segunda modificação refere-se ao poder e ao fato de as instituições começarem a se interrogar sobre a sexualidade das crianças, dos loucos e dos criminosos (Ibid., p. 39). Novos personagens, como o homossexual, por exemplo, devem formular em palavra aquilo que são: dizer sobre suas preferências, seus hábitos, construir seu histórico. Ao mesmo tempo em que o poder investe no exame dessas sexualidades irregulares, que são os vários tipos de *perversidades*, não apenas as classificam e as redistribuem, mas estabelece também em um movimento contrário o que deve ser a sexualidade regular.

Até o século XVIII, com a sexualidade baseada nas alianças legítimas, existia ainda um ilegalismo global que se referia às sexualidades desviantes; com a implantação da perversão, a lei ganha poderes para qualificar, contabilizar e controlar esses ilegalismos. A partir de então,

[...] Surge toda uma gentilha diferente, apesar de alguns parentescos com os antigos libertinos [...] Incontável família dos perversos que se avizinha dos delinqüentes e se aparenta com os loucos [...]” (Ibid., p. 40-41).

Dessas mudanças apresentadas nos séculos XVII e XIX seria errôneo concluir que o poder, ao investir na sexualidade, tenha provocado como contra-efeito a explosão da perversão; ao contrário, ao atravessar o sexo, o poder faz com que a multiplicidade sexual se fragmente em categorias individualizantes, demarcando a singularidade das práticas sexuais dos indivíduos, redistribuindo-as no corpo social e nas instituições de controle. A perversão não emerge como uma resultante do moralismo dos vitorianos, ou como finalidade de reprodução da força de trabalho. Além disso, também não constituiu um efeito inverso da tentativa de colocar a família como núcleo regulador do sexo, mas “[...] É o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres [...]” (Ibid., p. 48). Sobre a *implantação perversa* o autor escreve:

[...] A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática [...] Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação (Ibid.).

Com a implantação da perversão não houve uma descoberta de novos prazeres, mas uma nova redistribuição de regras no jogo dos poderes e prazeres. Contudo, não podemos afirmar que a partir de então houve uma repressão sem precedentes do sexo, pois foi a emergência das perversões que possibilitou a formação de novas tecnologias e mecanismos de poder e saber que estimulassem a manifestação de prazeres que não se adequavam à norma.

Podemos observar até este momento que a inserção do sexo em discurso científico foi descontínua, fazendo-se necessária a organização de toda uma multiplicidade de discursos e práticas por parte do poder. Segundo Foucault, existem dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo: *scientia sexualis* e a *ars erótica*. Somente as sociedades ocidentais

desenvolveram uma *scientia sexualis*, isto é, formularam procedimentos científicos de ordenação discursiva do sexo para extrair sua verdade. Na *ars erotica*, desenvolvida em países como a China, o Japão, Índia, Itália (Roma) e nações árabe-muçulmanas, a verdade do sexo é revelada pelo próprio prazer, segundo sua intensidade, qualidade, duração; deve ser mantido em segredo não pelo que pode haver nele de impuro, de malévolo, mas pelo fato de que quando revelado pode perder sua eficácia, pois é somente no ato sexual que sua verdade pode ser experimentada (Ibid., p. 57).

O desenvolvimento da *scientia sexualis*, em nossas sociedades modernas, teve como técnica fundamental a *confissão*. “[...] A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder [...]” (Ibid., p. 58).

No momento em que a confissão foi cingida pelo poder e se difundiu pelas instituições e lugares de produção de saber, transformou a sociedade em uma sociedade confessanda: confessa-se tudo, seja espontânea ou forçadamente, e cada instituição tem seus mecanismos próprios para fazer falar; mas a confissão não se restringe apenas a determinados lugares, já que está presente na literatura, na filosofia, nas biografias, nas cartas; sua difusão é tão ramificada e exercida de tantos pontos diversos que torna difícil localizá-la e determinar as relações de poder, coação e controle que são inerentes ao seu exercício nas sociedades modernas. Sobre as práticas da confissão e os vários domínios ao qual pertenceu, Foucault escreve:

Durante muito tempo permaneceu solidamente engastada na prática da penitência. Mas, pouco a pouco, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, perdeu sua situação ritual e exclusiva: difundiu-se; foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos. As motivações e os efeitos dela esperados se diversificaram, assim como as formas que toma: interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas ou cartas, que são consignados, transcritos, reunidos em fichários, publicados e comentados (Ibid., p. 62).

Serão essas mudanças nas práticas da confissão no século XIX que possibilitarão a medicina, a psiquiatria, a pedagogia constituírem *arquivos* sobre os prazeres sexuais. Além do mais, é nessa época que a confissão sobre o sexo passa a ser extraída em formas científicas.

Tal processo se dá por meio da codificação clínica do exame, associando o que é dito sobre o sexo com um conjunto de sintomas decifráveis capazes de reinscrever a confissão no campo do saber científico; o sexo passa a ser visto como uma fonte inesgotável de doenças; a verdade, as doenças, as partes obscuras da prática sexual, só podem ser reveladas na relação entre o interrogado (paciente) e o interrogador (médico, psicólogo, psiquiatra); enquanto a função do primeiro é a de falar, a do segundo é a de interpretar e recolher o que foi dito, sendo a interpretação da confissão parte essencial do discurso científico sobre o sexo. Ao se ajustar os prazeres da carne a um discurso científico, há uma medicalização das doenças que têm como causa o sexo, que serão diagnosticadas e tratadas com a intervenção médica. O desenvolvimento de novas técnicas de poder e a criação de novos campos de saber sobre o sexo passarão a fundamentar o *dispositivo de sexualidade*.

[...] Em todo caso, há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a “sexualidade” enquanto verdade do sexo e de seus prazeres (Ibid., p. 67).

Para se refletir sobre o surgimento e funcionamento do dispositivo de sexualidade, faz-se necessário analisar essa vontade de saber a partir das estratégias de poder que lhes são imanentes. Para Foucault, é preciso abandonar a concepção jurídico-discursiva do poder, em que o poder é visto como repressor, negativo, excludente, monótono, ineficaz; trata-se de fazer uma *analítica do poder*¹⁸.

O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmo-nos menos para uma ‘teoria’ do que para uma ‘analítica’ do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo [...]. (Ibid., p. 80).

¹⁸ Sobre a *analítica do poder*, ver: (Éribon, 1996, p. 124); (Dreyfus; Rabinow, *Op. Cit.*, p. 202).

O poder, como enfatiza Foucault, não é algo que se adquire, se guarda ou transmite a outros como uma propriedade, mas é exercido em pontos diversos, em relações desiguais e móveis, sejam elas relações econômicas, sexuais, de conhecimento. Ele é imanente a todas elas, tendo nesses setores um papel diretamente produtor. E é nas relações de poder que se deve procurar a formação dos discursos sobre a sexualidade. Se ela se transformou em objeto de saber, foi porque o poder a instituiu como objeto. “[...] Entre técnicas de saber e estratégias de poder, nenhuma exterioridade [...]” (Ibid., p. 93).

A sexualidade apresenta-se como ponto privilegiado para analisar as relações de poder porque é um dos domínios de maior instrumentalidade, podendo servir de ponto de apoio, de manobras, de articulação às mais variadas estratégias e táticas do poder-saber. Foucault escreve que a partir do século XVIII houve quatro conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos de saber-poder ao redor do sexo: histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação, psiquiatrização do prazer perverso; essas estratégias abrangeram o sexo da mulher, do homem e da criança (Ibid., p. 99-100). Sobre a função dessas estratégias, Foucault ressalta:

[...] De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade [...] A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder [...] (Ibid., p. 100).

O desenvolvimento do dispositivo de sexualidade firma-se também em um outro dispositivo constituído no século XVII: o *dispositivo de aliança*. Ele tem como base fundamental a família, o matrimônio, a reprodução e transmissão das riquezas da nobiliarquia, que se ligava à uma *simbólica do sangue*. O dispositivo de sexualidade encontrará também na família o lugar privilegiado de inteligibilidade e princípio de formação da sexualidade: espaço

de circulação de afetos, de controle populacional, de manutenção da ordem burguesa. (Ibid., p. 101 et seq.).

Com o dispositivo de sexualidade, a distinção de classes não se baseia no *sangue*, mas na *carne*. Essa *tecnologia da carne* significa um investimento da burguesia no corpo, no sexo, na expansão das forças, na vitalidade do organismo, como elementos de distinção das outras classes. Desse modo, não seria correto afirmar que o tal dispositivo tivesse como objetivo reprimir a pulsão sexual das classes trabalhadoras; esta só é investida pelas novas técnicas de poder-saber devido à urgência do controle da população, do espaço urbano, da economia.

O investimento no corpo faz parte de um poder que tem como alvo a vida, de onde emergirá o *biopoder*. Com o direito romano, o poder exercido pelo soberano era um direito de morte, caso alguém atentasse contra sua majestade. A partir do século XVII, o direito centrou-se na gestão da vida, e, se houve genocídios, guerras, holocaustos, isso aconteceu para garantir a vida da população ameaçada e não mais o poder real.

[...] Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma [...] (Ibid., p. 135).

A sexualidade será o ponto de articulação das disciplinas e das regulações da população. O sexo deve ser normalizado, controlado, esmiuçado, interpretado, analisado, medicalizado, uma vez que se apresenta como um campo de alta fragilidade patológica, sendo que isso não se dá apenas em nível do indivíduo, pois dele depende a preservação da espécie. Por isso, é necessário que lhe sejam aplicadas medidas reguladoras, tais como as intervenções econômicas, políticas, estatísticas.

Ao mesmo tempo em que o dispositivo de sexualidade articula um conjunto de práticas diversificadas de poder-saber, ele implanta o conceito de sexo. Sendo assim, a idéia de que o sexo é algo indomável, rebelde, que não está sujeito às relações de poder-saber mostra-se superficial. Nas palavras de Foucault:

[...] A noção de sexo permitiu inverter a representação entre poder e sexualidade, fazendo-a aparecer não na sua relação essencial e positiva com o poder, porém ancorada em uma instância específica e irreduzível que o poder tenta da melhor maneira sujeitar; assim, a idéia do sexo permite esquivar o que constitui o “poder” do poder, pensando-o somente a partir da lei e da interdição [...] O sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento [...] (ibid., p. 145).

Como podemos perceber nessas duas obras de Foucault, a genealogia trabalha com práticas de poder-saber e regimes discursivos formados por práticas diversas. É na relação das práticas que emergem os acontecimentos, os objetos, os conceitos, mostrando como esses se relacionam, dando lugar a outras práticas, que, por sua vez, formarão novos objetos e conceitos. Como escreve Veyne: “[...] A relação determina o objeto, e só existe o que é determinado [...]” (Veyne, 1998, p. 249).

A genealogia não parte dos objetos para encontrar as causas, mas das práticas que constituem os objetos, no caso, a *prisão* e a *sexualidade*. Para fazer a genealogia do surgimento das prisões e do dispositivo de sexualidade, há entrelaçamentos de práticas vizinhas na formação de campos discursivos. A prática abre um campo de possibilidades para o surgimento de novas intrigas.

Segundo Veyne, é o estudo das práticas que demonstra a *eficácia do método* de Foucault, e é esse o método que ele segue para explicar o fim da gladiatura em Roma. Veyne rejeita as noções com as quais os historiadores estão familiarizados a explicar o fim da gladiatura: o Cristianismo, o humanitarismo ou uma certa sabedoria pagã. A explicação está nas práticas políticas. Com a dissolução do Senado, a prática de *guia de rebanho* é substituída pela de *mimar crianças*, que nessa nova configuração política é exercida pelo *rei-pai*, *rei-sacerdote* (Vide supra, p. 60 et seq.). Pelo estudo dessas práticas compreende-se também porque se abole a gladiatura e não o teatro, que era ainda mais condenável por sua lascívia.

A prática é a *parte oculta do iceberg*, como escreve Veyne. Quando as causas materiais, os objetos reificados considerados naturais foram abandonados, são descobertos acontecimentos e problemáticas que estavam de certa maneira “escondidos”. Trata-se de um

processo de *densificação*. Tal processo consiste em fragmentar e historiar os objetos, mostrando que eles são formados por práticas diversas que os objetivam (Veyne, 1998, p. 255-257).

Com as práticas há também uma mudança com relação à causalidade. Em *Como se escreve a história*, Veyne preocupava-se em determinar o campo causal dos acontecimentos. As causas de um acontecimento são outros acontecimentos contemporâneos ou anteriores àquele que se analisa, cabendo ao historiador escolher determinados acontecimentos como causa. Veyne estabelece algumas condições de estudo da causalidade histórica: *causas profundas*, *causas superficiais*, *causas materiais*, *causas finais* e a *retrodição* (vide supra, p. 23). Em *A história conceitual*, os circuitos causais se apresentam como séries de conceitos organizados num sistema hipotético-dedutivo (Veyne, 1976, p. 72). No texto *O inventário das diferenças*, as causas são pesquisadas em consonância com o processo de inventariar os conceitos: ao se ampliar o questionário sobre os acontecimentos através dos conceitos descobre-se, no não-acontecimental, causas ainda não postuladas. Em 1978, com a noção de *práticas*, a causalidade é pensada por meio da relação de práticas vizinhas, dado que “[...] a causalidade supõe a exterioridade [...]” (Id., 1998, p. 282); no lugar das causas temos então a *atualização* de práticas vizinhas, e “Atualização e causalidade são duas coisas bem diferentes [...]” (Ibid.).

Com a noção de práticas, muda-se também a noção de *acontecimento*. Os conceitos, a causalidade, visam a um melhor entendimento do acontecimento, uma vez que a intriga compõe-se da seriação dos acontecimentos; portanto, a noção de prática, ao se desnaturalizarem os objetos, oferece ao historiador uma ampliação na forma de entendimento do acontecimento histórico.

Em *Vigiar e Punir*, *História da sexualidade I* e *Foucault revoluciona a história* as problemáticas são tratadas por meio da atualização das práticas, que, em determinado momento, formam um “um rosto histórico singular”, como a execução pública, o dispositivo

de aliança, a aprovação da gladiatura, e conforme as transformações dessas práticas, que “[...] em uma outra época, serão um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto, e, inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente [...]” (Ibid., p. 268-269), tais como o sistema penitenciário, o dispositivo de sexualidade e o fim da gladiatura.

O que há de fundamental em *Foucault revoluciona a história* é que as problemáticas apresentadas nos textos de 1971, 1974 e 1976 convergem para a genealogia de Foucault. Nesta convergência, os problemas apresentados para que os fios da narrativa histórica sejam traçados, como o da causalidade histórica, do acontecimento histórico, da conceituação e formação de constantes não são abandonados para darem lugar às práticas, “[...] como explicar sem contar com causas, com constantes? [...]” (Ibid., p. 271-272). Em vez disso, eles são trabalhados levando em conta as práticas que os constituem. Portanto, o papel da genealogia foucauldiana só pode ser avaliado quando se levam em consideração as preocupações veynianas em torno da escrita da história, presentes em seus textos anteriores.

2.2. A leitura de Paul Veyne sobre alguns conceitos do marxismo.

Veyne mantém uma relação crítica com o marxismo. Primeiramente, podemos destacar as críticas de Veyne quando trata das causas: causas superficiais, causas materiais e causas finais (Veyne, 1984, p. 125). Sempre que se procuram as causas de um acontecimento, o historiador encontrará essas três condições da causalidade, não podendo estacar a explicação em uma delas. Para o marxismo, as causas materiais são suficientes para o estudo da causalidade histórica. Porém, Veyne não especifica de qual marxismo se trata: o marxismo de Marx ou dos marxistas soviéticos, franceses? Por não apresentar tal especificação, torna-se possível encontrar desdobramentos de certos conceitos por ele mencionados os quais poderiam ser mais bem explorados. Vejamos alguns casos em que isso ocorre.

No materialismo marxista, a realidade social é explicada pela conexão da infra-estrutura como determinante da superestrutura numa relação dialética, levando assim a um determinismo da história; é esse determinismo que garantiria à explicação marxista da história sua cientificidade, seu modelo teórico. Veyne critica esse determinismo das condições materiais sobre a mentalidade dos homens, mas esse conceito não passa despercebido aos próprios marxistas, sendo que procuram substituí-lo por *condicionamento*, já que acreditam ser ele muito inflexível, embora a noção de condicionamento seja muito vaga. Raymond Aron informa sobre o uso desses conceitos, ao afirmar que

Os intérpretes consideraram que, efetivamente, era difícil usar termos muito precisos, como o de determinação, para explicar as relações entre as forças ou relações de produção e o estado da consciência social. Como o termo causalidade (ou determinação) pareceu por demais rígido ou, no vocabulário da escola, como mecanicista e não-dialético, passou-se a usar o termo *condicionamento* em lugar de *determinação* [...] (Aron, 2003, p. 248-249).

O que Veyne critica no pensamento marxista é a rigidez do conceito de determinação das relações causais. Entretanto, ao procurar as causas para além do determinismo das condições materiais, não estaria ele tratando justamente dos condicionamentos das causas materiais? Caso isso seja verdadeiro, as críticas de Veyne deixam de lado o conceito de *condicionamento*, que seria uma outra forma de explicação causal, assemelhando-se ao que se propõe com a crítica veyniana da determinação. Uma consequência direta disso seria a limitação da crítica à idéia de determinação das causas materiais.

Tais hipóteses não podem ser confirmadas num processo comparativo, dado que à inflexibilidade do conceito de determinismo, o “[...] condicionamento corre o risco de ser flexível demais e de tal modo incontestável que o alcance da fórmula torna-se duvidoso” (Ibid., p. 249). Com tal discussão não pretendemos afirmar que a perspectiva veyniana seja limitada por levar em consideração apenas a determinação, mas destacar que esse debate está presente entre os próprios marxistas. No entanto, isso não é trabalhado por Veyne, o que revela sua idéia própria sobre o marxismo. Na verdade, o debate sobre esses conceitos nos ajudaria a refletir sobre a leitura veyniana do marxismo.

Fazer um mapeamento da compreensão de Veyne sobre o marxismo implicaria no confronto de sua posição com uma vasta produção marxista. Não é esta a tarefa que nos propusemos neste trabalho, mas apenas confrontar alguns conceitos que demonstrem sua visão acerca dessa corrente teórica. Nesses confrontos também não pretendemos mostrar que as idéias de Veyne sobre o marxismo são falsas ou corretas, abrangentes ou limitadas, pois, como afirma Aron, no pensamento de Marx “[...] cada um pode encontrar somente o que pretende” (Ibid., p. 191). Portanto, nossa tarefa é a de somente refletir sobre a relação estabelecida entre Veyne e o marxismo.

Outro conceito citado por Veyne, mas pouco explicado é o de *luta de classes*. Tal concepção é apresentada na obra de Veyne como uma constante invariável, porque serve como chave de explicação para qualquer momento histórico (Vide supra, p. 50). Se o marxismo opera com uma constante invariável, que é a luta de classes, caberia sabermos qual o significado conceitual de luta de classes. Todavia Veyne não o define.

O autor afirma que para o marxismo “[...] o motor da História é invariavelmente a luta de classes [...]” (Ibid., p. 21). Para Aron, “O motor do movimento histórico é a contradição, em cada momento da história, entre as forças e as relações de produção. [...] Nesta contradição entre forças e relações de produção, é fácil introduzir a luta de classes [...]” (Aron, *op. cit.*, p. 202). E é também em Aron que podemos encontrar os desdobramentos do conceito de luta de classes, que ocupa na sociologia de Marx um lugar privilegiado: serão as lutas surgidas nas contradições das forças e relações de produção que levarão à revolução comunista. Deste modo,

A sociologia de Marx é uma sociologia da luta de classes. Algumas das suas proposições são fundamentais. A sociedade atual é uma sociedade antagônica. As classes são os principais atores do drama histórico, do capitalismo em geral. A luta de classes é o motor da história, e leva a uma revolução que marcará o fim da pré-história e o surgimento de uma sociedade não-antagônica (Ibid., p. 254).

Segundo Aron, há na obra de Marx três definições de classe. A primeira está no livro III de *O Capital*, intitulado “As classes” e escrito por Engels. Nesse texto encontramos três classes existentes na sociedade moderna: capitalistas (capital-lucro), assalariados (trabalho-salário) e proprietários de terra (terra-renda fundiária). “[...] Essa interpretação das classes em função da estrutura econômica é a que melhor corresponde à intenção científica de Marx. Permite identificar algumas das proposições essenciais da teoria marxistas das classes [...]” (Ibid., p. 255).

Outra definição de luta de classes está em *As lutas de classes em França (1848-1850)* ou *O 18 brumário de Luis Bonaparte*.

[...] Marx emprega, nesses textos, a noção de classe, mas sem fazer uma teoria sistemática. A enumeração das classes é mais longa e mais estrita do que na apresentação da distinção estrutural das classes que acabamos de analisar.

Assim, em *As lutas de classes na França* Marx distingue as seguintes classes: burguesia financeira, burguesia industrial, burguesia comercial, pequena burguesia, classe camponesa, classe proletária e, por fim, o que chama de *Lumpenproletariat*, que corresponde mais ou menos ao que chamamos de subproletariado. (ibid., p. 256).

Há ainda uma terceira definição, encontrada em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em que Marx afirma que uma classe não se define necessariamente pelas relações que os indivíduos mantêm uns com os outros, mesmo que estes partilhem dos mesmos valores e das atividades econômicas.

Em outras palavras, a comunidade de atividade, de maneira de pensar e de modo de vida é a condição necessária da realidade de uma classe social, mas não a condição suficiente. Para que uma classe exista, é preciso que haja tomada de consciência da unidade e sentimento de separação das outras classes sociais, quem sabe até mesmo sentimento de hostilidade em relação às outras classes sociais. No caso-limite, os indivíduos separados só formam uma classe na medida em que precisam desenvolver uma luta comum contra outra classe (ibid., p. 258).

Considerando essas definições estabelecidas por Aron, podemos nos questionar sobre qual seria a idéia de classe para Veyne; mas qual o sentido deste questionamento? Ora, se a crítica de Veyne se dirige ao uso de constantes invariáveis, faz-se necessário que se estabeleça um conceito para essas invariáveis, a fim de podermos saber qual noção de classe se está

criticando. Entretanto, não há uma definição de classes nos textos veynianos. Poderíamos justificar que o conceito de classe não é desenvolvido em *O inventário das diferenças* por se tratar de uma aula inaugural, embora não encontremos uma definição precisa em nenhum dos seus textos. Corre-se assim o perigo de se pensar na luta de classes como um conceito fixo, invariável, naturalizado, deixando de lado as várias idéias que o envolvem. Parece-nos, desse modo, que a crítica da luta de classes em Veyne é simplificada e generalizada, quando se procura justamente escrever uma história que crie constantes variáveis capazes de definir a particularidade de cada conceito, sem reduzi-lo a uma dimensão fixa e invariável.

Definir precisamente a teoria marxista implica não só um melhor estabelecimento de conceitos dos acontecimentos históricos, mas também uma tomada de conhecimento do papel que o marxismo ocupa na historiografia. Guy Bois, em *Marxismo e história nova*, sublinha as relações e desafios presentes no marxismo dentro da história nova.

[...] Tratando-se primeiramente do marxismo, não podemos nos dissimular (ou dissimular) por mais tempo que essa etiqueta encobre práticas históricas bastante diferentes umas das outras e, por vezes, até estranhas umas às outras [...] (Bois, 1990, p. 242).

A presença do marxismo pode ser constatada na história quantitativa, ao voltar seu olhar mais para as estruturas e para o coletivo, do que para os acontecimentos superficiais e individuais (Ibid., p. 245); na Antropologia, em que “[...] o parentesco é, em numerosas sociedades primitivas, relação de produção [...]” (Ibid., p. 251). No entanto, para que o materialismo histórico se desenvolva conforme os desdobramentos práticos e metodológicos da *história nova* deve-se levar em conta os questionamentos, os desafios, a capacidade de adequação dos conceitos marxistas aos novos problemas e sua aplicabilidade na história, sem perder de vista a totalidade. Bois conclui o texto acentuando que o materialismo histórico acompanha as transformações históricas, e a relação com a *história nova* marca um novo momento, em que a convergência de ambos tende a intensificar o caráter científico do marxismo. Seguindo as palavras do autor:

O destino do materialismo histórico tem em comum com todos os outros processos históricos o fato de não ser um movimento contínuo, mas, ao contrário, pontuado por saltos sucessivos. Ora, precisamente sua confrontação/confluência (somada a outros fatores) com a “história nova” é de natureza a suscitar tal salto. O severo desafio que lhe foi imposto faz dela uma obrigação. Contudo, ao mesmo tempo, a inovação técnica traz ao marxismo ferramentas preciosas para o desenvolvimento da sua capacidade científica. Cabe a ele utilizá-las, sem deixar de ser si mesmo. A renovação, nesse domínio, como em muitos outros, passa por certa volta às origens (Ibid., p. 260).

Outro historiador, Jean Chesneaux, enfatiza que a “teoria revolucionária” elaborada por Marx e Engels é “fundamentada historicamente” (Chesneaux, 1995, p. 48). Suas noções não são invariáveis, ao contrário, elas são elaboradas e transformadas conforme o estudo das sociedades humanas. Chesneaux destaca também que o marxismo não é uma “teoria da história” universalmente válida para qualquer período da história, o que demarca um posicionamento diametralmente oposto ao de Veyne. Nas palavras do autor:

Pois a teoria marxista está fundamentada na história mas não é uma “teoria da história”, uma nova versão desse “discurso sobre a história universal” [...] Isso significa que sua principal função não é nem jamais foi apresentar uma explicação geral, mecânica e com caráter de panacéia do desenvolvimento histórico das sociedades humanas em sua cronologia concreta (Ibid., p. 51).

Para que pudéssemos definir claramente a relação de Veyne com o marxismo seria necessário, como escreve Bois, avaliar os desafios do marxismo na atualidade sem deixar de voltar às origens; porém não é este o nosso objetivo. Queremos apenas destacar que Veyne demonstra uma visão em relação ao marxismo em que alguns conceitos do materialismo histórico são pouco desenvolvidos, o que nos leva a considerar mais cautelosamente a variação e o alcance da crítica dos conceitos marxistas no pensamento veyniano.

2.3. Propostas opostas: Paul Veyne e a concepção hermenêutica de conhecimento histórico.

Este tópico destina-se a refletir sobre a relação entre o pensamento de Paul Veyne e a concepção hermenêutica de conhecimento histórico, na qual a narrativa histórica ocupa uma função epistemologicamente essencial. Como já salientamos na apresentação do presente capítulo, nossa proposta de análise restringe-se apenas a elementos da hermenêutica capazes de dialogar com o pensamento veyniano; tal ressalva faz-se necessária devido à vastidão abrangida pelo termo *hermenêutica*. Luiz Eduardo Soares pondera sobre as dificuldades de se lidar com a hermenêutica e com os vários domínios que são por ela cobertos. De maneira literal, ele afirma que

Quando pensamos na hermenêutica, corremos simultaneamente vários riscos. Em primeiro lugar, o risco mais óbvio de tomar por singular e unívoco o que é múltiplo e plurívoco: são várias e opostas, teoricamente, as tradições hermenêuticas, isto é, as vertentes reflexivas que lidam diretamente com a problemática da interpretação. Problemática cujas raízes, aliás, remontam à teologia e à filosofia, e cujo espaço de referência primordial é a filosofia, ainda que o direito e a estética constituam campos também centrais (Soares, 1988, p. 100).

As questões que são aqui levantadas tratam especificamente da hermenêutica histórica, desenvolvida a partir de filósofos e historiadores que possuem uma leitura hermenêutica da história.

Para a hermenêutica, a narrativa histórica funciona como uma forma de reconstituição do passado, já que, por meio da compreensão, abre-se para o historiador a possibilidade de “colocar-se-na-posição-de”, um “tornar a vivenciar” os acontecimentos do passado (Alberti, 1996, p. 10). É por meio da narrativa que os significados, as intenções e as idéias contidas nos acontecimentos do passado são apreendidos. O que permite a realização dessa tarefa é a temporalidade, pois é no tempo que os acontecimentos se desenvolvem; uma vez que todos os acontecimentos nele se efetivam, as ações humanas podem ser analisadas a partir do pressuposto de uma *pré-compreensão*, ou *pré-história*, isto é, a presença de sentido no agir humano, antes que seu sentido seja retomado no presente pela narrativa, constituindo assim a *consciência histórica*.

[...] A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias da vida (Rüsen, 2001, 59).

A consciência histórica permite ao historiador e ao leitor, receptor do texto, articular o passado com o presente. Mas, segundo Veyne, a compreensão histórica não é capaz de fazer reviver o passado, pois a consciência não está na raiz da ação¹⁹, e “[...] sempre que tentamos nos colocarmos no lugar dos outros, nos colocamos num lugar já traçado de antemão [...]” (Veyne, 1984, p. 218). Portanto, “[...] ‘Reviver o outro, reviver o passado?’ Isso não passa de palavras [...] ou antes é uma experiência ilusória e decepcionante [...]” (Ibid., p. 219).

Para que possamos conhecer o outro e “tornar suas intenções conformes com a experiência do tempo” precisaríamos ter consciência sobre os fins e causas das ações humanas do passado; no entanto, “[...] a compreensão vai até o limite dos nossos conhecimentos que temos do homem, de nossos preconceitos, hábitos e costumes [...]” (Ibid., p. 218). O que compreendemos dos outros é determinado pela nossa aquisição de conhecimentos do presente, de forma que esse conhecimento é sempre mutilado, incompleto e eivado de preconceitos.

Segundo Rüsen, a consciência histórica, operada por meio da narrativa histórica, deve transformar o tempo natural em tempo humano, distinguindo também o tempo como experiência, que é a maneira como o tempo é vivido e experimentado, e o tempo como intenção, que se refere aos planos presentes, os fins a serem alcançados nas ações humanas. “[...] As experiências do tempo são carentes de interpretação na medida em que se contrapõem ao que o homem tenciona no agir orientado por suas próprias carências [...]” (Rüsen, *op.cit*, p. 59). Já, na visão de Veyne, a interpretação e a compreensão da temporalidade não são suficientes para resgatar o sentido das intenções e das experiências dos

¹⁹ Há, em *Como se escreve a história*, um capítulo intitulado “A consciência não está na raiz da ação” (1984, p. 215-255).

acontecimentos do passado. Ao olhar para as experiências do passado, o historiador se defronta com o não-acontecimental, em que as experiências e intenções abarcam um número muito maior de fatos e características do que aquelas supostas no presente. Desse modo,

[...] descobrem-se somente conceitos confusos, problemáticas menos simples do que o previsto e questões nas quais não tínhamos pensado; a história não é impossível de conhecer, mas é extremamente complicada, exige uma experiência consideravelmente mais sutil do que aquela que podemos adquirir presentemente [...] (Veyne, *op. cit.*, p. 194).

O que diferencia o posicionamento de Veyne com o de Rüsen, no que se refere ao tempo presente, é que, para o primeiro, o historiador não é capaz de fazer reviver os feitos do passado; para o segundo, passado e presente funcionam dentro de uma temporalidade que os une, em que a narrativa histórica traz à tona o sentido contido nos acontecimentos do passado.

A relação de passado e presente na hermenêutica se dá por meio de um *círculo*, na interpretação e compreensão tanto de um texto literário, quanto de um teológico, ou mesmo da própria história. No *círculo hermenêutico* a parte é remetida ao todo e vice-versa: da frase ao texto, do acontecimento ao contexto histórico, “[...] Quando essas partes não se fazem compreensíveis, é necessário determinar novamente o sentido do todo, e assim sucessivamente, até que o sentido das partes esteja esgotado” (Alberti, *op. cit.*, p. 11).

Contraopondo-se à idéia de círculo hermenêutico, Veyne assevera que é por meio das aproximações dos documentos, das seriações que se pode ter uma representação melhor do contexto de uma época, de uma sociedade, e é essa representação que possibilitará novas retificações sobre as lacunas da documentação. Sendo assim, Veyne considera que

[...] Na realidade, não existe círculo de modo nenhum, dado que os pormenores sobre os quais se baseia a interpretação provisória do contexto são diferentes do novo pormenor a interpretar; a interpretação progride assim à maneira de uma centopéia. Se fosse de outra maneira, não se teria decifrado até hoje nenhum texto, excepto por intuição mística. (Veyne, *op. cit.*, p. 191).

Outro ponto que merece destaque é atinente à questão dos juízos de valor em história. Conforme Rüsen, os juízos de valor são importantes na medida em que é a partir deles que se pode aferir sobre o sentido, o significado dos acontecimentos. Sem juízo de valor a história se

transformaria numa somatória de acontecimentos, uma cronografia, dado que é através deles que as ações humanas ganham significado e sentido para o presente.

[...] Sem juízos de valor, os constructos de sentido de uma história não poderiam mais ser elaborados, mas ter-se-ia apenas um amontoado de fatos sem sentido ou significado, sobre o qual ninguém poderia dizer a que veio, nos espaços da memória humana. (Rüsen, *op. cit.*, p. 131)

Os juízos de valor, na visão de Veyne, são inevitáveis em história, pois a própria escolha de um tema já é resultado de atribuição de valor a um determinado tema. Todavia, não cabe ao historiador julgar que uma conduta é boa e a outra má, que os homens do passado pensavam e agiam de determinada maneira por ignorância, medo. O historiador pode descrever os valores de uma época, mas não pode julgar esses valores a partir do presente.

[...] Assim o historiador usa três espécies de aparentes juízos de valor: ele descreve quais eram os valores do tempo, explica as condutas a partir desses mesmos valores, acrescenta que esses valores são diferentes dos nossos. Mas nunca acrescenta que esses valores eram maus e que nós os renegamos com razão. Dizer quais eram os valores do passado é fazer história dos valores [...] (Veyne, *op. cit.*, p. 224).

Portanto, o que diferencia a abordagem hermenêutica da de Veyne no que diz respeito aos juízos de valor em história, é que para a primeira os valores têm uma função de acesso à verdade; para Veyne, os valores são pontos de partida necessariamente arbitrários e devem ser analisados como acontecimentos.

Vejamos a seguir algumas diferenças de interpretação histórica sobre a narrativa em Veyne e Paul Ricoeur. Para este último, é por meio da narrativa que se articula a experiência do tempo. A narrativa histórica se organiza na forma de *intriga*. A intriga, que organiza tempo e narrativa, através da *imaginação produtiva*, depende de uma *pré-compreensão* do mundo e da experiência (Ricoeur, 1995, p. 88), articulando um *tempo prefigurado* do *campo prático*, que se transforma em *tempo refigurado* após a construção da intriga; por sua vez, é o tempo refigurado que fornece ao receptor, o leitor, orientações para a ação no presente. Todo esse processo de composição da intriga é realizado por meio da *mimese*, que se desdobra em três momentos.

A mimese é também um processo circular, em que o tempo refigurado reencontra e organiza o sentido e as intenções já existentes no tempo prefigurado. Sobre ela Veyne afirma que “[...] o mimetismo é demasiado fácil e metemo-nos na pele de qualquer papel, com a condição de que no-lo tracem antecipadamente [...]” (Veyne, *op. cit.*, p. 218).

Com Veyne, o que há de fundamental na intriga é o acontecimento, em que a intriga não se apresenta como meio de resgate do sentido, do significado, das *fontes simbólicas*, servindo apenas a fins de *curiosidade*. “[...] O conhecimento histórico não tem outras conseqüências para além das puramente culturais [...]” (Veyne, *op. cit.*, p. 101); ou ainda, “[...] a história é uma atividade intelectual que, através das formas literárias consagradas, serve fins de simples curiosidade [...]” (Ibid., p. 107). O tempo e a narrativa devem convergir, portanto, não para o resgate de sentido, mas para o entendimento do acontecimento.

Ricoeur destaca que a intriga para Veyne possui um caráter lógico, no sentido aristotélico, sem que temporalidade figure em primeiro plano. “[...] A ordem cronológica não lhe é essencial [...] P. Veyne acredita poder estender a noção de intriga até ao ponto em que o conceito de tempo não lhe é indispensável [...]” (Ricoeur, *op. cit.*, p. 244). Tal crítica fundamenta-se no caráter lógico da intriga, para quem toda seriação de acontecimentos é válida, sem que seja ordenada pelo tempo²⁰. Com Ricoeur, sem que a seriação se fundamente no tempo, “[...] A própria noção de série se tornaria, portanto, obsoleta, já que uma historicidade determinaria quais os acontecimentos são históricos, isto é, aqueles que compõem uma história [...]” (Cardoso Jr., 2003, p. 194).

Ricoeur destaca também a diferenciação entre *compreensão* e *explicação* em *Como se escreve a história*. Para ele, a compreensão histórica possibilita a explicação das ações humanas do passado e a validação das verdades. Isso leva a concluir que a compreensão e a explicação se complementam na composição da intriga. Como escreve François Dosse:

²⁰ Veyne trata com maior ênfase a questão da temporalidade em seu texto *O inventário das diferenças*, onde o autor afirma que é necessário para o historiador livrar-se do “mito do período” (Veyne, 1983).

[...] Entre essas duas orientações apresentadas como alternativas, a da compreensão e a da explicação, Ricoeur permite conciliar as duas exigências dando a primazia à competência específica, que consiste em seguir uma história [...] (Dosse, 2001, p. 97).

Com Veyne, a história não explica, pois essa ação é uma característica das ciências naturais e exatas, supralunares. Explicar, em história, significa detalhar e descrever melhor os acontecimentos dentro de uma intriga, levando a compreensão mais longe. Sendo assim,

[...] explicar, da parte dum historiador, quer dizer “mostrar o desenvolvimento da intriga, fazer compreendê-la”. Tal é a explicação: toda sublunar e nada científica; nós reservar-lhe-emos o nome de compreensão (Veyne, *op. cit.*, p. 116).

Apesar da rejeição de a história possuir um carácter explicativo por parte de Veyne, Ricoeur destaca que Veyne admite a explicação em história ao fazer uso da *retrodicção*, que é extraída da teoria das probabilidades das ciências formais. “[...] É neste ponto que a explicação parece distinguir-se mais nitidamente da compreensão, na medida em que a retrodicção coloca em jogo uma explicação causal [...]” (Ricoeur, *op. cit.*, p. 246). Em seguida, Ricoeur questiona se “[...] a explicação causal e a compreensão da intriga sempre coincidem. Esse ponto não é seriamente discutido [...]” (Ibid., p. 247).

O autor tem razão em questionar a relação entre compreensão e explicação em Veyne. Nos textos de 1974, 1976 e 1978, este último usa diversas vezes o termo *explicação*, sem, no entanto, especificar as diferenças e as razões pelas quais passa a utilizá-lo. Uma hipótese a ser levantada seria a de que, a partir de *A história conceitual*, Veyne visualiza a possibilidade de uma formalização da história por meio das *constantes conceituais trans-históricas variáveis*. Podemos perceber isso no momento em que Veyne expõe os progressos em história por meio da conceituação dos acontecimentos: “[...] Esses progressos se situam, não na descoberta de mecanismos e motores que explicariam a história, mas na explicação, na conceituação do não factual [...]” (Veyne, 1976, p. 68). A mesma atitude pode ser percebida em *O inventário das diferenças*, onde Veyne afirma que “[...] a conceituação de uma constante permite explicar os acontecimentos [...]” (Id., 1983, p. 15).

Como podemos perceber, entre a concepção veyniana e a hermenêutica existem oposições quando tratam da narrativa histórica. Constituem assim duas formas de abordagem das fontes e da escrita da história, as quais devemos analisar não apenas como oposição, mas também como contribuição para o pensamento histórico, já que o entrecruzamento de ambas pode proporcionar tanto um enriquecimento do arcabouço teórico do historiador, quanto ajudá-lo a refletir sobre as funções da história para a vida prática atual.

2.4. Conclusão parcial.

Como já anunciado no início do presente capítulo, não tivemos a pretensão de harmonizar leituras divergentes a respeito da escrita da história, mas sim indicar os caminhos abertos pela obra veyniana.

Usamos freqüentemente as expressões *hermenêutica*, *marxismo*, conscientes de que essas formas de pensamento seriam abordadas a partir de alguns filósofos e historiadores. As reflexões hermenêuticas de Friedrich Schleiermacher, Wilhelm Dilthey ou Paul Ricoeur sobre a história não são idênticas, e mesmo que tenhamos trabalhado apenas com este último, visando a atualidade da questão da narrativa, percebemos na obra de Veyne um diálogo também com esses outros pensadores.

No que diz respeito ao marxismo, indicamos apenas alguns pontos comentados por Veyne. Entretanto, seria bastante frutífero analisarmos a função da crítica ao marxismo no pensamento veyniano, contrapondo sua leitura não somente a Karl Marx, mas também aos desdobramentos do pensamento marxista nas ciências humanas, no período contemporâneo à escrita de *Como se escreve a história*, a fim de que possamos localizar com maior precisão os limites e contribuições de Veyne dentro do pensamento marxista.

No que tange à hermenêutica, um caminho profícuo seria o de pensarmos a relação de Veyne com a hermenêutica via Michel Foucault, uma vez que Foucault esteve bastante próximo da hermenêutica em seus primeiros trabalhos, “[...] livrando-se dela somente em seus

estudos dos anos setenta [...]” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 13). É na década de 1970 que Foucault dedica-se às análises genealógicas, de onde Veyne se apropria do conceito de *práticas*. Portanto, se atentarmos para as transformações ocorridas no pensamento de Foucault, sua recusa à hermenêutica na fase genealógica, e relacioná-las ao pensamento veyniano, poderemos ter um panorama do pensamento epistemológico francês.

Vemos a discussão entre o marxismo, a genealogia foucauldiana e a hermenêutica histórica, tendo como eixo o pensamento veyniano, como a possibilidade de uma leitura sobre as formas recentes de abordagem e escrita da história, destacando o papel da narrativa na constituição e consolidação do saber histórico.

Veremos no capítulo seguinte, algumas obras que se dedicaram exclusivamente ao pensamento veyniano e também alguns comentários pontuais de historiadores, filósofos, cientistas sociais sobre os trabalhos de Veyne. Com a apresentação desses autores que possuem uma leitura da epistemologia veyniana, perceberemos que sua obra permite inúmeras interpretações.

Capítulo 3

Leituras de Paul Veyne: a recepção da epistemologia veyniana na história e na filosofia.

Neste capítulo, apresentaremos alguns historiadores e filósofos brasileiros que realizaram uma leitura dos textos de epistemologia da história escritos por Paul Veyne. Pretendemos nos dedicar primeiramente, aos três trabalhos voltados exclusivamente ao pensamento veyniano. São eles: uma dissertação, de Paula Ramos de Oliveira, *Sob o domínio da lua: a questão da causalidade em Paul Veyne* (Oliveira, 1995); uma tese, de Yolanda Glória Gamboa Munõz, *Escolher a montanha: os curiosos percursos de Paul Veyne* (Munõz, 2000); e uma obra, de Hélio Rebello Cardoso Júnior, *Enredos de clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne* (Cardoso Jr., 2003)²¹.

Na segunda parte do capítulo, destacaremos alguns comentários de autores que demonstram afinidade com as reflexões epistemológicas de Veyne, embora não tenham escrito trabalhos mais extensos que reflitam esse interesse.

3.1. Três leituras de Paul Veyne no Brasil.

3.1.1. Sob o domínio da lua: a questão da causalidade em Paul Veyne.

Um fato a ser destacado de início é que os três textos com os quais trabalharemos neste capítulo foram desenvolvidos no campo da filosofia, levando-nos a perceber que as reflexões sobre o pensamento veyniano a respeito do conhecimento histórico são estudadas no campo da filosofia no Brasil.

Vejamos, primeiramente, como Paul Veyne é interpretado por Paula Ramos de Oliveira (1995). Cabe destacar, antes de qualquer iniciativa, que nesta parte de nossa dissertação manteremos um constante diálogo com Veyne, pois vemos que na leitura de Paula

²¹ O livro de Hélio Rebello Cardoso Júnior é resultado de sua dissertação de mestrado: *Paul Veyne e o problema da relação entre filosofia e história*. Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, 1992.

Ramos há uma série de pontos que são contraditórios à terminologia e aos conceitos veynianos, fato que não se repetirá na apresentação dos outros dois textos.

Em sua dissertação, Paula Ramos situa o pensamento veyniano dentro da terceira fase dos *Annales*; em seguida, para tratar da *explicação* e de *leis* em história, discute o pensamento de Veyne com o empirismo lógico de Willian Dray e Karl Gustav Hempel, para, posteriormente, avaliar as contribuições das reflexões veynianas dentro da historiografia recente, tais como, a relação entre história e ciência.

Na introdução, a autora afirma que a *história nova* emerge no momento em que trabalhos de cunho marxista “[...] forneciam um caráter que parecia indestrutível à História e Historiografia [...]” (Oliveira, 1995, p. 3). Porém, a autora não esclarece quais seriam esses trabalhos, nem o que representam para o pensamento veyniano, uma vez que, “[...] Paul Veyne situa-se dentro da História Nova [...]” (Ibid.). Seria interessante que a autora pontuasse alguns elementos do pensamento marxista presentes nos *Annales*, no tópico em que trata da *história nova*. Se isso tivesse sido realizado, assim como Veyne, os historiadores com visão marxista “[...] estariam localizados próximos do centro do grupo, mas fora desse [...]” (Ibid., p. 9).

Situando o pensamento veyniano dentro das transformações ocorridas na *história nova*, Paula Ramos destaca que os historiadores da *história nova* buscam a totalidade dos objetos históricos, ou seja, “[...] têm a tendência de transformar os objetos parciais em totalidades” (Ibid., p. 15).

[...] Assim, a história nova, tem a tendência de transformar os objetos das histórias parciais em totalidades. No momento em que essas história parciais focalizam conceitos globalizantes (tais como texto, o sagrado, o poder, etc.), anexando novos objetos, elas tendem a uma história total (Ibid.).

Entretanto, Veyne, contrariamente ao que escreve a autora, não busca a totalidade dos objetos históricos, já que, segundo ele, as totalidades devem ser abandonadas para que o historiador possa perceber a especificidade do objeto em análise. Isso pode ser constatado na

afirmação de Veyne, de que só existe “história de...” (Veyne, 1984, 274). Mais adiante, a autora afirma que “[...] é impossível descrever uma totalidade, porque toda descrição é seletiva [...]” (Oliveira, *op. cit.*, p. 25). Então, como transformar objetos parciais em totalidades, se é impossível descrever uma totalidade?

No tópico sobre a *história nova*, a autora cita determinados autores que pertencem à terceira fase dos *Annales*; no entanto, não confronta o pensamento veyniano com os historiadores citados, procedimento que se apresentaria como muito frutífero para analisarmos as reflexões de Veyne a partir de um universo de produção do saber histórico.

Quando trata do caráter lacunar do conhecimento histórico, Oliveira escreve que “[...] um livro de história é um tecido de incoerências [...]” (Ibid., p. 23). O aspecto lacunar da história refere-se à documentação – que são sempre vestígios do vivido, incapazes de fornecer um geometral dos acontecimentos – e não à narrativa dos acontecimentos, “[...] a narrativa não tem lacunas [...]” (Veyne, *op. cit.*, p. 121), isto é, “[...] uma intriga compreensível será uma intriga coerente [...]” (Ibid., p. 274).

Referente aos juízos de valor, Oliveira declara que “[...] A história não é relação de valores; ela inicia por uma desvalorização total [...]” (Oliveira, *op.cit.*, p. 27). Mas esse procedimento reporta-se ao fato de que o historiador não deve escolher um acontecimento como mais histórico do que outro (Veyne, *op. cit.*, p. 74). Entretanto, como já discutimos no capítulo anterior, o historiador, para Veyne, indiscutivelmente lida com juízos de valor, pois a escolha de um tema já implica em juízos de valor; o que não se permite é escrever a história através dos valores (Veyne, *op.cit.*, p. 223-224). Tal distinção entre os juízos de valor em Veyne não é destacada pela autora.

Paula Ramos escreve que a história se interessa pelo específico e não pelo individual, não distinguindo, porém, o específico e o individual. Conforme a autora, “[...] Como o estudo do passado é feito por simples curiosidade, o conhecimento vai recair sobre o específico, porque ele não tem razão para preferir uma individualidade a outra [...]” (Oliveira, *op. cit.*, p.

28). Se o estudo do passado é realizado por simples curiosidade, porque o historiador não poderia se interessar pelo individual? O historiador não abandona o individual, mas procura nele o que há de específico: “[...] Passamos da singularidade individual à especificidade, quer dizer ao individual como inteligível (é por isso que ‘específico’ quer dizer ao mesmo tempo ‘geral’ e ‘particular’) [...]” (Veyne, *op. cit.*, p. 74).

A *consciência histórica* é um termo que deveria ser evitado em história, assevera Paula Ramos, a fim de evitar problemas inerentes a ele. Na concepção da autora:

Escrever história é uma atividade intelectual, uma atividade do conhecimento. Não existe ‘consciência histórica’ ou ‘historiadora’. A palavra *consciência*, em relação ao conhecimento histórico, deve ser evitada, pois assim desapareceriam muitos problemas” (Oliveira, *op. cit.*, p. 29).

Se abandonarmos a expressão *consciência histórica*, corremos o risco de nos limitarmos a afirmar que ela não existe, deixando de lado toda a discussão da hermenêutica sobre a *consciência histórica*, à qual Veyne sempre esteve atento (Vide supra, p. 98 et seq.).

Ainda no que diz respeito à *consciência histórica*, a autora enfatiza que não foi *a mesma* que possibilitou o aparecimento da historiografia; sendo assim, as origens do gênero histórico devem ser encaradas como um problema filológico e não da filosofia da história.

Segundo Paula Ramos:

O aparecimento da historiografia não decorre, essencialmente, da própria *consciência* dos grupos humanos. Deste modo, as origens do gênero histórico constituem um problema filológico e não interessam à Filosofia da História. É um falso problema, pois houve o nascimento de um gênero histórico, mas não de uma *consciência histórica* (Oliveira, *op. cit.*, p. 29).

Por quais motivos as origens do conhecimento histórico constituem um problema filológico e não interessam à filosofia da história, já que não emergiram da *consciência histórica*, a autora não esclarece.

No mesmo parágrafo, Paula Ramos escreve que “[...] todo acontecimento serve ao historiador, desde que tenha categorias e conceitos para imaginá-lo” (Ibid.). Desse modo, como o historiador pode trabalhar com o não-acontecimento? Uma vez que o não-

acontecimental reporta-se a acontecimentos ainda não contemplados pelas intrigas, não há categorias ou conceitos para imaginá-los; cabe, pois, ao historiador do não-acontecimental levar a compreensão mais adiante, ampliando o campo dos acontecimentos para regiões ainda não exploradas, de onde surgirão novos conceitos.

Sobre a retrodicção, Paula Ramos afirma que o “[...] historiador explica por meio de causas ou de leis, mas ignora a retrodicção [...]” (Ibid., p. 38). O historiador *ignora a retrodicção* porque esta maneira de analisar a causalidade é extraída das ciências formais. Veyne apropria-se dessa operação para pensar a causalidade histórica, em que a retrodicção tem a função de preencher as lacunas da documentação (Ricoeur, 1995, p. 246-247). Portanto, se os historiadores ignoram a retrodicção é porque esta forma de análise da causalidade histórica é característica da epistemologia veyniana, embora Weber já a tivesse utilizado como método para as ciências da cultura. Pois é seguindo Weber, via Aron, que Veyne leva a questão da retrodicção para a história (Veyne, *op. cit.*, p. 122).

Após tratar da retrodicção, a autora passa ao estudo dos documentos históricos. Tomamos conhecimento dos acontecimentos do passado por meio da documentação. Sobre os documentos, Paula Ramos enfatiza que “[...] Em nenhum caso o documento coincide com o evento [...]” (Oliveira, *op. cit.*, p. 39). Se o documento não coincide com o evento, então, como é possível conhecer o passado? Podemos perceber que as considerações de Veyne sobre os documentos contrastam com a opinião de Paula Ramos; para o autor: “[...] Por essência a história é conhecimento através de documentos [...]” (Veyne, *op. cit.*, p. 15). Quanto à natureza dos documentos históricos, Paula Ramos os define nos seguintes termos: “[...] Como os documentos são jornais ou arquivos, basta atribuir-lhes diferentes significações” (Oliveira, *op. cit.*, p. 39). Vejamos o que escreve Jacques Le Goff sobre os documentos:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com a análise de metais feito pelos químicos.

Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Le Goff, 1996, p.540).

Ao tratar da questão da cientificidade em história, Paula Ramos se questiona sobre as diferenças entre história e as ciências formais: “Por que o recorte científico e o recorte sublunar não coincidem? Simplesmente porque a tarefa da ciência não é descrever o que existe; ela busca o formal, para além do real [...]” (Oliveira, *op. cit.*, p. 82). Se a tarefa da ciência não é descrever o que existe, então o que significa buscar o formal, além do real? Em que consiste o conhecimento científico? Para Veyne, a história não pode ser científica devido à impossibilidade de formalizar em regra científica os acontecimentos humanos; no entanto, “[...] o vivido e o formal são dois domínios co-extensivos do conhecer (e não dois domínios justapostos do ser, o da natureza e o do homem) [...]” (Veyne, *op. cit.*, p. 285).

Paula Ramos destaca também as mudanças de perspectivas de Veyne com relação à ciência. Para isso, a autora cita o texto *A história conceitual*, em que Veyne declara que a história possui *núcleos de cientificidade* garantidos pela conceituação dos acontecimentos. Contudo, a autora não enfatiza como se realiza essa operação conceitual que dota a história de um certo grau de cientificidade; para ela, trata-se, antes, de uma “abertura”, de uma “concessão” (Oliveira, *op. cit.*, p. 88) feita por Veyne para que a história possa dispor de algum padrão de cientificidade (Ibid.). A “ousadia” de Veyne, em tornar a história científica, vai ainda mais longe em *O inventário das diferenças*, ao aproximar história e sociologia, levando a autora a questionar se “[...] Mudou Paul Veyne ou mudou a história? Aquele ‘recente autor ingênuo’ deixou de ser presa da ousadia *impressionista*? A história, agora, tem seu estatuto científico reconhecido [...]” (Ibid., p. 89, destaques da autora).

O que caracterizaria a “ingenuidade” de Veyne em recusar a cientificidade em história não nos é esclarecido pela autora. Também não é respondido porque Veyne “deixou de ser presa da ousadia *impressionista*?”, como questiona Paula Ramos.

Na conclusão da dissertação, a estudiosa faz um balanço dos ganhos e perdas da história ao dotar-se de um padrão de cientificidade. Em sua visão,

[...] O devir tornou-se história. Mas há uma perda: essa história, agora reconhecida em sua cientificidade, não abandonou toda esperança de apreender os fatos como realmente são?

Nessas marchas e contra-marchas do pensamento de Paul Veyne, de sua investigação epistemológica, o que ganhou a história?

Quase nada.

O que se recuperou?

A indissociabilidade entre evento e conceito/teoria.

Às custas do que se recuperou o que havia sido perdido?

Às custas da possibilidade de narrar o vivido, de captar o real no discurso da história (Ibid., p. 92).

A autora parece não levar em consideração as mudanças na maneira de refletir sobre os acontecimentos por meio da conceituação na epistemologia veyniana, a qual não pretende levar a história para o campo das ciências apenas para encontrar “um lugar ao sol para a história” (Ibid.), deixando de lado o empreendimento de uma compreensão cada vez maior dos acontecimentos, de narrar o vivido; ao contrário, “[...] Através da elaboração e da crítica dos conceitos, pouco a pouco progride a análise do mundo histórico [...]” (Veyne, 1976, p. 80). Com a conceituação, os ganhos para a história vão mais além do “quase nada”. Como escreve Veyne, “[...] a análise conceitual permite ‘definir a especificidade dos subsistemas, fornecer uma lista das principais variáveis, sugerir determinadas hipóteses relativas ao funcionamento, facilitar a discriminação entre as teorias e as pseudoteorias’”(Ibid., p. 73). Quanto ao que se “recupera” com a cientificidade em história, não é a “indissociabilidade entre evento e conceito/teoria”, pois é justamente essa indissociabilidade entre evento, conceito e teoria que compõe o trabalho de conceber a história como *congenitamente científica*, levando assim a um entendimento cada vez maior dos acontecimentos.

Como podemos perceber na conclusão da dissertação, a autora separa o domínio *sublunar* do *celeste* (história e ciência), sem atentar para os caminhos trilhados por Veyne para estabelecer *núcleos de cientificidade* em história. Mesmo tendo como subtítulo *A questão da causalidade em Paul Veyne*, um espaço muito restrito é dedicado a refletir sobre a

causalidade, o que a autora faz por meio da discussão com o empirismo lógico. Acreditamos que se a discussão sobre as leis gerais em história fosse levada para os textos de 1974, 1976 e 1978, ficaria mais fácil analisar a relação de Veyne com as ciências. Ao concentrar-se mais na fiscalização do que supostamente falta no pensamento veyniano, a perspectiva de abordagem de Paula Ramos a incapacita a atentar para a complexidade de sua epistemologia.

3.1.2. Enredos de clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne.

A partir deste ponto, trabalharemos com o texto de Hélio Rebello Cardoso Júnior, *Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne* (2003). Para abordar os textos epistemológicos de Paul Veyne, Hélio Rebello divide o livro em três partes: *tarefa narrativa*, *tarefa teórica* e *tarefa teórico-narrativo*. Com essas divisões, o autor analisa as problemáticas da epistemologia veyniana conforme as tarefas, onde ficam claras as mudanças ocorridas ao longo das obras de Veyne.

Na *tarefa narrativa*, Hélio Rebello destaca as noções veynianas de composição da narrativa histórica; na *tarefa teórica*, ressalta o arcabouço teórico-conceitual que vigora na narrativa; por fim, acopla as tarefas narrativa e teórica, mostrando a estrutura dessa junção e suas conseqüências para a escrita da história.

O pensamento de Veyne é desenvolvido em *Enredos de Clio* a partir da relação entre filosofia e história, em que “[...] a cooperação entre filosofia e história deve, em princípio, acolher a autonomia de ambas em suas relações de convivência” (Cardoso Jr., 2003, p. 13). Passemos, pois, à tarefa narrativa.

Para tratar desse tema, Hélio Rebello desenvolve sua discussão em torno do *objeto histórico* e *acontecimento*, *inteligibilidade da narrativa* e *causalidade*.

O objeto da história são os acontecimentos humanos. Os acontecimentos devem ser avaliados por meio da diferença, que os destacam de um plano de uniformidade e os individualizam. Portanto, não é no *critério material* que se encontra a especificidade do

acontecimento, pois um mesmo acontecimento pode ter as mesmas características materiais de outro; no entanto, são dois acontecimentos distintos (Ibid., p. 30). A diferença se encontra no *critério temporal*, pois, “O que, definitivamente, individualiza um acontecimento é o fato de que ele se dá em um determinado momento [...]” (Ibid.).

O acontecimento é trabalhado por meio do estabelecimento de *séries* que compõem a narrativa. Conforme a problemática histórica escolhida, as séries serão compostas de determinados acontecimentos, em que alguns acontecimentos ocuparão uma posição privilegiada; e estes mesmos acontecimentos, numa outra intriga, poderão ocupar uma posição apenas marginal. Nenhum acontecimento é mais histórico que outro, uma vez que sua importância depende do recorte escolhido.

O historiador é livre para escolher quais acontecimentos entrarão na série, pois não existe *totalidade histórica*. O empreendimento do historiador, pois, seria o de buscar a totalidade dos acontecimentos, amparado por leis e regras científicas. Desse modo, “[...] a totalidade histórica não pode substituir o acontecimento, de modo a povoar a história de abstrações que apenas explicam a si mesmas e não aos objetos históricos [...]” (Ibid., p. 38).

As séries acontecimentais são constituintes da narrativa histórica. Com Veyne, a narrativa é analisada por meio da *intriga*. “[...] A intriga é um recurso narrativo destinado a cumprir a descrição do acontecimento [...] A principal consequência da noção de intriga, da maneira como é conceituada por Veyne, é não se render a nenhum determinismo [...]” (Ibid., p. 42).

A composição da intriga se dá por meio da reconstituição dos acontecimentos na série. Tal reconstituição é feita pela ligação entre os acontecimentos, estendendo assim a tarefa narrativa para a questão da *causalidade histórica*.

Para discutir a *causalidade histórica*, Hélio Rebello destaca a especificidade que deve ser buscada na individualidade dos acontecimentos sublunares ao traçar os itinerários das séries de uma intriga. Ressalta também o problema da temporalidade, onde esta não esteja

ligada a uma apresentação cronológica linear dos acontecimentos (Ibid., p. 54). Outro aspecto a ser destacado é o constante diálogo que o pesquisador mantém com Raymond Aron ao discutir a causalidade histórica em Veyne.

Realça, assim, a impossibilidade de se estudar as causas de um acontecimento por meio de regras científicas de condução da pesquisa histórica. O historiador pode buscar a causalidade nas *causas materiais, superficiais* ou *finais*, e “[...] Em qualquer caso, ele está à procura de uma causa que resuma narrativamente uma intriga [...]” (Ibid., p. 66-67). Pode ainda formular hipóteses sobre as causas possíveis através da retrodicção (Ibid., p. 69-71).

A causalidade, para Veyne, deve estar contida na série e ser analisada como acontecimento, que envolve e antecede o acontecimento tomado como foco da pesquisa. A causalidade serial evita que o historiador explique as causas por meio de abstrações, pois, uma vez que a causalidade se desenvolve dentro da série, ela não perde seu caráter sublunar.

Segundo Hélio Rebello:

De acordo com Veyne, ainda, a causalidade histórica serial deve ser buscada em uma síntese do real sem que seja necessário abstrair dele um elemento que, na reconstrução feita pelo conhecimento, se afastaria tornando-se determinante e, portanto, não explicável pelas mesmas razões pelas quais se explicaram os demais elementos. Tal equívoco acontece quando elegemos algum tipo de causa (matéria, acaso, idéia) como explicativa do todo (Ibid., p. 76).

Todos esses conceitos veynianos até este ponto apresentados serão analisados a seguir a partir da tarefa teórica. Nesta passagem da tarefa narrativa para a tarefa teórica, Rebello expõe as dificuldades de a história tornar-se científica para Veyne, e como, ao longo de seus textos, a história passa a ser tratada como possuidora de graus de cientificidade. Vejamos o que caracteriza a tarefa teórica.

O escritor afirma que uma teoria da história deve servir para compor intrigas e conservar a variedade das séries. “[...] De fato, a teoria histórica não alcança a generalidade explicativa, mas opera como um fator comparativo que aproxima as séries e, portanto, compõe uma intriga, pelo poder de síntese empírica” (Ibid., p. 92)

A teoria não substitui a base empírica da realidade, ou seja, ela é apenas um reflexo parcial do real, de modo que não é capaz de desincumbir o historiador da análise das fontes. Entre suas funções principais está a elaboração de conceitos. Segundo Rebello: “[...] Ora, então, a formulação de uma teoria histórica desemboca ou, na verdade, equivale à elaboração de conceitos históricos. Trocando em miúdos, segundo Veyne, as teorias históricas identificam-se a técnicas ou estratégias conceituais [...]” (Ibid., p. 94).

Elaborar conceitos significa intensificar e afinar a visão do historiador sobre os acontecimentos. A formulação de conceitos possibilita historiar os acontecimentos e objetos com os quais o historiador lida. Por exemplo, os conceitos de “guerra”, “poder”, “revolução”, permitem visualizar que os acontecimentos envolvidos nesses conceitos variam conforme o passar do tempo. Sobre o progresso em história por meio da conceituação, o pesquisador escreve: “[...] O progresso que a história pode acumular, portanto, diz respeito a que o acúmulo de conhecimento converte-se em conceituação do acontecimento, a qual não se traduz pela formulação de teoremas ou teorias que se podem postular e refutar. [...]” (Ibid., p. 102).

O único progresso possível em história dá-se através da elaboração de conceitos, aumentando assim o número de questões que o historiador pode formular sobre os documentos. A ampliação do questionário implica diretamente no aumento da *tópica*.

A *tópica* não é apenas um exercício de classificação ou um artifício que torna mais eficiente a visão do historiador. Onde os acontecimentos poderiam ser apresentados como uma crônica, isto é, reunidos em ordem cronológica, o historiador precisa explicitar, tornar densa a atmosfera que os circunda, revelando novos acontecimentos. A *tópica*, portanto, desenvolve-se segundo o trabalho teórico que torna visível o não-acontecimental (Ibid., p. 103).

Com a *tópica* há uma integração e agrupamento dos conceitos, revelando e reunindo acontecimentos dispersos nas séries da intriga, de modo a possibilitar a emergência do não-acontecimental. O aumento da *tópica* não tem como função confluir sujeito e objeto, mas sim aguçar a capacidade intelectual do historiador e multiplicar o conhecimento sobre o passado (Ibid., p. 105).

A tópica de conceitos exerce uma função direta na intriga pois, ao aumentar o campo de visão do historiador sobre os acontecimentos, destacando as especificidades neles contidas, evita tanto o anacronismo quanto as verdades eternas. Rebello ressalta ainda que a narrativa histórica foi posta em segundo plano por “[...] tradições tão distantes quanto a Escola dos Annales e a epistemologia neopositivista [...]” (Ibid., p. 107). A partir deste ponto, o autor debate o pensamento weberiano a respeito da narrativa histórica com a teoria de Max Weber, de Henri-Irénée Marrou e de Raymond Aron (Ibid., p. 107-113), destacando nesses pensadores o rompimento de Veyne com a filosofia crítica. Tal rompimento coloca em relevo as características próprias da epistemologia weberiana, a qual se aproxima da desses autores, ainda que adote uma postura que se distancia de suas perspectivas. Sobre o significado da ruptura de Veyne com a filosofia crítica, lemos:

[...] essa ruptura com a filosofia crítica não significa um retorno ao que fora rejeitado, isto é, a busca de um sentido imanente à história. Pelo contrário, reitera e aprofunda o significado dessa rejeição, uma vez que ratifica a liberdade do historiador. Em resumo, Veyne descortina um horizonte que se abre a novas alianças teóricas, e no qual se esboça a originalidade de sua trajetória (Ibid., p. 112).

A originalidade de Veyne refere-se à sua maneira de compor a intriga. Como a narrativa e a teoria históricas, para Veyne, não têm a função de recuperar o passado ou estabelecer leis e regras gerais, o historiador é livre para escolher o tema da intriga; o terreno do campo acontecimental pode ser repartido conforme seus interesses e curiosidades. Dessa forma, “[...] a elaboração de uma teoria-intriga corresponde ao conjunto da tarefa narrativa: narrar, contar a história, pela descrição dos acontecimentos [...]” (Ibid., p. 113).

Os conceitos não possuem apenas uma função heurística, uma vez que cumprem a tarefa teórica com sua capacidade de generalização. Tal generalização refere-se tanto aos conceitos, quanto à causalidade. Para trabalhar com esse tópico em Veyne, Rebello traça um arcabouço teórico-conceitual, em que a problemática é discutida a partir do ideal-tipo de Weber, apresentando suas limitações para o pensamento weberiano. No que tange à

causalidade, apresenta a relação entre Veyne e Aron que, num primeiro momento, se aproxima da filosofia aroniana da história, para, em seguida, romper com a mesma, dado que Veyne não aceita que a generalização histórico-causal por meio da compreensão.

Veyne deseja atingir uma concepção de generalização histórico-causal semelhante [a de Aron]. Entretanto, não pode admitir a interferência da esfera compreensiva, posto que, antes de mais nada, uma relação cognitiva dessa espécie constringeria a liberdade de reconstituição em que se fundamenta a causalidade histórica (Ibid., p. 131).

Veyne rejeita as concepções de Weber e Aron, e se aproxima do empirismo lógico de Hempel. Enquanto Veyne tem como preocupação uma generalização que auxilie na explicação causal, Hempel elabora essa explicação baseada em leis gerais. Observa-se, então, que a perspectiva hempeliana de explicação será abandonada por Veyne, por pretender abranger a base empírica por leis e regras gerais de explicação científica, limitando assim o campo do historiador a explicações prontas e generalizadas. Sobre o empirismo lógico em Veyne, Hélio Rebello escreve:

Por seu turno, Veyne define para o conhecimento histórico um empirismo cujo foco é a busca, pelos conceitos, das condições concretas de constituição de um acontecimento e não a verificação empírica do imediatamente dado (Ibid., p. 135).

O que há de novo em Veyne, com relação a Weber, Aron e Hempel, é que a explicação conceitual torna-se possível através da elaboração de *constantes*, as quais, por sua vez, ressaltam as mudanças pelas quais passam os conceitos ao longo do tempo, uma vez que são trans-históricas e variáveis. Como exemplo disso podemos citar o conceito *guerra*. Quando trabalhado como uma constante trans-histórica variável, traz à tona os acontecimentos abarcados por esse conceito, destacando a individualidade e especificidade dos acontecimentos contidos nele. “[...] A constante explica as suas próprias modificações históricas, pois estabelece sua capacidade explicativa a partir de sua complexidade interna [...]” (Ibid., p. 144).

Nesse processo, a temporalidade da constante não aponta para uma sucessão cronológica que envolve o acontecimento, mas atém-se a uma temporalidade adequada ao acontecimento (Ibid., p. 146-147).

A generalização da explicação histórica deve tratar também da questão da causalidade, a qual não pode ser analisada por meio de regras e leis gerais, mas por meio do próprio acontecimento. Veyne rejeita também a explicação histórico-causal de Aron e do empirismo lógico de Hempel, ao concentrar seu esforço na análise de uma *causalidade global*. Ela deve ser investigada no interior das séries da intriga, formadas por constantes conceituais (Ibid., p. 148-151).

Tratando da generalização da explicação histórica, aliando conceito de causalidade e narrativa histórica com o acontecimento, há uma convergência entre *tarefa-narrativa* e *tarefa-teórica*.

O acoplamento da tarefa narrativo-teórica se fundamenta na *prática*, que articula acontecimento (tarefa narrativa) e conceito (tarefa teórica). A noção de prática, como usada por Veyne, é oriunda do pensamento de Michel Foucault, como já salientamos neste texto. Com a prática, o historiador busca a *raridade* do acontecimento, ampliando, simultaneamente, o campo conceitual. Portanto, “[...] A prática é uma estratégia conceitual que tem a função de cooptar os conceitos provenientes de diversos ramos do saber, adaptando-os à apreensão de acontecimentos, e, portanto, fazendo-os dóceis ao registro narrativo” (Ibid., p. 157).

As práticas “[...] modificam os acontecimentos das séries que elas põem em relação [...]” (Ibid.). Além disso, articulam acontecimentos dispersos sob uma mesma especificidade, por meio da relação com práticas vizinhas. Com essa noção, Veyne redefine a causalidade histórica, em que a causa de um acontecimento é esclarecida pelo avizinhamo das práticas. “[...] Assim, a causa que imprime a fisionomia a uma prática nada mais é do que uma atualização que faz determinadas séries se cruzarem, formando acontecimentos [...]” (Ibid., p. 162).

No cruzamento das práticas articula-se a tarefa narrativo-teórica por meio da visualização do não-acontecimental, que está disperso nas séries. Com a emergência do não-acontecimental amplia-se a tópica, o questionário do historiador, pois, ao revelar o não-acontecimental lança-se luz sobre outras práticas, que podem remeter a outras épocas (Ibid., p. 164).

Com as práticas, Veyne define um método de pesquisa histórica. Esse método não corresponde a um quadro geral de explicação da base empírica, mas sim de procedimentos que criem condições para que o esforço teórico se alie à tarefa narrativa. Nas palavras de Rebello: “[...] O método do historiador, portanto, resume-se a descrever acontecimentos e a formular questões que os revelem, isto é, suas questões, baseadas na articulação, levam a explicação histórica diretamente ao registro narrativo [...]” (Ibid., p. 164).

Tratando da articulação teórico-narrativa em Veyne, o estudioso traça um histórico onde a narrativa figura sob diversos pontos de vista, tais como, os *Annales*, com Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel; o materialismo histórico; o empirismo lógico de Hempel e Willian Dray; as teses narrativistas de Louis O. Mink, Hayden White, Paul Ricoeur; o método indiciário de Carlo Ginzburg.

Após debater o pensamento veyniano com os autores e escolas históricas acima citadas, Rebello conclui o capítulo afirmando que o empreendimento narrativo teórico deve se efetivar no acontecimento histórico, como quer Veyne. Em suas próprias palavras,

[...] O importante é que a tarefa narrativa possa descrever qualquer feixe de séries, porém, igualmente, deve-se conceber uma tarefa teórica que explique a regularidade que existe na multiplicidade das séries, sem apelo à profundidade dos finalismos humanos históricos ou à linha cronológica lógico-empírica (Ibid., p. 202).

Na *Conclusão* do livro, o autor retoma as discussões efetuadas ao longo do enredo, destacando as contribuições de Veyne para o pensamento histórico e filosófico: “A pergunta veyniana sobre a narrativa histórica, enfim, atinge o âmago das novas relações entre o trabalho historiográfico e o trabalho filosófico [...]” (Ibid., p. 207).

Por fim, em *Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*, Rebello apresenta-nos Veyne como um historiador que situa suas problemáticas tanto no campo da história quanto no da filosofia, e isso faz por meio da exposição e detalhamento das problemáticas do pensamento veyniano, confrontando-as com outros historiadores, filósofos e sociólogos dedicados a problemas epistemológicos, mostrando assim as contribuições e confrontos da concepção veyniana de pensar e escrever a história.

3.1.3 Escolher a montanha: os curiosos percursos de Paul Veyne.

Yolanda Gamboa desenvolve sua tese sobre Paul Veyne a partir da *metáfora da montanha*. O pensamento de Veyne nos é apresentado como o escalar de uma montanha, com sua *Aproximação*, a saída da *Platitude*, o caminhar pelas *Sendas*, a *Ascensão* ao topo, a chegada ao *Cume*, o processo de *Descida* e, por fim, o *Afastando-se*. Cada passo da escalada corresponde ao desdobramento de problemáticas veynianas, as quais Gamboa desenvolve seguindo os rastros de suas pegadas ao longo do caminho. Na etapa do *Aproximando-se* da montanha,

Tentaremos acompanhá-lo, portanto, indo atrás das pegadas deixadas nas materialidades que constituem seus escritos. Rastros que se tornam *interessantes*, uma vez que este assim denominado “historiador”, que se interessa pela complexidade, parece *construir* uma peculiar “simplicidade”, que não está todavia isenta de firmes e complexas reflexões filosóficas de *detalhe* [...] (Munõz, 2000, p. 13, destaque da autora).

Ao chegar à *Platitude*, a autora enfatiza a preocupação veyniana em trabalhar com as *diferenças*, em revelar as “injustiças do tempo” (Ibid., p. 17), que banalizam os acontecimentos, fazendo com que o historiador perca de vista a especificidade e dê abertura ao anacronismo histórico. Esta banalização do tempo tem como base as *palavras*, uma vez que o “[...] jogo não-oficial dos matizes enovela-se com a problemática da linguagem. Sim, porque a banalização do passado, que ignora as ‘nuanças’ e constrói ‘montanhas exóticas’, apóia-se em *palavras* [...] (Ibid., p. 20, destaque da autora).

Trabalhando com determinadas palavras, jogos de linguagem, Veyne traz à superfície os significados que estão de certa forma escondidos em palavras banalizadas pela erosão temporal, de modo que “[...] Veyne escolherá determinadas palavras e mostrará suas transformações caleidoscópicas [...]” (Ibid., p. 21), como é o caso da *ideologia*, *cultura*, *crença* (Ibid., p. 23-37).

Nas *Sendas*, a estudiosa destaca a relação entre história e ciência no pensamento veyniano. De início, a autora desenvolve sua argumentação em torno da diferença entre o *cotidiano* e o *interessante*. O *cotidiano* é o que se repete, possui uma frequência contínua nos movimentos que executa, constituindo assim o campo da história (Ibid., p. 63). O *interessante* não se prende a valores, seu estudo é desinteressado e gratuito. Segundo a autora,

Digamos, portanto, e de forma resumida, que o interessante é ressaltado por nosso autor somente em sua gratuidade e indefinição conceitual, para o que ele é submetido a uma cuidadosa “limpeza” que compreende: liberação de valores platônicos; distanciamento do moralismo kantiano; afastamento de racionalizações, de explicações essenciais, dos utilitarismos e de certos materialismos [...] (Ibid., p. 70).

A história narra o que acontece amiúde e não se distingue essencialmente da vida cotidiana, mas se interessa por detalhes que considera significativos para a definição do homem e sua historicidade. “[...] Detalhes como esse poderiam levar-nos a afirmar que o interesse veyniano seria de um certo interesse ‘filosófico’ pelo ‘*que o homem é*’ [...] (Ibid., p. 73, destaque da autora).

Será a partir da definição entre o *cotidiano* e o *interessante* que Gamboa adentra a questão da *explicação* e *compreensão* histórica. Explicar ou compreender é uma questão de *gosto*, afirma ela. Os historiadores interessados em mostrar o que o homem faz trabalham com *explicações*; aqueles que se interessam pelo que o homem é trabalham com *explicitações* e *compreensão*. No entanto, a explicação passa necessariamente pela compreensão, dado que “[...] a explicação histórica consistiria num modo de explicação que, de alguma maneira, *já se sabia* e pelo qual se podia qualificá-la de compreensão, pois a explicação já era *familiar*” (Ibid., p. 73-75, destaques da autora).

Após trabalhar com diversos textos de Veyne para destacar as especificidades entre o *cotidiano* e o *interessante*, a *explicação* e a *compreensão*, Gamboa trilhará uma outra *senda*, referente às diferenciações entre *história* e *ciência*. Para tanto, coloca em cena questões relativas à *causalidade*, à *retrodicção*, o *progresso* e o *método* em história, exemplificando as problemáticas teóricas veynianas com seus textos de história antiga.

Uma história científica, para Veyne, correria o risco de perder de vista a densidade do mundo vivido, transformando-se em uma história *anedótica*, em que os acontecimentos seriam coordenados por uma série de fórmulas científicas. Como realça a autora,

[...] O vivido seria anedótico, precisamente, se ele fosse conversível em ‘ciência’. Temos, portanto, a impossibilidade de nos referir à história como a um conjunto de anedotas e, ao mesmo tempo, a peculiaridade veyniana de dizer que uma ‘possível história científica’ seria uma *anedota* [...] (Ibid., p. 89, destaque da autora).

Seguindo uma outra *senda* da escalada veyniana, a autora passa a tratar da relação entre *filosofia* e *história*, uma vez que, segundo ela, o esforço de Veyne distancia-se do científico e assemelha-se ao filosófico, e isto se dá em dois momentos: na *crítica* e na *explicitação* (Ibid., p. 90-91). Esse esforço refere-se à exigência de *cultura* por parte do historiador, a qual é adquirida por meio da *conceituação* (Ibid., p. 92).

Para tratar da questão da relação de Veyne com a filosofia, a autora desenvolve sua argumentação baseando-se em uma série de filósofos utilizados por Veyne, quais sejam: Weber, com o *ideal-tipo* e os *conceitos*; Aron, referente aos problemas de uma *teoria* da história; Foucault, concentrando-se nas *práticas*; Sêneca, no que tange aos *usos* da filosofia.

A autora destaca a utilização que Veyne faz da filosofia, ao se apropriar dos conceitos filosóficos; porém argumenta que ele mantém com estes um certo *distanciamento*. Veyne utiliza-se da filosofia para refletir melhor sobre a história, distanciando-se da linguagem *técnica* da filosofia, “[...] de maneira que se trata sim de afastar-se de uma determinada problemática ‘técnica’ por tê-la ‘pensado justamente’ [...]” (Ibid., p. 105). Portanto, a filosofia no pensamento veyniano, deve ser abordada numa *relação mútua* com a história; como

salienta a autora: “[...] ao problema das *relações* filosofia-história que não poderiam ser pensadas como relações de simples vizinhança, nem tampouco de interdisciplinariedade, mas na ordem da constituição e *informação* mútuas [...]” (Ibid., p. 113-114, destaques da autora).

Uma outra senda poderia ser trilhada pela autora, em que a relação mútua entre filosofia e história abrisse caminhos para refletir sobre a história em termos científicos, dado que é na filosofia de Foucault que Veyne encontra uma metodologia para a história. Mesmo que a autora destaque a relação Veyne-Foucault (Ibid., p. 118-120) ela não vai longe neste percurso.

Atravessando as sendas, a autora focaliza então o trajeto de *Ascensão* da montanha. No primeiro movimento de ascensão, ela trata de duas problemáticas do pensamento veyniano: o *esforço* e o *diagnóstico*. Essas problemáticas vinculam-se à ausência de um método científico em história, em que a capacidade do historiador estaria centrada no esforço em diagnosticar a especificidade dos acontecimentos históricos. Portanto, compreende-se como *esforço* “[...] a metáfora não racional do ‘ter olho’ e que tem a peculiaridade de vincular história e filosofia, uma vez que seria comum a ambos os domínios e diferencial em relação à ciência [...]” (Ibid., p. 122). Quanto ao *diagnóstico*, trata-se de um trabalho “[...] que não se faz com o platônico ‘saber olhar’, mas com uma ‘visada diferencial’ ou com um vislumbrar não racional, que pode ser pensado como uma certa capacidade de ‘olhar de soslaio’ ou de reparar no invisível a olhos comuns [...]” (ibid., p. 122).

O *esforço* e o *diagnóstico* não estão voltados para o estudo de grandes projetos racionais, mas sim para o estudo de “minúsculas invenções”, “pequenos acontecimentos”, que permitam fazer analogias com “possíveis atuais”, isto é, com acontecimentos do presente (Ibid., p. 124-125).

Um segundo momento da *Ascensão* refere-se à *curiosidade*. O esforço em se diagnosticar os acontecimentos fundamenta-se não em uma plataforma racional, mas na curiosidade. Portanto, “Ao perguntarmos como Veyne se refere àquilo que impulsiona, que

ativa, ou que, no fim das contas, sustenta o esforço, teríamos que responder que o conceito usado será a curiosidade [...]” (Ibid., p. 132).

Será exatamente como um conceito que Gamboa desenvolverá sua argumentação em torno da curiosidade (Ibid., p. 136). Ressalta de início que esse conceito aparece de forma bastante complexa no pensamento veyniano, uma vez que o autor contrapõe seu conceito de curiosidade a uma série de autores que refletiram filosoficamente a respeito do tema, como é o caso de Santo Agostinho, Weber, Malebranche, Hobbes, Foucault, Gianni Vattimo.

Ao discutir com esses filósofos, Veyne pretende “[...] despertar conceitos adormecidos para relacioná-los numa nova cena [...]” (Ibid., p. 138), de modo que “[...] poderá diagnosticar que tanto a filosofia antiga como a ‘recente’ não têm dado conta da curiosidade [...]” (Ibid., p. 155). Essas observações servem não apenas para se refletir sobre o tema da curiosidade na filosofia, mas mais fundamentalmente na história, “[...] de maneira que consideramos um ‘ponto chave’ que a curiosidade seja sempre caracterizada, veynianamente, como curiosidade por ‘realidades’, pois, desse modo, ela será própria da história [...]” (Ibid., p. 158, destaque da autora).

Entretanto, na obra de Veyne, a curiosidade é perpassada por critérios de seletividade, em que ela resulta de *escolhas* feitas pelo historiador. “[...] Neste sentido podemos dizer que a operacionalização da seletividade ou a prática do escolher operam também sob os percursos guiados pela simples curiosidade [...]” (Ibid., p. 161).

Como as escolhas e a curiosidade são mutáveis historicamente, quando se muda, por exemplo, o interesse sobre determinado ponto material, modificam-se também os pontos de inserção que levam às escolhas, de forma que a curiosidade apresentará outros interesses sobre novos conteúdos e objetivos. “[...] É isso que fazia a diferença com a simples curiosidade não-seletiva” (Ibid., p. 162).

Para tratar da questão de uma curiosidade seletiva em Veyne, de sua rejeição às racionalizações e justificações que se agregam às escolhas, Gamboa, partindo do texto

Acreditavam os gregos em seus mitos?, abordará o problema do escolher a partir de Platão, tendo como elo o mito (Ibid., p. 164-173). Em seguida, passa por Aristóteles e pelos estóicos (Ibid., p. 173-182). O contraponto ao pensamento desses filósofos será localizado em Nietzsche (Ibid., p. 182-192); por último, a escolha em Veyne é contrastada com o pensamento de Aron sobre as motivações políticas (Ibid., p. 192-201).

Esses percursos trilhados pela autora têm a função de clarificar a questão do escolher, dado que “[...] em Veyne o escolher será uma problemática sempre presente, mas conceptualizada só em raras ocasiões [...]” (Ibid., p. 192). Tal empreendimento justifica-se pelo fato de que “[...] entre os ‘procedimentos’ utilizados por Veyne, *a atividade do escolher* seria a que instaura as diversas temáticas, acentos, direcionamentos e nuances de seu percurso [...]” (Ibid., p. 211, destaque da autora).

Prosseguindo no movimento de ascensão, chega-se ao *Cume*. Essa chegada não significa o fim do percurso, ao contrário, é de lá que se pode avistar outros cumes a serem escalados. Chegar ao cimo da montanha representa um *record*, que só pode ser alcançado com ambição, tenacidade e esforço, com curiosidade e escolhas (Ibid., p. 216). Dessa forma, a ascensão veyniana será trabalhada neste momento a partir das experiências de *êxtase* e *tranqüilidade*, que se relacionam por intermédio da palavra *felicidade*, deixando momentaneamente de lado a história.

Para desenvolver as temáticas da *tranqüilidade* e do *êxtase*, Gamboa trabalha com os textos de Veyne sobre a Roma antiga, com os conceitos de *além-do-homem* de Nietzsche e o de *sábio estóico* de Sêneca (Ibid., p. 220). A autora recorre às análises sobre a Antiguidade para enfatizar que Veyne pensa a atualidade dessas problemáticas fazendo analogias com a forma como elas eram abordadas na Antiguidade.

A *tranqüilidade* corresponderia à ausência de preocupação dos homens da Antiguidade, fundamentalmente os estóicos, diante do tempo, dos acontecimentos, da verdade, da morte, que levam a momentos de felicidade. E é por meio de analogia com os

estóicos que Veyne refletirá sobre a tranqüilidade no mundo contemporâneo. Como escreve Gamboa: “[...] A tranqüilidade constitui um problema que hoje nós consideraríamos relativo à vida espiritual e mística, que Veyne vai resgatar na Antiguidade greco-romana e, em especial, nos estóicos [...]” (Ibid., p. 222).

Quanto ao *êxtase*, trata-se neste caso de momentos em que o homem rompe com a *mediocridade cotidiana* e se fixa no *interessante*, mesmo que essa experiência dure apenas alguns instantes. Sendo assim, o *êxtase* pode ser definido como um

[...] Peculiar *rapto extático* que seria proveniente de um estado de *entusiasmo* que pode ser religioso, filosófico, amoroso, musical, triunfal, panteísta ou política [...] Portanto, é o não-cotidiano o que nesses momentos de *êxtase* vemos ‘cintilar’. Ou seja, e seguindo agora pelo avesso a própria definição veyniana do cotidiano, trata-se nesta peculiar experiência daquilo que não se repete e em que a frequência não é determinante [...]” (Ibid., p. 232, destaque da autora).

Ao trabalhar com essas experiências de *tranqüilidade* e *êxtase*, Veyne, e neste caso será o *Veyne-poeta* e não o *Veyne-conceitualizador* (Ibid., p. 233), enfatiza também *diversas modalidades da condição humana* (Ibid., p. 238). Essas modalidades referem-se aos “antagonismos da alma”, “a mecânica dos fenômenos humanos”, “os pequenos aspectos complicados de si mesmo”, (ibid., p. 239-242), tendo como finalidade perceber a “lógica” dos comportamentos atuantes da condição humana.

As reflexões de Veyne feitas sobre o *cume* da montanha são realizadas a partir de *relações* e não de algum *ponto matriz*, de onde emergiriam os questionamentos veynianos, ou seja, não há, em Veyne, uma contemplação platônica dos valores do Bem e do Mal, da Verdade e do Belo; seu pensamento é *relacional* e trabalha com *apropriações* (Ibid., p. 242-243).

Por sua vez, Gamboa toma como exemplo de *apropriação* a “helenização” da cultura romana. Roma não imitou como um modelo-cópia os elementos culturais, religiosos, políticos, estéticos da Grécia, mas sim, apropriou-se deles de forma seletiva para formar sua própria cultura, de forma tal, que “[...] é com os romanos que teríamos, de alguma maneira, a

efetivação da cultura helênica [...]” (Ibid., p. 243, destaque da autora). E é nesse sentido de apropriação que Veyne trata do conceito de *aculturação*, como “relação de forças” e não como a imposição de uma cultura mais forte sobre outra mais fraca (Ibid., p. 244).

Em seguida, a autora utiliza-se do pensamento veyniano sobre as *apropriações culturais* feitas por Roma para refletir se tal abordagem poderia ser análoga às *aculturações* ocorridas na América Latina. Para tanto, expõe aspectos referentes à imposição da fé cristã, a usurpação das riquezas nativas, a destruição das edificações incas pelas colonizações espanhola e portuguesa. Esse gesto de imposição da cultura européia se manifesta, segundo a autora, com o seguinte indicador: *o símbolo fixo da cruz no cume da montanha* (Ibid., p. 247). Desenvolvendo sua argumentação em torno desse indicador, Gamboa, realiza sua análise por meio da leitura que Nietzsche faz do apóstolo Paulo, como edificador de religiões; das considerações de Santo Agostinho sobre o símbolo fixo da cruz no cume da montanha; e quando trata da formação da *identidade nacional* e da localização geográfica, toma como fonte um poema do poeta chileno Nicanor Parra (Ibid., p. 248-252).

Para Gamboa, as analogias se tornam possíveis desde que se abandone o “modelo-cópia platônico”, adotando-se então a *diferenciação* e *apropriação* entre as culturas. Como escreve a autora: “[...] nessa prática da diferença e da apropriação, precisamos, sobretudo, abandonar o esquema *modelo-cópia* platônico, que é o que tem fundamentado, precisamente a caracterização valorativa da ‘cópia como ‘inferior’ [...]” (ibid., p. 254, destaque da autora).

Após vislumbrar a história no *cume*, inicia-se o processo de *Descida* da montanha. Nessa etapa há uma volta para a história, trilhando-se mais uma vez o caminho da *curiosidade* e da *escolha*, sendo nesta última que Yolanda se concentra. A escolha muda historicamente, e é com vista às mudanças que se refletirá sobre as possíveis escolhas a serem feitas na atualidade, no presente.

A escolha em Veyne é analisada por meio de uma *moral pós-cristã*, em que os grandes referenciais estão perdidos (Verdade, Deus, Bondade, Beleza), restando aos indivíduos

modernos apenas um *trabalho de si sobre si mesmo*, um *tornar-se si mesmo* (Ibid., p. 258-260). Para isso, Gamboa apresenta as discussões de Veyne sobre as diferentes morais existentes na Antiguidade e o uso que se faz delas na atualidade. Simultaneamente, mantém uma discussão com Foucault sobre a ética e a moral dos antigos (Ibid., p. 261-270). O cruzamento entre esses pensadores mantém-se também quando Foucault trabalha com o tema do *poder pastoral cristão* e Veyne com os *estóicos*, pois ambas as problemáticas possibilitam um *diagnóstico* das escolhas na atualidade (Ibid., p. 270-275).

Ainda no que tange ao trabalho sobre si (ou “moi”, como prefere a autora) na atualidade, é preciso que haja uma liberação não só da *moral*, mas também da *sociedade*. A sociedade tornou-se um *eixo de explicação racional* e cumpre nas ciências humanas o mesmo papel que a *phýsis* cumpria na física grega (Ibid., p. 276). No entanto, Veyne afirmará que a *pluralidade dos grupos humanos* não pode ser compreendida com o termo abrangente de sociedade (Ibid.). Daí a crítica à sociologia, como estudo (que se pretende) racional das sociedades, dito nas palavras da autora, “[...] Em nossa atualidade, haveria uma pretensa ‘ciência’ dedicada ao estudo da sociedade: a sociologia [...]” (Ibid., p. 277). Em seguida, a autora apresenta a crítica de Veyne à sociologia (Ibid., p. 277-283), para, por fim, destacar que a análise do *moi* na atualidade não pode ter como ponto de referência a *moral* e a *sociedade* (Ibid., p. 283).

A problemática do diagnóstico do *moi* na atualidade, deve afastar-se das *coletividades*, do *voluntarismo*, do *compromisso social*, dos *ideais nobres* como ponto de partida, assim como da justificações e racionalizações fornecidas pelos sistemas filosóficos (Ibid., p. 284). Esse diagnóstico do *moi* implica em dois processos: de *limpeza* e *saúde*, por um lado, e, de outro, uma *despersonalização em história*.

O processo de *limpeza* e *saúde* corresponde a um desprendimento de “metas grandiosas” para a “transformação da coletividade”, “dos grandes legados da razão”, para,

então, poder *transfigurar* e objetivar o *esforço* em se *diagnosticar* a atualidade. Sobre esse processo em Veyne, lemos:

Digamos com respeito ao “processo” de limpeza e saúde, que – nas diversas ocasiões em que o referimos pontualmente – ele foi sendo explicitado como um desprendimento constante de preconceitos que incluía tanto um perseguir, retomar e, às vezes, um desfazer-se de pensamentos herdados, mas também configurava-se como um dobrar criticamente seus próprios trabalhos ou criações. Processo, portanto, que ao ser pensado veynianamente como um problema de limpeza, dizia respeito à própria saúde e tornava-se inseparável do esforço para lograr o referido desfazer-se (Ibid., p. 285, destaque da autora)

Quanto ao processo de *despersonalização*, que não se desvincula do primeiro, trata-se de destacar o individual, o pessoal do coletivo, para que se possa ter uma percepção da individualidade livre das definições que a filosofia legou sobre o individual, relacionado à coletividade. Portanto,

[...] Digamos que a referida limpeza do “*moi*” ou de si mesmo – vista do ângulo da *despersonalização* – poderia indicar, já de início, um levar em conta o âmbito coletivo. Mas, novamente, se seguimos as declarações veynianas, a *despersonalização* não diria respeito a uma tentativa que tem por *meta* praticar a saúde pelo bem coletivo ou por altruísmo, pois tratar-se-ia exclusivamente de um “*affaire de salut personnel*”. Isso uma vez que o problema da saúde, segundo nosso autor, permaneceria pessoal, até numa doutrina tão coletivista como seria o cristianismo (Ibid., p. 293, destaques da autora).

Para tratar desses processos, Gamboa destaca as leituras que geraram tais problemáticas em Veyne. Quando trabalha com o processo de *limpeza e saúde*, será em Sêneca e Nietzsche que buscará seu fundamento (Ibid., p. 284-293); ao tratar do processo de *despersonalização*, a leitura de Montaigne, do *sistema hegeliano* e de Nietzsche fazem-se predominantes (Ibid., p. 293-311).

No último movimento, o de *Descida*, Gamboa atém-se a determinados aspectos que se fazem presentes em todo o percurso veyniano. Ao recusar as justificações e racionalizações, Veyne trabalha com *procedimentos relacionais*, ou seja, nas análises veynianas há um constante deslocamento e modificação dos termos em relação, em que um mesmo conceito pode ser visto de vários ângulos, como acontece também na relação filosofia-história (Ibid., p.

315-317). Esses *deslocamentos* tornam-se possíveis graças aos usos constantes de *analogias*, pois

[...] Trata-se justamente de operar de maneira que não exista semelhança entre os termos. Por isso, se o trabalho veyniano é jogo relacional e, ao mesmo tempo, interpretação de relações, ele encontrará na analogia o procedimento mais adequado para efetivar esse trabalho como tal (Ibid., p. 318).

Com as analogias, não se pretende fazer comparação, mas “reproduzir” o ambiente de *normalidade* de uma época, acentuando a *banalidade*, o *cotidiano* e o *interessante*. Trabalha-se assim, na analogia, com a problemática da *semelhança* e *diferença*, *passado* e *atualidade*, tornando a análise interessante ao leitor (Ibid., p. 319-320). A atualidade terá, portanto, uma função heurística. “Dessa maneira, Veyne insistirá no papel heurístico que a atualidade desempenha, esclarecendo porém que são os interesses externos (que historiadores e leitores têm) os que variam segundo as épocas e produzem essa ‘vaga impressão global de cor temporal’” (Ibid., p.322).

As analogias com as quais Veyne procura seduzir o leitor são realizadas ao estudar os detalhes da arte, da vida privada, da literatura, da sátira nos romanos. Essa sedução do leitor se faz também pela forma como o autor lida com as frases e sentenças, como observa Gamboa,

[...] Reparemos também num aspecto que costuma surpreender seus leitores: as frases veynianas que são *o avesso* das habitualmente aceitas [...] Dessa maneira, Veyne fará circular expressões ainda não consagradas e que se caracterizam por serem contraditórias às adotadas” (Ibid., p. 331, destaque da autora).

Outro aspecto observado pela autora é o *humor* característico dos textos de Veyne, uma vez que essa atitude expressaria modalidades da condição humana. Dessa forma, quanto ao estilo de Veyne, “[...] poderíamos dizer que às vezes são sérios, às vezes cheios de humor, às vezes irônicos, mas talvez dificilmente *satíricos* [...]” (Ibid., p. 342, destaque da autora). O esquivar-se de um estilo satírico pode ser percebido no seu tratamento do livro de Petrônio, *Satyricon* (Ibid.).

A recusa do estilo satírico tem uma função estratégica, qual seja, a sátira pode proporcionar o riso *na* atualidade, embora corra-se o risco de a sátira fazer o leitor rir *da* atualidade; dessa forma, a analogia por meio da sátira perderia sua função de *valorização* dos *possíveis atuais* (Ibid., p. 343-347).

Um último elemento apontado pela autora é o procedimento de *exemplificação* encontrado em Veyne. As analogias, os procedimentos relacionais, a recusa das *essências*, a utilização de conceitos para pensar a história, são feitos por meio da exposição permanente de exemplos. Para Gamboa,

[...] a prática veyniana do exemplificar corresponderia a todo um paciente trabalho destinado a mostrar que toda “essência” desdobra-se em modalidades. E, uma vez que se trata de distanciar-se do trabalho com “essências”, será novamente o âmbito relacional ou a filosofia da relação que surge em toda a sua força. É nela, como vimos, que se movimentam os textos de Veyne e é nela também que se engata o próprio trabalho com exemplos (Ibid., p. 356).

O último movimento da escalada é o afastamento da montanha. Em *Afastando-se*, a autora destaca uma série de poemas e textos que enfatizam a metáfora da montanha utilizada por Yolanda Gamboa.

Enfim, ao longo da leitura da tese de Yolanda Gamboa, vimos que os exemplos e as analogias são recursos amplamente utilizados. Tal procedimento tem uma dupla face. Se, por um lado, permitem que o pensamento veyniano seja estudado numa relação de diálogo constante com outros pensadores, permitindo ao leitor adquirir conhecimentos dos múltiplos caminhos abertos pelas reflexões veynianas, por outro lado, torna a leitura da tese mais complexa que a dos próprios textos de Veyne. Isto é, ao apresentar uma problemática veyniana e discuti-la com filósofos de diferentes matizes filosóficas, como Sêneca, Platão e Nietzsche, por exemplo, torna a compreensão do próprio Veyne difícil até mesmo para um leitor habituado com seu pensamento. Outro fato a ser destacado, e que interessa fundamentalmente para o nosso caso, é que os textos de Veyne são trabalhados exclusivamente no âmbito da filosofia, e mesmo que as análises se aprofundem nas relações com a filosofia, essas não chegam até a montanha da história.

3.1.4. Breves observações sobre as leituras da epistemologia veyniana.

Após apresentarmos essas três leituras de Paul Veyne, fica evidente que sua obra é aberta às mais diversas formas de abordagens. Com Paula Ramos de Oliveira, a ênfase da análise recai sobre a relação entre história e ciência, principalmente na sua relação com o *empirismo lógico*. Com Hélio Rebello Cardoso Júnior, as problemáticas veynianas entram tanto no registro da filosofia quanto da história. Na tese de Yolanda Gamboa Muñoz, Veyne é lido dentro do campo da filosofia, mostrando assim que as problemáticas por ele desenvolvidas relacionam-se com uma gama muito variada de filósofos.

Em nosso trabalho, o objetivo foi o de mostrar que sua epistemologia transita com desenvoltura nas ciências humanas, e é aberta a variadas formas de leitura, sem deixar de considerar que nenhuma delas predomina sobre as outras, mas sim que indicam novos caminhos a serem trilhados.

3.2. Críticas pontuais ao pensamento veyniano.

Nesta segunda parte do capítulo, apresentaremos algumas críticas dirigidas ao pensamento veyniano. Não pretendemos arbitrar aqui sobre a validade ou debilidade das críticas, mas apenas mostrar que existem leituras diversificadas sobre sua obra. Cabe ressaltar ainda que esses comentários estão inseridos em textos que não tratam diretamente de Paul Veyne, ou seja, são críticas pontuais e muitas vezes isoladas.

Nesses comentários fica evidente que existem diversas leituras sobre o pensamento veyniano; porém, elas são sempre apresentadas de maneira pontual, o que demonstra, mais uma vez, que as reflexões veynianas mantêm-se abertas para o diálogo com as ciências humanas. Veremos que muitas das críticas feitas a Veyne concentram-se na questão do *acontecimento*. Notamos também que muitos dos comentários em relação ao pensamento veyniano partem de filósofos, historiadores e cientistas sociais de tendência teórica marxista ou hermenêutica, ressaltando assim que suas críticas a essas formas de abordagens

possibilitam-nos refletir sobre a maneira de como se desenvolvem esses debates em torno da escrita da história. Porém, por se tratar apenas de uma apresentação desses comentários, não nos colocamos na posição de julgar o desenvolvimento desses confrontos críticos com o pensamento veyniano.

Alguns historiadores criticam a ênfase dada por Veyne à noção de *acontecimento*. Veremos que as críticas feitas a esse ponto recaem sobre sua ênfase dada ao papel do acontecimento na constituição da narrativa histórica, em que o historiador é livre para estabelecer as séries acontecimentais e recortar os acontecimentos conforme seus interesses na composição da intriga.

Rogério Forastieri da Silva ataca a preocupação de Veyne com a *historicidade* dos *acontecimentos*, ressaltando que a importância deste conceito reside apenas na amostragem das diversas formas de lidarmos com a temporalidade histórica. Mais ainda, declara que tal concepção de historicidade apresenta-se como um “positivismo arejado”. Nas palavras de Forastieri,

[...] Não estariam corretos alguns críticos que consideram estas posturas um positivismo arejado, apropriado para um final de século? Certamente aquilo que Michel Foucault e Paul Veyne chamam de “historicidade” e que continua ser de largo uso, não possui a neutralidade a que almejam, e tampouco “resgata”, ou “recupera”, ou “denuncia”; convidam-nos no entanto, e este é o ponto de valor, a refletir que existem outras possíveis maneiras de articulação, outras possíveis maneiras de lidar com a temporalidade que de uma forma ou de outra não invalidam as “leituras” anteriores; com efeito, a própria historicidade é também histórica (Forastieri, 2001, p. 183-85).

Esse autor não esclarece o que seria esse “positivismo arejado” de Paul Veyne. Não encontramos em Veyne qualquer referência a uma história “neutra” ou à negação de que existam “outras possíveis maneiras de lidar com a temporalidade”, como podemos perceber em *Como se escreve a história*, onde uma gama muito variada de articulações temporais é analisada. Dentre elas, observamos a hermenêutica, que, como demonstramos no segundo capítulo de nosso trabalho, seria uma outra forma de lidar com a temporalidade, uma outra

leitura da história. Quanto às “leituras anteriores”, essas não são desprezadas por Veyne, como podemos perceber no seu texto de 1978, onde afirma que aquilo que Foucault fazia já era feito por outros historiadores (Veyne, 1978, p. 240).

Outro historiador, Marc Kravetz, também critica a importância que Veyne dá ao *acontecimento* histórico, afirmando que sua noção de acontecimento se aproxima de uma história jornalística quando ressalta que “[...] ‘O facto é o que o fazemos ser’: se Paul Veyne não fosse o historiador sério, diplomado e culto que todos nós conhecíamos, tê-lo-íamos tomado por um jornalista americano [...]” (Kravetz, 1986, p. 91).

A noção de *acontecimento* também é tema de crítica realizada pelo historiador Francisco R. Rudiger. Ao dar grande destaque ao acontecimento, em *Como se escreve a história*, afirma Rudiger, Veyne se aproxima dos filósofos “pós-modernos” da diferença, valorizando os acontecimentos do cotidiano, na tentativa de transformar a história num “senso comum esclarecido”.

Destarte, Veyne esboça uma concepção indisciplinada, pluralista e anti-dogmática do conhecimento histórico-social que interessa examinar, na medida em que a rejeição das pretensões teórico-conceituais da ciência social moderna – compartilhada por ele com os filósofos da diferença – converge nela com o projeto de reabilitar o senso comum como código de leitura e forma de aproximação da realidade preconizada por diversos teóricos da diferença (Rudiger, 1995, p.3).

Em primeiro lugar, cabe-nos questionar quem seriam esses “filósofos da diferença”? Em seguida, devemos salientar que o interesse de Veyne no cotidiano se deve ao fato de que é nesse âmbito que se desenvolve a história, como fica claro em seu livro *Le quotidien et l'interessant* (Veyne, 1995). Existe também uma lacuna em relação a uma explicitação maior do que constituiria o interesse dos “diversos teóricos da diferença”, ao se aproximarem da realidade e do senso comum.

Para a historiadora Lourdes M. G. C. Feitosa, a *seriação* dos acontecimentos dentro da intriga veyniana permite conhecê-los melhor, justamente pelo fato de Veyne não inseri-los numa série cronológica, de forma que,

Assim como o conceito de narrativa, a percepção da História como uma seqüência cronológica de fatos também passa a ser questionada. Percebe-se que não existem fatos prontos a serem resgatados em uma seqüência contínua, mas que é o próprio historiador que faz a escolha de um assunto e que constrói a sua temporalidade mas, como enfatiza Veyne, nenhum desses caminhos é o verdadeiro ou é a História (Feitosa, 2000, p. 239, destaque da autora).

Dizer que Veyne pretende fazer uma história voltada para o senso comum, contrasta com a crítica de Michel de Certeau que reconhece que Veyne pensa a história como R. Aron. Este último, introduzindo elementos do pensamento alemão na França, estabeleceu uma crítica à história “objetiva” e ao “cientificismo”, ao enfatizar o papel do *sujeito* na constituição do *objeto*, afirmando a existência de uma “filosofia particular” subjacente às escolhas dos historiadores por seus objetos de estudos. Segundo ele, “Desde então veio o tempo da desconfiança [...] (Certeau, 2002, p. 67). Portanto, com Aron há um deslocamento do *lugar* de produção do saber para o *sujeito* produtor de saber. Com isso, “R. Aron estabeleceu um estatuto *reservado* tanto para o reinado das idéias quanto para o reinado dos intelectuais.” (Ibid., p. 68). Trabalhos como o de Veyne mostram que

[...] parece permanecer intacto o pressuposto que, desde as teses de 1938 [de Aron], negava implicitamente toda pertinência epistemológica ao exame da função social exercida pela história, pelo grupo dos historiadores (e mais genericamente, pelos intelectuais), pelas práticas e pelas leis deste grupo, por sua intervenção no jogo das forças públicas, etc. (Ibid., p. 69).

Certeau tem razão em afirmar que obras como a de Veyne não tem compromissos com o exame da função social exercida pela história, pois, para ele, a história não é praticada por pura *curiosidade*, como já salientamos na primeira parte deste capítulo ao trabalharmos com a tese de Yolanda Gamboa Muñoz. No entanto, Veyne, como vimos, chama a atenção de que o conhecimento histórico progride através da ampliação do questionário, o que, de certa forma,

é levar em conta as regras próprias do campo de saber formado pelos historiadores e pesquisadores afins.

Podemos perceber que as críticas dirigidas a Veyne abordam sua obra sob vários prismas, como é o caso do historiador Ciro Flamarion Cardoso, de tendência marxista, para o qual, no livro *Ensaio racionalistas*, Veyne parte de um pensamento *irracionalista* fruto da “Nova história”, representada pelos *Annales*. Segundo Ciro Flamarion,

Nestes últimos anos, as “últimas novidades chegadas de Paris” trazem sobretudo mensagens irracionalistas, uma espécie de neo-anarquismo cultural, formas abertas ou insidiosas de idealismo, um reforço do liberalismo; quando não uma assim chamada “Nova Filosofia”, violentamente reacionária e antimarxista (Cardoso, 1988, p. 93).

Essa nova filosofia, “reacionária e antimarxista” é representada pela obra de Foucault. As reflexões desse pensador, apresentadas como “radicalmente novas”, já haviam sido problematizadas por Thomas Kuhn, Raymond Aron e Wilhem Dilthey (Ibid., p. 94). Na mesma esteira de Foucault está Veyne, que, ao refletir sobre as possibilidades de uma história científica, pautava-se em autores que já haviam trabalhado essas mesmas problemáticas anteriormente.

O eco de Aron pode ser percebido também claramente em Paul Veyne, cujo ataque à possibilidade de uma História científica retomava (em 1974!) os mesmos argumentos empregados pelo primeiro em 1938. Ora, o texto de Aron, já naquela época, “datava de vinte, quarenta ou sessenta anos, segundo os capítulos de Weber, Rickert ou Dilthey” (Ibid., p. 95).

Para Ciro Flamarion, teóricos como Veyne só tiveram suas obras reconhecidas como importantes pelos *Annales* graças à rarefeita reflexão teórica do grupo.

A pouca inclinação teórica do grupo pode ajudar a explicar também o prestígio que na França e no exterior, obtiveram os escritos de filósofos ou historiadores orientados na verdade em direções *opostas* às dos *Annales* – já que obravam contra a pretensão de conseguir-se constituir uma História científica –, os quais defendiam velhas concepções reacionárias como o neokantismo, o presentismo etc. Assim, Raymond Aron, Henri-Irénée Marrou, Paul Veyne, foram entusiasticamente acolhidos pelo grupo dos *Annales* antes das mudanças pós-69 [...] (Ibid., p. 98).

Em outro livro, *Uma introdução à história* (1988b), Flamarion, refletindo sobre o problema da cientificidade histórica, afirma que as preocupações de Veyne acerca desse assunto já estão anuladas. Para Veyne, a dificuldade de se constituir uma ciência histórica, consiste no fato de que o historiador não pode recortar acontecimentos na medida adequada a sua explicação, como faria um físico. Já para Flamarion, “[...] tais ‘recortes’ são exatamente o que os historiadores fazem no dia-a-dia do seu trabalho profissional [...]” (Ibid., p. 39-40). Dessa maneira, as preocupações de Veyne com a cientificidade histórica mostram-se ultrapassadas (Ibid., p. 43).

No segundo capítulo de nosso trabalho tratamos de algumas diferenças entre a concepção hermenêutica e a concepção veyniana da escrita da história, em que a lógica da intriga veyniana é criticada por não se ater à necessidade de recuperação do passado no presente. Mas vale apresentar algumas críticas feitas por François Dosse à perspectiva narrativista de Veyne. Dosse tece uma série de críticas à interpretação “esmigalhada” da intriga veyniana. Para ele, a intriga de Veyne não permite a racionalização da temporalidade histórica.

Em seu livro de epistemologia histórica, *Como se escreve a história*, Paul Veyne explica que a história apenas pode ser intriga e relato. O empirismo atinge aqui seu ápice ao reconhecer à história somente a função descritiva: “a história não é uma ciência porque ela fica do lado da doxa”. Qualquer tentativa de construção hierárquica, de colocação de feixes de convergências não pode permitir a racionalização. Cada estrato de acontecimentos tem periodização e não se situa em uma hierarquia de determinações. O real e sua lógica escapa do historiador de hoje (Dosse, 1992, p. 186-187).

Em outro livro seu *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*, o autor dedica um capítulo a P. Ricoeur, no qual faz uma clara menção ao texto de Veyne sobre Foucault, intitulado *Ricoeur revoluciona a história* (Id., 2001, p. 72-89).

Trata-se de captar a vitalidade potencial das orientações de Paul Ricoeur para os historiadores de formação e de traçar os caminhos de uma possível apropriação destas dentro de uma configuração marcada por maior preocupação interpretativa [...] Ricoeur não adota, portanto, a tentativa desconstrutora de Michel Foucault e de Paul Veyne, que se inspira em Nietzsche e preconiza uma simples genealogia das interpretações que abranja os fatos históricos. Recusando ao mesmo tempo a tentação positivista e a

tentação genealógica, Ricoeur lhes opõe uma análise da realidade histórica que ele situa “sob o signo da ‘representância’ para sublinhar seu duplo estatuto de realidade e ficção: uma função vicária de lugar-tenência”. Portanto, Ricoeur não se encerra num discurso fechado em si mesmo (Ibid., p. 89).

Astor Antônio Diehl, que compartilha da perspectiva hermenêutica, assinala o caráter fragmentário do pensamento veyniano, ao afirmar que trabalhos como o de Veyne

[...] hesitam entre o elogio do saber fragmentário, correspondente a um real parcializado que resiste às totalidades impostas pela unidade do cotidiano e avança para um neopositivismo crítico, conforme obras de Deleuze, Guattari, Paul Veyne, Lyotard e Baudrillard. (Diehl, 2002, p. 52)

Mais uma vez, classificam o pensamento de Veyne como positivista sem maiores esclarecimentos. Além disso, autores como Deleuze, Guattari, Veyne, Lyotard e Baudrillard são inseridos nessa perspectiva neopositivista, sem, no entanto, nenhum esclarecimento sobre o processo e problemas que unem esses filósofos.

José Carlos Reis, em *História & teoria* (2003), tem sua análise voltada para o problema da *conceituação histórica* de Veyne. Para Carlos Reis,

[...] há vários Veynes! Ele próprio não cabe no conceito “Paul Veyne”; assemelha-se a um conceito histórico [...] O Veyne de *O inventário das diferenças* acreditava em uma história conceitual científica; o Veyne do artigo “História conceitual” acredita em uma história conceitual, mas não em uma história científica; o Veyne de *Como se escreve a história* acredita na história como “narrativa verdadeira”, mas não científica. Este Veyne já anunciava os seguintes, ao defender a aproximação da história com a sociologia e ao propor uma história conceitual (Ibid., p. 127-130).

Segundo o autor, com a história conceitual que é “imperfeita, incompleta, desigual e anacrônica”, Veyne procura organizar o real, os acontecimentos (Ibid., p. 131). Reis não explica claramente quais as imperfeições e anacronismos da história conceitual de Veyne; esclarece, ainda, sua percepção a respeito do pensamento veyniano ao afirmar que existem “vários Veynes”.

A noção de intriga também é criticada por Reis, já que a intriga veyniana é a-histórica, ao contrário da narrativa histórica de P. Ricoeur (Ibid., p. 134-135), considerada mais explicativa. Isso equivale a afirmar que a narrativa veyniana prende-se à lógica que liga os

acontecimentos sublunares, enquanto a narrativa de Ricoeur toma como problema a temporalidade do sublunar.

A intriga histórica, em Veyne, abole o tempo e é um corte lógico no vivido [...] Contra a intriga aristotélica, puramente lógica e atemporal, Paul Ricoeur é fundamental no esclarecimento da estrutura da nova narrativa histórica – simultaneamente lógica e temporal. [...] Ricoeur defende o caráter intrinsecamente narrativo do conhecimento histórico, pois é essa a forma que oferece inteligibilidade ao vivido, ao articular tempo e ordem lógica (Ibid., p. 135-136).

A fragmentação da narrativa histórica em Veyne é apontada também pelo epistemólogo italiano, Remo Bodei. Segundo ele, Veyne está inserido em uma linha de pensamento que surgiu após o fim das explicações que buscavam apreender o sentido histórico. Destaca também o que seria a “decomposição do texto histórico” e quais seus principais representantes.

Em primeiro lugar, mediante a decomposição do texto histórico nos seus elementos lógicos, renunciando a qualquer projeto teleológico, mesmo que implícito. Esse empreendimento é iniciado fundamentalmente por Carl Gustav HEMPEL, em 1942, quando tenta *reportar, inicialmente, a explicação dos eventos históricos a leis universais do tipo daquelas da física*. Tal teoria suscitou longo debate, sobretudo no âmbito anglo-saxão: para William DRAY autor de *Leis e explicações históricas*, de 1957, não se pode pretender formular leis gerais em história, porque elas se reduziriam a banalidades: é preciso, em vez disso, contentar-se com as explicações racionais; para Arthur Coleman DANTO é necessário colocar-se o problema dos critérios de seleção do acontecimento – já que seria absurdo conceber a história como cúmulo simplesmente quantitativo de fatos (posição compartilhada também por Paul VEYNE, em 1971) – buscar a especificidade na natureza das ‘frases narrativas’, ou seja aquelas que conectam ao menos dois acontecimentos temporalmente distantes (Bodei. 2001, p. 61).

Apesar dos inúmeros filósofos citados por Bodei e o papel desempenhado por eles na decomposição do texto histórico, não há maiores explicações e detalhamentos de como isto se dá em cada um, e como esses filósofos se apropriam dessas problemáticas.

Abordando a relação do pensamento veyniano com a filosofia de Michel Foucault, encontramos a historiadora Margareth Rago, que, em seu texto *O efeito Foucault na historiografia brasileira* (Rago, 1995, p. 67-82), afirma que Veyne sensibiliza os historiadores para problemas até então não percebidos nas obras de Foucault, abrindo assim caminhos para se analisar a questão da conceituação histórica existente na década de 1970 e a

importância das reflexões foucauldianas sobre a história, a partir das “formas da dominação no cotidiano da vida social”. Numa citação literal da autora, podemos observar que

Foucault revoluciona a história. Com esta frase polêmica e instigante, Veyne chamou a atenção dos historiadores para um movimento conceitual em curso desde os anos sessenta e para o qual ainda não havíamos tido olhares muito favoráveis (cf. Veyne, 1982). Éramos, assim, atingidos por vários lados: de um lado este historiador-filósofo questionava uma rápida apropriação daquilo que, em Foucault, podia servir diretamente à produção historiográfica recente, a exemplo do conceito de poder disciplinar, excelente para pensarem-se as formas da dominação no cotidiano da vida social; de outro, forçava-nos a refletir sobre a abrangência do pensamento daquele filósofo, pensamento que excedia em muito nossas desatentas miríades (Ibid., p. 67).

Em outro texto, Rago trabalha com a noção de *práticas* desenvolvida por Veyne. Nessa direção, o historiador analisa os objetos a partir de sua *construção discursiva* e não como *realidade dada*, exemplificando como a noção de *práticas* pode ser utilizada pelo estudioso quando analisa a “invenção” da *República brasileira*. Segundo ela,

[...] nesse sentido, que cada vez mais procuramos conhecer um determinado objeto histórico muito mais como construção do que como realidade dada, historicizando as práticas que o engendraram, como explica Veyne, e incorporando, ao mesmo tempo, a dimensão da subjetividade tanto dos protagonistas, quanto do próprio historiador. Assim, buscamos perceber, por exemplo, como a República brasileira foi “inventada” no discurso dos historiadores dos anos trinta, ao invés de se procurar explicá-la em si mesma. O documento, portanto, já não é mais uma “janela transparente para o passado”, como diz Nietzsche, a partir da qual a realidade se mostra nitidamente, mas uma materialidade, um discurso também ele, ou um “monumento”, na expressão de Foucault, acúmulo de interpretações superpostas (Rago; Gimenez, 2000, p. 10).

No que se refere ao texto de Veyne *Foucault revoluciona a história*, José Guilherme Merquior observa que Veyne está preocupado em fazer um panegírico de Foucault:

Para Veyne, a obra de Foucault era “o acontecimento intelectual mais importante do nosso século” [...] Poucos concordarão com esta afirmação bombástica. No entanto, está fora de dúvida que, ao falecer, o herói de Veyne era um dos mais influentes pensadores de nosso tempo. (Merquior, 1985, p. 11 e 110).

Uma das críticas feitas pelos historiadores à reflexão veyniana está dirigida à perda da totalidade histórica; todavia, na concepção de Guy Bourdieu e Hervé Martin, com o texto *Como*

se escreve a história, Veyne estabelece uma renovação epistemológica na década de 1970, quando rompe com as explicações globais da época. Segundo os autores,

Paul Vayne [sic] inaugurou a renovação epistemológica dos anos 70, mas na base das aquisições dos anos 1950. *Como se escreve a história* (1971) veio preencher um vazio teórico num tempo em que reinavam na nossa disciplina os números, as curvas e as reconstituições globais de ambos os conjuntos sociais, muitas vezes inspirados pelo marxismo (Bourdieu; Martin, s.d., p. 202).

Jacques Revel, indagado sobre as contribuições de Veyne para a reflexão teórica e sobre as reações dos historiadores da revista dos *Annales*, oferece-nos um determinado contexto historiográfico no qual a obra de Veyne se situa. Em sua visão,

Quando ele publicou *Comment on écrit l'histoire*, em 1971, o livro foi muito mal recebido. Primeiro porque era muito cético em relação às pretensões científicas da época, quando a história positivista e a história quantitativa estavam no auge de suas ambições científicas. Lembro que o foi quase contemporâneo do artigo de Furet sobre a história quantitativa, das coletâneas de Le Roy Ladurie sobre *Le territoire de l'historien*, e também de *Faire de l'histoire!* Foi justo no momento em que os historiadores estavam mais seguros de si que Veyne veio dizer que aquilo não era ciência! Além disso, Veyne se situava numa perspectiva muito aroniana, e o pensamento de Aron, considerado distante da prática do historiador, era muito mal aceito. Veyne também utilizava uma bibliografia anglo-saxônica, nutrida de filosofia analítica, que era muito pouco conhecida na França da época. Lembro que a *Annales* reagiu imediatamente: houve um artigo muito interessante de Michel de Certeau, em 1972, extremamente crítico em relação ao livro de Veyne. O livro desencadeou muita polêmica mas não levou a nenhuma reflexão [...] (Revel, 1995, p. 15).

Em sua resenha de Certeau critica a epistemologia veyniana como resultado de um pensamento vindo da província para Paris, isto é, “[...] Paul Veyne a levé le drapeau de la Provence [...]” (Certeau, 1972, p. 1317). Além disso, ataca tanto seu estilo, como uma “une rhétorique de l’erudition” (Ibid.), quanto a maneira como privilegia os historiadores em lugar da história: “[...] Sur lès historiologues, la documentation est très riche; mais sur lès historiens, faible [...]” (Ibid., p. 1320). Sua epistemologia se desenvolve em torno de duplicidades. Afirma Certeau: “Toute cette épistémologie semble s’organiser em fonction d’une série de dichotomies: concret/abstrait, contingent/nécessaire, phénomène/essence [...]” (Ibid., 1321). Ressalta também que Veyne discute “[...] lès questions actuelles de

l'historiographie à de 'vieux débats' [...]" (Ibid., p. 1322). Sendo assim, a epistemologia veyniana se apresenta como uma mixórdia de problemáticas e autores, de modo que "[...] les questions importantes restent em suspens [...]" (Ibid., p. 1327).

Apesar das críticas que Certeau faz a Veyne, Guy Bourdê e Hervé Martin vêm nesses dois autores um certo ar de familiaridade pelo fato de ambos pertencerem a "[...] uma corrente muito ampla de interrogação das belas certezas sobre as quais vivia a ciência histórica desde o século XIX [...]" (Bourdê; Martin, *op. cit.*, p. 199). Assim, mesmo que eles trilhem caminhos diferentes, há ponto de convergência, qual seja "[...] Quando Paul Veyne denuncia a inconsistência do texto histórico, um método de análise empírica o conduz a intuições próximas de determinadas conclusões a que chega Michel de Certeau pela análise semiótica [...]" (Ibid.).

3.3. Conclusão parcial

Ao expormos os textos dedicados exclusivamente ao pensamento de Veyne, acrescidos de breves comentários, nossa pretensão é a de fazer uma apresentação das diferentes discussões que podem advir das reflexões veynianas sobre problemas epistemológicos da história. Os diferentes pontos de vista aqui destacados, que nem sempre se harmonizam, mostram a potência de um pensamento que nos coloca em um debate direto com questões relativas à escrita da história.

Em nenhum momento, tivemos a pretensão de abranger a totalidade de um empreendimento de grandes proporções, como é o de Veyne, a partir de um recorte que visa apenas a lançar luz sobre um possível debate que se mantém em aberto.

Conclusão

Neste trabalho, procuramos apresentar o pensamento veyniano de forma a tornar possível ao leitor uma visualização dos elementos fundamentais de sua epistemologia, tais como as noções de *acontecimento*, *seriação*, *causalidade*, *intriga*, *progressos*, *cientificidade*, *teoria e método históricos*. Destacamos, ainda, as mudanças de perspectivas do autor ao refletir e escrever sobre a história, mostrando quais as implicações dessas alterações em sua epistemologia.

Conforme nosso recorte, salientamos a importância de determinados pensadores nessa área, apesar de não termos analisado detidamente tais autores, como é o caso de Raymond Aron e Max Weber. Veyne se reportava a Weber, na maioria das vezes, via Aron. Sobretudo em *O inventário das diferenças*, Veyne afirma basear-se na filosofia aroniana da história. Não trabalhamos com o pensamento aroniano porque tal empreendimento demandaria uma compreensão do pensamento alemão, do qual Aron havia se apropriado e com quem havia mantido um constante diálogo, como o *historicismo* e a *fenomenologia*. Esse projeto, aliás, poderia ser realizado futuramente em uma pesquisa de maiores proporções.

Sabemos que os caminhos abertos pelo pensamento veyniano são muitos e só alguns poucos deles foram trilhados até o momento. É significativo que o maior número de trabalhos sobre sua epistemologia da história seja realizado por filósofos. Vemos isso como uma carência de leitores de Veyne no campo da história e como um indicativo de que as questões levantadas por Veyne não constituem, ainda, uma prioridade para os historiadores. Sobre a escassez de leitores da epistemologia veyniana, é possível citar Evaldo Cabral de Mello, que, além de afirmar a importância da epistemologia veyniana, também indica outros epistemólogos, caso haja “quem o considere de leitura penosa”. Na concepção do estudioso,

[...] o livro de Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, é interessantíssimo. Ele tem formação filosófica e epistemológica, mas é um historiador da Antigüidade clássica. Para mim, é o melhor que se escreveu no último meio século sobre o assunto. Quem considerá-lo de leitura penosa, ainda pode recorrer ao H. I. Marrou, *De la connaissance historique*. Não esqueça

também que Collingwood também foi historiador e especialista em História da Inglaterra romana. (Moraes; Rego, 2002, p. 161).

Uma das dificuldades encontradas no pensamento veyniano é que ele realiza a convergência entre história e filosofia em suas obras. Não se trata apenas de discutir determinadas temáticas apoiando-se na filosofia. O escritor leva a filosofia para dentro da história, de forma que não se pode, por um lado, estudar as questões por ele levantadas atendo-se apenas à história, sendo que, por outro lado, definir o teor filosófico de seus questionamentos nem sempre constitui uma tarefa fácil.

Não podemos deixar de expor aqui outras dificuldades que encontramos ao trabalharmos com a epistemologia veyniana. Desde o último ano da graduação, em 2002, nos dedicamos ao estudo dos quatro textos de Veyne aqui apresentados. Naquele estágio, tivemos como objetivo ler e compreender seu pensamento. Ao ingressar no mestrado, em 2004, pretendíamos analisar a *recepção* de Veyne na historiografia brasileira, mas percebemos que havia um número muito raro de leitores de suas obras. Sendo assim, constatamos que, para pesquisar a recepção de Veyne, seria necessário partirmos de um pressuposto contrário, qual seja, a *não-recepção*, já que o autor era tão pouco lido. Decidimos, então, realizarmos uma apresentação de seu pensamento.

Somos conscientes de que há ainda muitos caminhos a serem trilhados na epistemologia veyniana, e procuramos destacar alguns deles em nossa apresentação. Inclusive, poderíamos até enunciar alguns desses caminhos, uma vez que nos parecem bastante frutíferos, como, por exemplo, o da contextualização intelectual, político e cultural do pensamento de Veyne, em que se analisaria a emergência de suas problemáticas num debate mais abrangente com outros historiadores, filósofos e sociólogos. Outro caminho seria o do relacionamento dos trabalhos epistemológicos de Veyne com suas obras sobre história antiga, tendo como objeto a investigação de como suas concepções epistemológicas são desenvolvidas ao escrever história de Roma.

Uma outra opção interessante de ser feita em relação à epistemologia veyniana é a da apreensão da originalidade de sua abordagem de determinados temas. As críticas ao *marxismo* demonstram que o estudioso é um leitor atento e conhecedor da realidade marxista. Por essa razão, seria possível analisar a função estratégica da noção de “primeiro motor”, uma vez que é sempre a partir dessa noção que Veyne fundamenta suas críticas à teoria marxista nos quatro textos aqui apresentados. Podemos destacar também a sua originalidade em relação ao tratamento dispensado à *sociologia* e às *ciências*. Quais seriam as motivações teóricas que levaram Veyne a afirmar que a história nada tinha a ganhar com a sociologia e com as ciências, em *Como se escreve a história*, e, nos textos seguintes, declarar que a história torna-se científica ao se apropriar das contribuições da sociologia? Compreender a originalidade do pensamento veyniano demanda um extenso diálogo com as ciências humanas.

Nesse diálogo o historiador só tem a ganhar, pois as reflexões de Veyne atingem o cerne do trabalho do historiador. A história só pode ser conhecida por meio da narrativa, e ao estudar as problemáticas da epistemologia veyniana, como as noções de *acontecimento*, *causalidade*, *seriação*, *teoria*, *método*, *progressos* em história, o historiador lida diretamente com questões relativas à escrita da história. Sobre a importância da epistemologia, podemos concluir nossa dissertação utilizando as mesmas palavras com as quais Veyne encerra o texto *A história conceitual*: “[...] Tematizar o que é, ‘tomar consciência’ do impensado, é também conceber que esse sendo poderia não ser e dar-se o meio de desejar eventualmente que não seja mais [...]” (p. 81).

Fontes

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1984.

_____. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Maria Baltar e Maria Auxiliadora Keneipp. Brasília: EDUNB, 1998.

_____. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. Trad. Sônia Salzenstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A história conceitual. In: Le GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Paris: Seuil, 1971.

_____. L'histoire conceptualisante. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *Faire de l'histoire: nouveau problèmes*. Paris: Gallimard, 1974.

_____. *L'Inventaire des différences*. Paris: Seuil, 1976.

_____. *Comment on écrit l'histoire. Foucault révolutionne l'histoire*. Paris: Seuil, 1978.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Sérgio Bath. 6ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Trad. Reginaldo Di Piero. Bauru: EDUSC, 2001.

BOIS, Guy. História e marxismo. In: LE GOFF, Jacques. *A história Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Trad. Ana Rabaça. Portugal: Fórum da História, [s.d.].

CARDOSO JR. Hélio Rebello. *Tramas de Clio: convivência entre filosofia e história*. Curitiba: 2001.

_____. *Enredos de clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: EDUNESP, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. *Uma introdução à história*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *Espaço Foucault*. Disponível em: <
<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>> Acesso em: 03 mar. 2006.

DIDIER, Éribon. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUNESP, 2001.

_____. *A história em migalhas: dos 'Annales' à 'História em migalhas'*. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1992.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FEITOSA, Lourdes M.G.C. A questão do gênero na Antigüidade Clássica. In: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloízio de Oliveira (Org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: EDUNICAMP, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. A. Sampaio. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

KRAVETZ, Marc. Os jornalistas “fazem” a história. In: DUBY, George; LE GOFF, Jacques et al. *História e nova história*. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault, ou o nihilismo de cátedra*. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MUÑOZ, Yolanda Glória Gamboa. *Escolher a montanha: os curiosos percursos de Paul Veyne*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Paula de Ramos. *Sob o domínio da Lua: a questão da causalidade em Paul Veyne*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1995.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social*, São Paulo, v. 3, n. 28, p. 67-82, 1995.

_____; GIMENEZ, Renato Aloízio de Oliveira (Org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: EDUNICAMP, 2000.

REIS, José Carlos. A especificidade lógica da história. In: *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994, v.1.

RUDIGER, Francisco. Historiografia e pós-modernismo em Paul Veyne. *Plural*, Sociologia, USP, São Paulo, 1.sem. 1995.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora de Brasília, 2001.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

SOARES, Luis Eduardo. Hermenêutica e ciências humanas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 100-142, 1988.

VEYNE, Paul. *Le quotidien et l'interessant: entretiens avec Catherine Darbo-Peschanski*. Paris: Les Belles Lettres, 1995.